



# JORNAL DO MUNICÍPIO

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJAÍ

Órgão Oficial do Município de Itajaí - Ano XXV - Edição Nº 3020 - 26 de agosto de 2025

### ATOS DO CMAS



ATA DA 07ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ITAJAÍ - CMAS, GESTÃO 2023/2025, DATA DA REUNIÃO: vinte e nove de Julho de 2025 (29/07/2025). A reunião ocorreu de forma presencial, na Secretaria de Assistência Social, sediada na Rua Antônio Caetano, nº 105, bairro Fazenda. HORAS: 14horas15min. Reuniram-se os membros do Conselho Municipal de Assistência Social. **Seguimento Governamental:** Alessandra Silva de Amorim Costa, Leda Lea Caldeira, Simone da Silva Barbosa, Bruno Leonardo de Freitas, Talita Palhares dos Santos Souza Gabriel, Karine Momm e Elen Cristina Soares. **Seguimento Não Governamental:** Viviane Marcos, Bruna Ramos Córdova, Mirian Luíza dos Santos Borges e Sílvia Michele Pereira de Souza. **Participantes:** Fabiane Silveira (Laços Encontrados), Nathália Guisso (Amor pra Down), Jacinta Antunes (Laços Encontrados), Odoni (Inst. Crescer), Silvineide Almeida de Oliveira (APAE), Rosane Cardozo (Residência Inclusiva), Lara Silardelotto (Residência Inclusiva) e Vanessa Rhems (Lar da Criança Feliz). **1º ORDEM DO DIA - Momento da Secretaria do CMAS:** A aprovação da ata da reunião extraordinária, que ocorreu no dia 09 de julho de 2025, de forma presencial na Secretaria de Assistência Social. A referida ata foi encaminhada para todos os conselheiros para prévia leitura. **Correspondências recebidas:** Ofício nº08/2025/SAS/FMAS solicitando aprovação para unificação de contas bancárias do Cofinanciamento Estadual. E-mail recebido do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil com o Relatório das atividades realizadas no primeiro semestre de 2025. Ofício 007/2025-FOMTSUAS com as alterações de representação indicando como titular Viviane Marcos, suplente Danielle Cardoso M. Sobreira; titular Bruna Ramos Córdova, suplente Fabiana Regina Cardoso Pereira e titular Thais Alessandra Schmitt, suplente Rosemery Silveira. Ofício nº040/2025 da ADVIR. E-mail do Instituto Ranaí com a prévia do Relatório da 15ª Conferência Municipal de Assistência Social. E-mail do Coordenador do Cadastro Único e Programa Bolsa Família enviando o Relatório de Qualificação Cadastral. **Justificativas de Ausência:** Sabrina Mendonça, Rosemery Silveira, Thamara Garcia Del Mir e Cleusimar Torres Mates, apresentaram justificativas de ausência. A assistente social do Programa Bolsa Família Ana Carolina fez a leitura do Relatório de Qualificação do Cadastro Único, explicou que as ações adotadas pelo Programa BF foram no intuito de correções nos cadastros unipessoais, conforme determinação do ministério. Fez um breve relato sobre a realidade do BF no município, bem como pontuou que o sistema DATAPREV possibilita uma maior fiscalização nos cadastros, sendo apontados como principais divergências o endereço e a renda dos beneficiários. afirmou que a ideia não é prejudicar e sim qualificar os cadastros, sendo prioridade a manutenção dos benefícios. A Conselheira Elen informou que haverá a retomada de cadastros na Habitação e ressaltou a necessidade de estratégias de comunicação e prevenção para cumprimento da Portaria, visto que o Programa Minha casa, minha vida exige a inscrição no CadÚnico. A Conselheira Bruna questionou se já se encontra em vigor o valor do BF para o cálculo do BPC e vice-versa, sendo que Ana Carolina respondeu que ainda não. Apontou como sugestão que houvesse uma capacitação de gênero, raça para aprofundar o



conhecimento e qualificar os cadastradores do BF e também dos profissionais da Secretaria de Assistência Social, durante os atendimentos. A Conselheira Thais questionou se os CRAS poderiam fazer visitas a fim de contribuir com a equipe do BF, visto Ana Carolina informar a grande demanda de visitas que deverão ser feitas para atualização de cadastros e foi informado que sim, podendo ser utilizado o relatório situacional-SAFI. Questionou sobre a porcentagem de cadastros unipessoais, hoje superior a 15%, e como ocorrem os bloqueios nos cadastros que apresentam irregularidades, sendo que Ana Carolina informou que o sistema bloqueia apenas o valor de quem está irregular. A Conselheira Mirian perguntou sobre os cadastros de migrantes, visto o alto índice em Itajaí e foi informada que após 24 meses sem atualizações, o sistema bloqueia o benefício. Os conselheiros manifestaram preocupação quanto ao cruzamento de benefícios de curto prazo com o BF, devido ao DATAPREV, pois esse fluxo prejudica o usuário do BF, mais Ana Carolina informou que infelizmente essas situações ocorrerão. Disse também que apontada a irregularidade, o beneficiário deverá procurar o CRAS até três meses a fim de regularizar seu cadastro, ressaltando a importância de manter os cadastros atualizados. **2º ORDEM DO DIA - Apreciação da unificação de contas bancárias do FMAS - Cofinanciamento Estadual:** A Presidente Alessandra expôs que segundo o Ofício recebido do FMAS com fundamento nas orientações do Governo do Estado quanto à gestão dos recursos do Cofinanciamento Estadual, foi solicitado a apreciação e aprovação deste Conselho quanto à proposta de unificação de contas bancárias destinadas à Proteção Social Especial de Média Complexidade - custeio. Ainda informou que conforme entendimento administrativo pautado no princípio da economicidade, foi autorizada pelo Fundo Estadual de Assistência Social, a unificação de contas bancárias que possuem destinação equivalente, desde que observadas as devidas formalidades e transparência na execução orçamentária e financeira dos recursos públicos. **Aprovado pela Plenária a unificação de contas bancárias de nº59907-7 e nº91004-4 (ambas do Banco do Brasil-Ag 0005-0) do Fundo Municipal de Assistência Social (CNPJ: 01.823.751/0001-15) vinculadas exclusivamente à Proteção Social Especial de Média Complexidade-custeio, para a execução de recursos do Cofinanciamento Estadual destinadas à Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade. E o encerramento da conta de nº59907-7, em razão da unificação das contas. 3º ORDEM DO DIA - Apresentação da prévia do Relatório da 15ª Conferência Municipal de Assistência Social:** A Conselheira Mirian apresentou dados de avaliação e participação na 15ª Conferência Municipal de Assistência Social, sendo que os presentes acompanharam a conferência como positiva, sugerindo que a comissão organizadora acompanhe os relatórios e as propostas em sua totalidade, a fim de instruírem ações da Assistência Social para os próximos 2 anos, sendo informado que o relatório final ainda está em fase de finalização e será encaminhado a todos. **4º ORDEM DO DIA - Momento das Comissões:** Comissão Programa Bolsa Família: a comissão não se reuniu. Comissão de Normas: não está se reunindo visto não ter representantes governamentais. Comissão Fiscalização e Monitoramento: a conselheira Mirian apresentou Parecer solicitando a atualização da inscrição do Instituto Abidade para



Defesa e Garantia de Direitos, visto a entidade não realizar ações de Assessoramento. **O Parecer foi aprovado pela Plenária. 5º ORDEM DO DIA - Momento dos Fóruns:** Rosane pontuou que o fórum dos OSCs não se reuniu. Alessandra e Viviane relataram participação no Fórum dos Trabalhadores, e que foi deliberado convidar o secretário para participar da próxima reunião, a ser realizada no dia 21/08 às 14 horas no CRAS Imarui, sendo que ficou acordado a participação de pelo menos dois representantes do CMAS no encontro. A Conselheira Viviane também informou da participação no encontro do Fórum dos Trabalhadores da AMFRI e na finalização do regimento interno do mesmo. **6º ORDEM DO DIA - Palavra Livre:** não houve. **7º ORDEM DO DIA - ENCERRAMENTO:** a Presidente Alessandra agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião. Eu, Angela Cristina Hames, Secretária Executiva, lavro a presente ata que após lida e aprovada será assinada por todos os conselheiros presentes. Itajaí (SC), 18 de agosto de 2025.

*[Handwritten signatures]*



LISTA DE PRESEÇA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 29 DE JULHO DE 2025.  
LOCAL: Secretaria Municipal de Assistência Social, HORAS: 14hs

REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS:					
NOME	ENTIDADE	TITULARIDADE	TELEFONE	E-MAIL	ASSINATURA
Alessandra Silva de Amorim Costa	Secretaria de Assistência Social	Titular	99186.4750	alessandra.costa@itajai.sc.gov.br	<i>[Signature]</i>
Kelão Rosa de Oliveira	Secretaria de Assistência Social	Suplente	99627.0326	kelao.rosa@hotmail.com	
Nara Nascimento	Secretaria de Assistência Social	Titular	99982.6546	nara_gucci@hotmail.com	
Leda Lea Caldeira	Secretaria de Assistência Social	Suplente	98824.0983	leda-caldeira@itajai.sc.gov.br	<i>[Signature]</i>
Simone da Silva Barbosa	Secretaria Municipal de Educação	Titular	98434.3868	especial3@edu.itajai.sc.gov.br	<i>[Signature]</i>
Bianca Priscila D.D. Moser	Secretaria Municipal de Educação	Suplente	99658.1130	especial2@edu.itajai.sc.gov.br	
Thamara Garcia Del Mir	Secretaria Municipal de Saúde	Titular	99995.6937	rede.violencia@itajai.sc.gov.br	
Suziane Patrícia Pereira	Secretaria Municipal de Saúde	Suplente	99915.6752	previneis@itajai.sc.gov.br	
Bruno Leonardo de Freitas	Secretaria Municipal de Governo	Titular	99166.4893	bruno.freitas@itajai.sc.gov.br	<i>[Signature]</i>

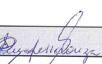














Bruna Foes Rodi	Secretaria Municipal de Governo	Suplente	99666.2144	bruna.rodi@itajai.sc.gov.br	
Talita Palhares dos Santos Souza Gabriel	Secretaria Municipal de Promoção da Cidadania	Titular	99683.5121	talita.palhares@itajai.sc.gov.br	<i>[Signature]</i>
Breno Oliveira dos Santos	Secretaria Municipal de Promoção da Cidadania	Suplente	99179.4876	breno7552@gmail.com	
Calebe Itadino Moreno	Secretaria Municipal de Comunicação	Titular	99708.8454	calebe.moreno@itajai.sc.gov.br	
Almei Castro da Silva	Secretaria Municipal de Comunicação	Suplente	99643.6710	almei.silva@itajai.sc.gov.br	
Luiz Henrique dos Santos	Secretaria de Desenvol. Econômico	Titular	99976.2476	luiz.santos@itajai.sc.gov.br	
Karine Momm	Secretaria de Desenvol. Econômico	Suplente	99927.5105	karine.momm@itajai.sc.gov.br	<i>[Signature]</i>
Elen Cristina Soares Neves	Secretaria de Desenvol. Urbano e Habitação	Titular	99129.4004 3341.6071	elen.neves@itajai.sc.gov.br elen.neves@yahoo.com.br	<i>[Signature]</i>
Janele de Fátima Vargas	Secretaria de Desenvol. Urbano e Habitação	Suplente	98832.2684 3908.5626	janelevargas@gmail.com habsocial@itajai.sc.gov.br	



REPRESENTANTES NÃO-GOVERNAMENTAIS/SOCIEDADE CIVIL				
NOME	ENTIDADE	TITULARIDADE	TELEFONE	E-MAIL
Viviane Marcos	FOMTSUAS	Titular	99149.7771	vivianemarcos@itajai.sc.gov.br
	FOMTSUAS	Suplente		
Fabiana Regina Cardoso Pereira	FOMTSUAS	Titular	47.9910255 51	fabriacardoso@gmail.com
Rosemere Silveira	FOMTSUAS	Suplente	49.9982944 01	rosemere.silveira@itajai.sc.gov.br
Bruna Ramos Córdova	FOMTSUAS	Titular	48.9986898 98	bruna.cordova@gmail.com
	FOMTSUAS	Suplente		
Pascoalina Moreira	Fórum dos Usuários	Titular	99947.2419	pascoalina1981moreira@gmail.com
Ivete Eugênia Lara	Fórum dos Usuários	Suplente	99665.5903	iveteeugeniamoraes@gmail.com
Amanda Tays Souza Braga	Fórum dos Usuários	Titular	98418.1316	amandagfje@gmail.com
Karolyn Moreira Santana	Fórum dos Usuários	Suplente	99734.5146	karolynmoreirasantana@gmail.com
Cleusimar Torres Mates	Fórum das OSCs - PSB	Titular	99908.4380	cleusimar.mates@cleusc.org.br
Lucimeteia Cruz de Azevedo Tufal	Fórum das OSCs - PSB	Suplente	99967.5600	lucimetufal@hotmail.com
Miriam Luiza dos Santos Borges	Fórum das OSCs - PSB	Titular	98896.1489	mborges@institutoresc.org



Rosângela Maria Padilha de Jesus	Fórum das OSCs - PSB	Suplente	9967.20358	sefarsocial.jl@gerar.org.br	
Sabrina Mendonça Schiemmer	Fórum das OSCs - PSB	Titular	99234.7176	sabrina.smpsi@gmail.com	
	Fórum das OSCs - PSB	Suplente			
Silvia Michele Pereira de Souza	Fórum das OSCs - PSE	Titular	99775.2998	silvia.michele1@hotmail.com	
Jacqueline Maes	Fórum das OSCs - PSE	Suplente	99779.3632	jacquedmaes@gmail.com	
NOME	REPRESENTATIVIDADE DE	TELEFONE	E-MAIL	ASSINATURA	
Fabiane Silveira	Associação Encantada	47.99284.5933	fabiane1934@gmail.com		
Paulina C. Quinto	Associação Encantada	56.98268.2922	maelichoncello@gmail.com		
Priscila de F. Quinto	Associação Encantada	41.93663.5029	priscilaquinto@gmail.com		
Daniela Gabriela Alves	Associação Encantada	47.99496.6572	gabrieladaniela@gmail.com		
Paulina Michelle Abreu	Casa Abreu	49.99795.2998	gabrielamichelle1@hotmail.com		
Silviane Almeida de Souza	Associação Encantada	47.99194.9626	silvianealmeida@gmail.com		
Alciane Cardoso	Associação Encantada	47.99595.5010	alcianealmeida@hotmail.com		
Isadora Albuquerque	Associação Encantada	47.99691.5522	isadoraalbuquerque@hotmail.com		
Marina D. Thom	Associação Encantada	47.99491.3104	marinaalbuquerque@hotmail.com		
Olivia Carolina	Associação Encantada	47.99591.5522	oliviaalbuquerque@hotmail.com		
Thais Alexandra Schmitt	Associação Encantada	47.99691.5522	thaisalbuquerque@hotmail.com		
Rebeca Lima Caldeira	Associação Encantada	47.99691.5522	rebecalimaalbuquerque@hotmail.com		

## ATOS DO COMED



Município de Itajaí  
Sistema Municipal de Ensino  
Conselho Municipal de Educação de Itajaí - COMED

### RESOLUÇÃO N.º 003/COMED/2025

Altera o anexo da Resolução N.º 007/COMED/2024, que aprova o Calendário Escolar da Educação Infantil e do Ensino Fundamental Regular, para o ano de 2025, da Rede Municipal de Ensino de Itajaí.

A **PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ITAJAÍ**, no uso de suas atribuições regimentais e considerando o disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.º 9.394/96 e na Lei Municipal n.º 3.352/98, que dispõe sobre o Sistema Municipal de Ensino, e ainda

**CONSIDERANDO** a Resolução N.º 004/COMED/2023, que "Estabelece procedimentos e critérios para aprovação do calendário escolar do Sistema Municipal de Ensino de Itajaí"

**CONSIDERANDO** a deliberação dos conselheiros na reunião ordinária ocorrida em 07/08/2025;

**CONSIDERANDO** o teor do ofício N.º 068/2025/GAB/SME;

### RESOLVE:

**Art. 1.º** Esta resolução altera o anexo da Resolução N.º 007/COMED/2024, que aprova o calendário escolar da Educação Infantil e Ensino Fundamental (Regular) para o ano letivo de 2025, no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Itajaí.

**Parágrafo único.** O calendário atualizado consta no anexo desta resolução, em versão que totaliza duas páginas.



CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ITAJAÍ  
Av. Ver. Abrahão João Francisco, nº 3855 • Ressacaá • Itajaí (SC)  
comed@edu.itajai.sc.gov.br • (47) 3249.3302







**Município de Itajaí**  
**Sistema Municipal de Ensino**  
**Conselho Municipal de Educação de Itajaí - COMED**

**Art. 2.º** As alterações consistem no seguinte:

I – no mês de setembro, converter o dia 25 de setembro em dia letivo, totalizando, neste mês, 21 (vinte e um) dias letivos e 84 (oitenta e quatro) horas letivas;

II – no mês de novembro, converter em emenda de feriado o dia 21 de novembro, totalizando, neste mês, 18 (dezoito) dias letivos e 72 (setenta e duas) horas letivas;

III – o início das férias de diretores, diretores adjuntos e secretários escolares será no dia 22 de dezembro, contanto 30 dias corridos, conforme legislação vigente.

**Art. 3.º** A formação continuada será ofertada no formato remoto assíncrono, totalizando 40 horas.

**Art. 4.º** Esta resolução entra vigor na data de sua publicação.

Itajaí, 07 de agosto de 2025.

**Ana Júlia Pinheiro Kresinglova**

Presidente do Conselho Municipal de Educação



CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ITAJAÍ  
Av. Ver. Abrahão João Francisco, nº 3855 • Ressacada • Itajaí (SC)  
comed@edu.itajai.sc.gov.br • (47) 3249.3302



**Município de Itajaí**  
**Sistema Municipal de Ensino**  
**Conselho Municipal de Educação de Itajaí - COMED**

**ANEXO DA RESOLUÇÃO N.º 003/COMED/2025**  
**Calendário da Rede Municipal de Ensino 2025**  
**Educação Infantil e Ensino Fundamental – Regular**

D	S	T	Q	Q	S	S	
							<b>JANEIRO</b>
05	06	07	08	09	10	11	01 – Ano Novo.
12	13	14	15	16	17	18	02 a 31 – Férias escolares.
19	20	21	22	23	24	25	02 a 31 – Planejamento de férias da Educação Infantil.
26	27	28	29	30	31		29 – Reunião administrativa com diretores de unidades de ensino (Integral).
							30 – Reunião administrativa com secretários escolares (matutino).
							30 – Reunião pedagógica com os diretores de unidades de ensino (vespertino).
							00 dias letivos 00 horas
D	S	T	Q	Q	S	S	
							<b>FEVEREIRO</b>
02	03	04	05	06	07	08	03 – Retorno dos profissionais da educação nas unidades de ensino e reunião administrativa e pedagógica na unidade de ensino.
09	10	11	12	13	14	15	04 – Formação Continuada.
16	17	18	19	20	21	22	05 – Planejamento docente e interno na unidade de ensino.
23	24	25	26	27	28		06 – Início das aulas regulares.
							06 a 28 – Período de acolhimento e diagnóstico do desenvolvimento e da aprendizagem.
							17 dias letivos 68 horas
D	S	T	Q	Q	S	S	
							<b>MARÇO</b>
02	03	04	05	06	07	08	03 – Emenda de feriado (segunda-feira de carnaval). (Não haverá aula).
09	10	11	12	13	14	15	04 – Feriado (Carnaval).
16	17	18	19	20	21	22	05 – 1ª Reunião Pedagógica na unidade de ensino (Matutino) e Formação Continuada na unidade de ensino - 4h (Vespertino). (Não haverá aula).
23	24	25	26	27	28	29	26 – Prazo final para início do processo de reclassificação em atendimento à Resolução COMED Nº 006/2022.
30	31						
							16 dias letivos 72 horas
D	S	T	Q	Q	S	S	
							<b>ABRIL</b>
06	07	08	09	10	11	12	11 – Final do processo de reclassificação em atendimento à Resolução COMED Nº 006/2022.
13	14	15	16	17	18	19	18 – Feriado: Santa-feira Santa (Não haverá aula).
20	21	22	23	24	25	26	20 – Páscoa.
27	28	29	30				21 – Feriado de Tiradentes (Não haverá aula).
							20 dias letivos 80 horas
D	S	T	Q	Q	S	S	
							<b>MAIO</b>
04	05	06	07	08	09	10	01 – Feriado: Dia do Trabalhador (Não haverá aula).
11	12	13	14	15	16	17	02 – Emenda de Feriado (Não haverá aula).
18	19	20	21	22	23	24	12 a 18 – Pre-Conselho – 1.º Trimestre.
25	26	27	28	29	30	31	26 – Conselho de Classe do 1.º Trimestre do Ensino Fundamental (Não haverá aula). Reunião Pedagógica da Educação Infantil, Educação Integral, CEMESPI e Banda (Não haverá aula).
							19 dias letivos 76 horas
D	S	T	Q	Q	S	S	
							<b>JUNHO</b>
01	02	03	04	05	06	07	15 – Feriado: Aniversário de Itajaí.
08	09	10	11	12	13	14	16 – Feriado: Corpus Christi (Não haverá aula).
15	16	17	18	19	20	21	20 – Emenda de Feriado (Não haverá aula).
22	23	24	25	26	27	28	
29	30						
							19 dias letivos 76 horas
D	S	T	Q	Q	S	S	
							<b>JULHO</b>
06	07	08	09	10	11	12	21 a 25 – Receso escolar (Não haverá aula).
13	14	15	16	17	18	19	26 – 2ª Reunião Pedagógica na unidade de ensino (Matutino) e Formação Continuada na unidade de ensino - 4h (Vespertino) (Não haverá aula).
20	21	22	23	24	25	26	
27	28	29	30	31			
							17 dias letivos 68 horas



CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ITAJAÍ  
Av. Ver. Abrahão João Francisco, nº 3855 • Ressacada • Itajaí (SC)  
comed@edu.itajai.sc.gov.br • (47) 3249.3302



**Município de Itajaí**  
**Sistema Municipal de Ensino**  
**Conselho Municipal de Educação de Itajaí - COMED**

**ANEXO DA RESOLUÇÃO N.º 003/COMED/2025**  
**Calendário da Rede Municipal de Ensino 2025**  
**Educação Infantil e Ensino Fundamental – Regular**

D	S	T	Q	Q	S	S	
							<b>AGOSTO</b>
03	04	05	06	07	08	09	16 a 22 – Pré-Conselho – 2.º Trimestre.
10	11	12	13	14	15	16	
17	18	19	20	21	22	23	
24	25	26	27	28	29	30	
31							
							21 dias letivos 84 horas
D	S	T	Q	Q	S	S	
							<b>SETEMBRO</b>
01	02	03	04	05	06	07	07 – Feriado: Independência do Brasil e Ação alusiva ao DESFILE CÍVICO (Não letivo).
08	09	10	11	12	13	14	08 – Conselho de Classe do 2.º Trimestre do Ensino Fundamental (Não haverá aula).
15	16	17	18	19	20	21	Reunião Pedagógica da Educação Infantil, Educação Integral, CEMESPI e Banda (Não haverá aula).
22	23	24	25	26	27	28	
29	30						
							21 dias letivos 84 horas
D	S	T	Q	Q	S	S	
							<b>OUTUBRO</b>
05	06	07	08	09	10	11	12 – Feriado: Padroeira do Brasil / Dia da Criança.
12	13	14	15	16	17	18	15 – Dia do Professor (Não haverá aula).
19	20	21	22	23	24	25	28 – Ponto Facultativo: Dia do Servidor Público (Não haverá aula).
26	27	28	29	30	31		
							21 dias letivos 84 horas
D	S	T	Q	Q	S	S	
							<b>NOVEMBRO</b>
02	03	04	05	06	07	08	02 – Feriado: Finados
09	10	11	12	13	14	15	15 – Feriado: Proclamação da República
16	17	18	19	20	21	22	20 – Feriado: Dia da Consciência Negra (Não haverá aula).
23	24	25	26	27	28	29	21 – Emenda de feriado (Não haverá aula).
30							24 a 28 – Pré-Conselho – 3.º Trimestre
							18 dias letivos 72 horas
D	S	T	Q	Q	S	S	
							<b>DEZEMBRO</b>
01	02	03	04	05	06	07	11 – Último dia letivo.
08	09	10	11	12	13	14	12 – Conselho de Classe do 3.º Trimestre do Ensino Fundamental (Não haverá aula).
15	16	17	18	19	20	21	Reunião Pedagógica da Educação Infantil, Educação Integral, CEMESPI e Banda (Não haverá aula).
22	23	24	25	26	27	28	15, 16 e 17 – 4ª Avaliação.
29	30	31					18 – Conselho da 4ª Avaliação.
							18 – Certificação 5.º Anos.
							19 – Encerramento das atividades administrativas nas unidades de ensino de 2024.
							22 – Início do período de férias dos diretores e secretários escolares (30 dias).
							09 dias letivos 36 horas

**FORMAÇÃO CONTINUADA:** 40h de forma remota assíncrona.

**REUNIÃO PEDAGÓGICA:** com foco no planejamento pedagógico estratégico contemplando ações para sanar as dificuldades no processo formativo.

**CONSELHO DE CLASSE:** com foco no planejamento estratégico de cunho pedagógico e avaliativo contemplando ações para sanar as dificuldades no processo formativo.

1.º TRIMESTRE			2.º TRIMESTRE			3.º TRIMESTRE		
Início:	06/02	Término:	23/05	Início:	27/05	Término:	05/09	12/12
Mês	Dias	Horas	Mês	Dias	Horas	Mês	Dias	Horas
Fevereiro	17	68 h	Maio	04	16 h	Setembro	16	64 h
Março	18	72 h	Junho	19	76 h	Outubro	21	84 h
Abril	20	80 h	Julho	17	68 h	Novembro	18	72 h
Maio	15	60 h	Agosto	21	84 h	Dezembro	09	36h
			Setembro	05	20 h			
TOTAIS	70	280 h	TOTAIS	66	264 h	TOTAIS	64	256 h
1º Semestre – 107 dias letivos / 428 horas letivas			2º Semestre – 93 dias letivos / 372horas letivas					

Total: 200 dias letivos / 800 horas letivas.



CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ITAJAÍ  
Av. Ver. Abrahão João Francisco, nº 3855 • Ressacada • Itajaí (SC)  
comed@edu.itajai.sc.gov.br • (47) 3249.3302



**Município de Itajaí**  
**Sistema Municipal de Ensino**  
**Conselho Municipal de Educação de Itajaí - COMED**

**RESOLUÇÃO N.º 004/COMED/2025**

Altera o anexo da Resolução N.º 008/COMED/2024, que aprova o Calendário Escolar do Ensino Fundamental – Educação de Jovens e Adultos para o ano de 2025, da Rede Municipal de Ensino de Itajaí.

**A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ITAJAÍ**, no uso de suas atribuições regimentais e considerando o disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 e na Lei Municipal nº 3.352/98, que dispõe sobre o Sistema Municipal de Ensino, e ainda

**CONSIDERANDO** a Resolução N.º 004/COMED/2023, que "Estabelece procedimentos e critérios para aprovação do calendário escolar do Sistema Municipal de Ensino de Itajaí"

**CONSIDERANDO** a deliberação dos conselheiros na reunião ordinária ocorrida em 07/08/2025;

**CONSIDERANDO** o teor do ofício N.º 068/2025/GAB/SME;

**RESOLVE:**

**Art. 1.º** Esta resolução altera o anexo da Resolução N.º 008/COMED/2024, que aprova o calendário escolar do Ensino Fundamental (Educação de Jovens e Adultos) para o ano letivo de 2025, no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Itajaí.

**Parágrafo único.** O calendário atualizado consta no anexo desta resolução, em versão que totaliza duas páginas.



CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ITAJAÍ  
Av. Ver. Abrahão João Francisco, nº 3855 • Ressacada • Itajaí (SC)  
comed@edu.itajai.sc.gov.br • (47) 3249.3302



CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ITAJAÍ  
Av. Ver. Abrahão João Francisco, nº 3855 • Ressacada • Itajaí (SC)  
comed@edu.itajai.sc.gov.br • (47) 3249.3302







ESTADO DE SANTA CATARINA  
**Câmara de Vereadores de Itajaí**



**PORTARIA Nº 352/2025**

**CONCEDE AUXÍLIO-SAÚDE A SERVIDORES QUE ESPECIFICA.**

O Secretário de Administração e Finanças e o Diretor de Finanças, Orçamento, Contabilidade e Recursos Humanos da Câmara de Vereadores de Itajaí, por delegação do Senhor Presidente, Ver. Fernando Martins Pegorini, concedida através da Portaria nº 094, de 04 de fevereiro de 2025 e, considerando as disposições da Lei Complementar nº 387, de 20 de dezembro de 2021, **resolvem:**

**CONCEDER AUXÍLIO-SAÚDE** aos servidores abaixo relacionados, a contar do mês de agosto de 2025:

Nome	Matrícula	Cargo
Cristiano Ferreira	5057	Assessor Parlamentar
Matheus Martina Veríssimo	5094	Assessor Parlamentar

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Itajaí, 21 de agosto de 2025.

JEFFERSON OSVALDO SANTARÉM AZEVEDO  
Secretário de Administração e Finanças

ORLI CALBUSCH  
Diretor de Finanças, Orçamento, Contabilidade e Recursos Humanos



ESTADO DE SANTA CATARINA  
**Câmara de Vereadores de Itajaí**



**PORTARIA Nº 353/2025**

**CONCEDE FÉRIAS À SERVIDORA QUE ESPECIFICA.**

O Secretário de Administração e Finanças e o Diretor Administrativo, Operacional e de Serviços da Câmara de Vereadores de Itajaí, por delegação do Senhor Presidente, Ver. Fernando Martins Pegorini, concedida através da Portaria nº 094, de 04 de fevereiro de 2025, **resolvem:**

**CONCEDER** férias à servidora abaixo, a ser gozada no período especificado:

Nome	Cargo/Matrícula Período Aquisitivo (P.A.)	Férias/Abono/Saldo
Marciana Barcelos da Costa	Auxiliar de Limpeza e Conservação Mat. 57 P.A. 21.06.2024 a 20.06.2025	25.08 a 13.09.2025 COM ABONO

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Itajaí, 22 de agosto de 2025.

JEFFERSON OSVALDO SANTARÉM AZEVEDO  
Secretário de Administração e Finanças

PETERSON CORRÊA  
Diretor Administrativo, Operacional e de Serviços



ESTADO DE SANTA CATARINA  
**Câmara de Vereadores de Itajaí**



**PORTARIA Nº 354/2025**

**CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDOR QUE ESPECIFICA.**

O Secretário de Administração e Finanças e o Diretor de Finanças, Orçamento, Contabilidade e Recursos Humanos da Câmara de Vereadores de Itajaí, por delegação do Senhor Presidente, Ver. Fernando Martins Pegorini, concedida através da Portaria nº 094, de 04 de fevereiro de 2025 e, em conformidade com o Art. 8º da Lei Complementar nº 180, de 17 de dezembro de 2010, **resolvem:**

**CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**, ao servidor **CHARLES AUGUSTO BRITTES**, matrícula nº 91, ocupante do cargo de provimento efetivo de "Auxiliar Administrativo", pelo período de 14 (quatorze) dias, de 18.08 a 31.08.2025, conforme Comunicado de Decisão da Gerência de Perícia Médica e Saúde Ocupacional de Itajaí.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Itajaí, 25 de agosto de 2025.

JEFFERSON OSVALDO SANTARÉM AZEVEDO  
Secretário de Administração e Finanças

ORLI CALBUSCH  
Diretor de Finanças, Orçamento, Contabilidade e Recursos Humanos

## ATOS DA SEC. DE EDUCAÇÃO

**PORTARIA Nº 033/SME/2025, de 25 de agosto de 2025.**

O Secretário Municipal de Educação, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 037/2025, de acordo com o art. 57, inciso II, alínea "C" e § 1º, da Lei Orgânica do Município de Itajaí; **CONSIDERANDO** as fundamentações constantes no referido despacho;

### RESOLVE

**Art. 1º** Receber e acolher integralmente as fundamentações constantes no Despacho de Anulação exarado pela Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, nos autos do Processo Administrativo Disciplinar nº 008/SME/2025.

**Art. 2º** Declarar, por consequência, a anulação da Portaria nº 015/SME/2025, de 22 de maio de 2025, que instaurou o referido processo disciplinar.

**Art. 3º** Determinar o arquivamento dos autos do Processo Administrativo Disciplinar nº 008/SME/2025, instaurado para apurar possíveis condutas atribuídas à servidora **S.O.**, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor.

**Art. 4º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Itajaí/SC, 25 de agosto de 2025.

**Prof. Dr. Silvano Pedro Amaro**  
Secretário Municipal de Educação





<b>VISUAL</b>			
Artista plástico e/ou visual para exposição de obra de arte	700,00 (setecentos reais)	Até 20	14.000,00
Artista com notório reconhecimento na área artística para ministrar curso	3.500,00 (três mil e quinhentos reais)	Até 03	10.500,00
			<b>24.500,00</b>
<b>PRODUÇÃO DE EVENTOS</b>			
Produtor de Eventos (diária)	1.000,00 (mil reais)	Até 10	10.000,00
Assistente de Eventos (diária)	500,00 (quinhentos reais)	Até 10	500,00
Locutor de Eventos (diária)	1.000,00 (mil reais)	Até 10	1.000,00
Locutor de Eventos (meia diária)	500,00 (quinhentos reais)	Até 10	500,00
			<b>12.000,00</b>
<b>INTERPRETE DE LIBRAS</b>			
Contextos de conferências com palestras, oficinas, seminários, fóruns, encontros e similares - 6 horas	800,00 (oitocentos reais)	Até 10	8.000,00
			<b>8.000,00</b>
<b>TOTAL</b>			<b>827.000,00</b>

#### 4. DOS RECURSOS FINANCEIROS E DISPOSIÇÕES

4.1 A dotação orçamentária utilizada será 61/3.3.90, no valor previsto na tabela referência para cada ano.

Os projetos credenciados receberão o valor descrito na tabela, de acordo com as solicitações, ações de execução e demanda orçamentária da Fundação Cultural de Itajaí.

Este edital poderá ser prorrogado para o ano fiscal subsequente, mantendo as mesmas regras estabelecidas.

#### 5. DA VIGÊNCIA E DO FUNCIONAMENTO DO CREDENCIAMENTO

##### 5.1 Validade do credenciamento:

O credenciamento permanecerá aberto de forma contínua durante a vigência deste edital, em conformidade com os artigos 78 e 79 da Lei nº 14.133/2021, permitindo o cadastramento permanente de novos interessados.

##### 5.2 Condições para revisão ou encerramento do edital:

O edital poderá ser revisado ou encerrado mediante:

- Alterações legislativas aplicáveis;
- Alterações nas demandas culturais ou operacionais da Fundação Cultural de Itajaí;
- Decisão administrativa fundamentada no interesse público.

##### 5.3 Procedimentos de credenciamento:

Conforme o artigo 5º do Decreto nº 11.878/2024, o credenciamento seguirá as seguintes fases:

- Preparatória;
- Divulgação do edital;
- Registro do requerimento de participação;
- Habilitação;
- Recurso;
- Divulgação da lista de credenciados.

##### 5.4 Base legal e condições de contratação:

O credenciamento é regido pelos artigos 78 e 79 da Lei nº 14.133/2021 e pelo Decreto nº 11.878/2024, atendendo às seguintes diretrizes:

- A Fundação Cultural de Itajaí divulgará e manterá o edital de chamamento público no sistema prosas, garantindo a transparência e o acesso público;
- Contratações simultâneas serão realizadas de forma padronizada e não excludentes;
- Caso a demanda não permita a contratação de todos os credenciados, critérios objetivos de distribuição serão utilizados;
- O credenciamento não obriga a Fundação Cultural de Itajaí a contratar os credenciados.

##### 5.5 Responsabilidades dos credenciados:

- Manter atualizadas as informações e documentos cadastrados;
- Cumprir as condições padronizadas de contratação previstas no edital;

#### 6. DAS INSCRIÇÕES

##### 6.1 Disposições Gerais

As inscrições serão **gratuitas** e deverão ser realizadas **exclusivamente pela plataforma Prosas**, disponível no endereço eletrônico: <https://www.prosas.com.br/editais>.  
As inscrições estarão abertas a partir do dia **26 de agosto de 2025**.

##### 6.2 Dos Proponentes Habilitados

Poderão se inscrever neste Edital proponentes das áreas artísticas e culturais, enquadrados nas seguintes categorias:

###### a) Pessoa Física (PF):

- Maiores de **18 (dezoito)** anos ou legalmente **emancipados**;
- Inscrições restritas à **prestação de serviços artísticos individuais**.

###### b) Pessoa Jurídica (PJ):

- Entidades de natureza **cultural**, com ou sem fins lucrativos, incluindo **Microempreendedores Individuais (MEI)**;
- Inscritas no **Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ)**;
- Com **Código Nacional de Atividade Econômica (CNAE)** compatível com o objeto da prestação de serviços artísticos.

#### 7. DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

##### 7.1 Pessoa Física (PF)

No ato da inscrição, o proponente deverá anexar, obrigatoriamente, os seguintes documentos **atualizados**:

- Documento oficial de identificação com foto (RG e CPF, CNH ou carteira profissional);
- Comprovante de residência emitido há no máximo 90 (noventa) dias; (Fatura de energia, água, telefone, Declaração de moradia ou Contrato de aluguel assinado em cartório com no mínimo 90 dias)
- Autorização para uso de imagem e materiais audiovisuais (ANEXO 1);
- Declaração de exclusividade ou contrato de representação, se aplicável, com **firma reconhecida em cartório** (ANEXO 2). Não serão aceitas assinaturas digitais, apenas documento registrado em cartório.

##### 7.2 Pessoa Jurídica (PJ)

O representante legal da Pessoa Jurídica deverá apresentar os seguintes documentos **atualizados**:

- Documento de identificação com foto do representante legal;
- Comprovante de residência emitido há no máximo 90 (noventa) dias; (Fatura de energia, água, telefone, Declaração de moradia ou Contrato de aluguel assinado em cartório com no mínimo 90 dias)
- Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral no CNPJ;
- Certificado do MEI, Contrato Social ou Estatuto Social;
- Certidões negativas de débitos:
  - Certidão Negativa de Débitos Municipal;  
<https://iss.itajaí.sc.gov.br/sefaz/isp/cnd/index.isp>
  - Certidão Negativa de Débito Estadual;  
<https://sat.sef.sc.gov.br/tax.NET/Sat.CtCte.Web/SolicitacaoCnd.aspx>
  - Certidão Negativa de Débitos CPF e CNPJ  
<https://servicos.receitafederal.gov.br/servico/certidoes/#/home>
  - Certidão de Débitos trabalhistas  
<https://cndt-certidao.tst.jus.br/inicio.faces>
  - f) Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);  
<https://consulta-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf>
- Autorização para uso de imagem e materiais audiovisuais (ANEXO 1);
- Declaração de exclusividade ou contrato de representação, se aplicável, com firma reconhecida em cartório (ANEXO 2).

##### 7.3 Materiais Obrigatórios para Análise de Conteúdo (PF e PJ)

Todos os proponentes, independentemente da natureza jurídica, deverão encaminhar:

- Links de plataformas digitais (YouTube, Spotify, Instagram, Facebook, etc.) contendo amostras do trabalho artístico;
- Portfólio do proponente incluindo:

- Registros de apresentações realizadas;
- Participações em eventos e festivais;
- Clippings de imprensa e/ou registros em mídias sociais.

- Currículo do(s) participante(s) da proposta.

**Parágrafo único:** não serão aceitos documentos com senha e nem envio de senha aos funcionários da FCI.

#### 8. DA AVALIAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

##### 8.1 Etapas de Avaliação

A avaliação das propostas será realizada em duas etapas sucessivas:

###### 8.1.1 Habilitação Documental

Consiste na verificação da regularidade e completude da documentação exigida neste Edital, a ser realizada por técnicos da Fundação Cultural de Itajaí. Apenas os proponentes que apresentarem documentação considerada apta serão encaminhados para a etapa de análise de conteúdo.

###### 8.1.2 Análise de Conteúdo

Abrange a avaliação do mérito artístico-cultural da proposta, de acordo com os critérios estabelecidos neste Edital, considerando a compatibilidade do perfil do proponente com as modalidades previstas.

##### 8.2 Critérios de Avaliação e Classificação

As propostas habilitadas documentalmente serão avaliadas com base nos seguintes critérios:

- Qualidade técnica e relevância** do material enviado e do descritivo da proposta;
- Trajetória artístico-cultural comprovada**, por meio de portfólio, currículo e registros de atuação;
- Reconhecimento público da atuação artística**, considerando regularidade de apresentações, participação em eventos e festivais, além de visibilidade em mídias especializadas e/ou sociais;
- Diversidade cultural e adequação ao perfil do evento/atividade**, respeitando o interesse público e a programação cultural do município.

###### 8.2.1 Critério de Desempate

Em caso de equivalência entre propostas dentro da mesma categoria e subcategoria, será adotada a **ordem de inscrição na plataforma Prosas** como critério de desempate, exclusivamente para fins de definição da ordem de chamada dos credenciados.

###### 8.3 Da Desclassificação

Será automaticamente desclassificada a inscrição que:



- a) Não apresentar a documentação exigida;
- b) Não submeter os materiais obrigatórios para análise de conteúdo;
- c) Apresentar informações falsas ou adulteradas;
- d) Descumprir qualquer outra disposição deste Edital.

#### 8.4 Da Avaliação e Homologação

A habilitação documental será realizada por técnicos da Fundação Cultural de Itajaí.

A análise de conteúdo, a classificação das propostas e a homologação dos resultados caberão ao **Conselho Deliberativo da Fundação Cultural de Itajaí**, colegiado composto por representantes de diversos segmentos da gestão cultural e da administração pública municipal, conforme previsto no Decreto nº 13.491, de 30 de janeiro de 2025, e suas atualizações.

Compete ao Conselho Deliberativo:

- a) Avaliar o mérito artístico-cultural das propostas habilitadas;
- b) Definir a classificação por categorias e estilos, observados os critérios deste Edital;
- c) Homologar os resultados da avaliação;
- d) Julgar eventuais recursos interpostos pelos proponentes.

**Parágrafo único:** Os projetos aprovados na primeira reunião do Conselho Deliberativo da Fundação Cultural de Itajaí terão prioridade na classificação e assim, sucessivamente a cada reunião mensal deliberativa do referido Conselho, resguardada a ordem de inscrição.

### 9 IMPEDIMENTOS À PARTICIPAÇÃO E PRINCÍPIOS DE MORALIDADE

#### 9.1 Princípio da Moralidade:

Para garantir lisura, imparcialidade e respeito ao interesse público, ficam estabelecidas as vedações à participação neste edital, prevenindo conflitos de interesses, nepotismo e outras irregularidades.

#### 9.2 Não poderão participar deste edital:

- ✓ Menores de 18 (dezoito) anos de idade, exceto quando emancipados;
- ✓ Proponentes que não tenham cumprido contrapartidas ou deixado de prestar contas em editais anteriores da Fundação Cultural de Itajaí;
- ✓ Proponentes inadimplentes ou em situação de irregularidade com a Administração Pública nas esferas municipal, estadual ou federal;
- ✓ Membros da Comissão Julgadora, do Conselho Deliberativo e servidores da Fundação Cultural de Itajaí;
- ✓ Pessoas jurídicas cujos sócios ou dirigentes estejam enquadrados nas vedações acima;
- ✓ Todos os participantes deverão apresentar, no ato da inscrição, uma declaração de ausência de conflito de interesses, conforme modelo disponibilizado no edital. (ANEXO 3).

### 10. DA VEDAÇÃO À PROMOÇÃO PESSOAL

#### 10.1 É proibido o uso de projetos culturais para promoção pessoal:

- ✓ Uso de nomes, símbolos, imagens, vídeos ou áudios que favoreçam indivíduos, como autoridades ou servidores públicos.
- ✓ Associação do projeto a partidos políticos ou campanhas eleitorais.
- ✓ Menção indevida a pessoas físicas em detrimento do objeto cultural do projeto.
- ✓ Projetos de cunho político/ideológico.

#### 10.2 Critérios para Identificação de Promoção Pessoal:

- ✓ Uso de nomes próprios ou imagens para promoção pessoal, salvo quando necessário para identificar a autoria.
- ✓ Utilização de slogans, jingles ou elementos visuais relacionados a campanhas políticas ou pessoais.
- ✓ Elementos visuais de cunho político/ideológico.

#### 10.3 Processo de Avaliação:

- ✓ Qualquer cidadão pode denunciar violação, com identificação e provas, à Fundação Cultural de Itajaí, que terá 10 dias úteis para analisar a denúncia.
- ✓ O proponente poderá se defender em 5 dias úteis após a notificação, e a Fundação Cultural de Itajaí emitirá decisão final em 5 dias úteis.
- ✓ A decisão final pode ser recorrida ao Conselho Deliberativo da Fundação em até 5 dias úteis.

#### 10.4 Penalidades por Violação:

- ✓ Advertência com prazo de 5 dias úteis para correção.
- ✓ Suspensão temporária de licitações ou contratos por até 2 anos, em casos graves ou reincidência.
- ✓ Rescisão do contrato com devolução dos recursos em casos de violação dolosa ou grave.
- ✓ Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos casos mais graves.

#### 10.5 Todos os materiais de divulgação devem ser aprovados pela Fundação Cultural de Itajaí.

### 11 DA PUBLICIDADE, DIVULGAÇÃO E SOLICITAÇÃO DE RECURSO

**11.1** Em observância ao princípio constitucional da Publicidade e visando garantir amplo acesso às informações relativas a este Edital, a Fundação Cultural de Itajaí se compromete a divulgar todas as etapas, resultados e informações relevantes através dos seguintes meios oficiais:

- ✓ Diário Oficial do Município de Itajaí;
- ✓ Site oficial da Fundação Cultural de Itajaí ([www.fundacaocultural.itajai.sc.gov.br](http://www.fundacaocultural.itajai.sc.gov.br));
- ✓ Redes sociais oficiais da Prefeitura Municipal de Itajaí e da Fundação Cultural de Itajaí.
- ✓ No site <https://prosas.com.br>

#### 11.2 Serão obrigatoriamente publicados nos meios acima mencionados:

- ✓ O presente Edital e eventuais retificações;
- ✓ O resultado preliminar da fase de análise de conteúdo;
- ✓ O resultado final, após recursos;
- ✓ Eventuais suspensões ou cancelamentos do processo;
- ✓ Respostas a questionamentos e pedidos de esclarecimento de interesse geral;
- ✓ Decisões sobre casos omissos.

#### 11.3 Os prazos para cada etapa de divulgação serão:

- ✓ Publicação de resultados preliminares: até 5 (cinco) dias úteis após a conclusão da respectiva fase;
- ✓ Publicação de resultados finais: até 5 (cinco) dias úteis após o término do prazo recursal;
- ✓ Respostas a questionamentos: até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento.

#### 11.4 É de responsabilidade exclusiva dos participantes o acompanhamento das publicações nos meios oficiais indicados neste Edital.

**11.5** A Fundação Cultural de Itajaí poderá, a seu critério, utilizar outros meios de comunicação complementares, como envio de e-mails aos participantes, sem prejuízo da obrigatoriedade da publicação nos meios oficiais.

**11.6** Todas as publicações realizadas nos meios oficiais mencionados serão consideradas como cientificação oficial dos participantes para todos os efeitos legais.

**11.7** A transparência e o acesso à informação serão assegurados em todas as fases do processo, respeitando-se as disposições da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) e as normas municipais correlatas.

**11.8** Em caso de negativa do credenciado ao chamado, este será automaticamente remetido ao final da sua lista de classificação.

### 12. DA OBRIGAÇÃO DOS PROJETOS CONTEMPLADOS

**12.1** As apresentações serão autorizadas com datas e locais determinados somente pela Fundação Cultural de Itajaí;

**12.2** Nos casos em que os proponentes não puderem executar o serviço, será seguida a lista de aprovados.

**12.3** Toda divulgação relacionada a iniciativas contempladas neste edital deverá ser repassada por e-mail para aprovação. O envio deverá ser para o endereço eletrônico: [cultura@itajai.sc.gov.br](mailto:cultura@itajai.sc.gov.br);

**12.4** Todo o material deverá exibir as marcas da Prefeitura de Itajaí e da Fundação Cultural de Itajaí em suas publicações e/ou espaços comunicativos, além de, em todas as ações de promoção e divulgação, informar o apoio da Fundação Cultural de Itajaí na execução da apresentação;

**12.5** Divulgações não solicitadas deverão sofrer notificações/sanções administrativas e jurídicas;

**12.6** O Proponente deverá responder toda e qualquer dúvida, informação ou diligência referente ao projeto credenciado;

### 13 DA AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E MATERIAL AUDIOVISUAL

**13.1** Os inscritos e contemplados no processo de credenciamento autorizam, desde já, a Fundação Cultural de Itajaí e a Prefeitura Municipal de Itajaí a:

- ✓ Mencionar seu apoio em materiais e ações institucionais;
- ✓ Realizar registro documental do processo de gravação do material audiovisual;
- ✓ Compartilhar o material audiovisual produzido nas páginas oficiais da Prefeitura Municipal, em redes sociais e em outras mídias que se façam necessárias;
- ✓ Liberar, de forma total, os direitos de imagem relacionados ao material produzido;
- ✓ Disponibilizar o material para fins de pesquisa e outras necessidades que se relacionem ao serviço público;
- ✓ Utilizar o material nos processos de auditoria e prestação de contas ao Tribunal de Contas da União;
- ✓ Utilizar o material em ações que a Fundação Cultural de Itajaí e a Prefeitura Municipal considerem oportunas.

### 14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

**14.1** Promover condições para a execução contratual estabelecida neste edital;

**14.2** Assegurar livre acesso das pessoas credenciadas pela contratada para a execução dos serviços;

**14.3** Empenhar os recursos necessários para garantir o pagamento das notas fiscais, mantendo as faturas em dia e efetuando o pagamento em até 30 dias a partir da apresentação da nota fiscal, que deve ser emitida após a prestação do serviço.

**14.4** Notificar a CONTRATADA por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução dos serviços, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

**14.5** Fiscalizar a prestação dos serviços, comunicando a contratada quaisquer fatos que necessitem sua imediata intervenção;

**14.6** Controlar e acompanhar toda a execução desse contrato;

**14.7** Designar Fiscal de Execução de Contrato e Fiscal de Gestão de Contrato para acompanhamento do CONTRATO.

### 15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**15.1** O Proponente deverá manter atualizados os seus dados cadastrais enquanto estiver participando do processo seletivo para o credenciamento;

**15.2** O ato da inscrição implica na plena concordância e aceitação das normas constantes no presente edital;

**15.3** A constatação de irregularidades nos documentos implica na desclassificação da inscrição a qualquer tempo, com a obrigação de devolução do valor corrigido, sem prejuízo das demais cominações



penais, civis e administrativas;

**15.4** As apresentações realizadas sem a prévia determinação/autorização expressa e formalizada por meio da Fundação Cultural de Itajaí, não receberão o repasse correspondente;

**15.5** A Prefeitura Municipal de Itajaí não se responsabiliza por inscrições não concluídas devido às falhas tecnológicas, tais como, problemas em servidores, na transmissão de dados, na linha telefônica, em provedores de acesso ou por lentidão provocada pelo excesso de acessos simultâneos, equipamentos eletrônicos e afins.

**15.6** A Fundação Cultural de Itajaí e Prefeitura Municipal de Itajaí não se responsabilizam pelas licenças e autorizações necessárias e outros encargos relacionados aos materiais audiovisuais fornecidos pelos Proponentes/Contratados, cabendo aos mesmos às responsabilidades legais e jurídicas;

**15.7** A contratação para essa chamada não gera vínculos trabalhistas com a Fundação Cultural de Itajaí, e nem com a Prefeitura Municipal de Itajaí;

**15.8** A Fundação Cultural de Itajaí e a Prefeitura Municipal de Itajaí se reservam ao direito de realizar diligências por meio de comunicações, ou informações aos Proponentes, por meio eletrônico e/ou telefônico;

**15.9** Dúvidas relacionadas às questões técnicas do presente chamamento, bem como outros esclarecimentos podem ser obtidos por meio do endereço eletrônico [cultura@itajai.sc.gov.br](mailto:cultura@itajai.sc.gov.br) ;

**15.10** Os casos omissos e as dúvidas surgidas no presente Edital, nas fases habilitação e execução de seu objeto, serão resolvidos e ressalvados a competência do Conselho Deliberativo da Fundação Cultural de Itajaí e Assessoria Jurídica da Prefeitura Municipal de Itajaí para dirimir procedimento, formas e critério de julgamento na ausência da disposição editalícia.

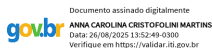
**15.11** Fica eleito o foro da Comarca de Itajaí, por mais privilegiado que outros sejam, para dirimir as questões que não puderem ser, amigavelmente, resolvidas pelas partes.

Itajaí (SC), 26 de agosto de 2025.

ANEXO 1 - Autorização para uso de Imagens e materiais audio visual.

ANEXO 2 - Cópia de Contrato autenticado ou declaração de exclusividade com firma reconhecida por verdadeira em cartório (caso seja representado por outro proponente).

ANEXO 3 - Declaração de ausência de conflito de interesses.



**Elisabete Laurindo de Souza**  
Diretora Executiva da Fundação Cultural de Itajaí

**Anna Carolina Cristofolini Martins**  
Superintendente Administrativa das Fundações

## ATOS DA PROCURADORIA



**MUNICÍPIO DE ITAJAÍ**  
PROCURADORIA-GERAL  
PROCURADORIA LEGISLATIVA

**DECRETO Nº 13.745, DE 25 DE AGOSTO DE 2025.**

### **SUBSTITUI MEMBROS DA COMISSÃO INTERSETORIAL DE ANÁLISE TÉCNICA.**

O Prefeito de Itajaí, no uso de suas atribuições e com fundamento no art. 47, inciso VII, da Lei Orgânica do Município de Itajaí, e, considerando o teor do processo administrativo nº 283967/2025-~~e~~,

#### **DECRETA:**

**Art. 1º** Ficam nomeados como membros da “Comissão Intersetorial de Análise Técnica” dos produtos referentes ao contrato de prestação de serviços nº 001/2024, firmado entre o Consórcio Intersetorial Multifinalitário da Região da AMFRI - CIM-AMFRI com a empresa Alleanza Projetos e Consultoria Ltda., em substituição às nomeações realizadas através do Decreto nº 13.247, de 13 de maio de 2024, os seguintes membros:

- Representante do Instituto Itajaí Sustentável – INIS:  
Maria Heloisa Cardozo Furtado Lenzi, substituindo Felipe Ramiro Phaelante da Camara Lima

- Representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação:  
Mario Eduardo Freitas Silva, substituindo Luiz Fernando Pacheco Gomes

- Representante da Secretaria Municipal de Obras:  
Antonio Juscelino de Souza Mello, substituindo Maykon Duarte Correa

- Representante da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil:  
Raphael Catharina, substituindo Thamy Regina Reiser

**Art. 2º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Itajaí, 25 de agosto de 2025.

**ROBISON JOSÉ COELHO**  
Prefeito Municipal

**MÁRCIO CRISTIANO DORNELLES DIAS**  
Procurador-Geral do Município



**MUNICÍPIO DE ITAJAÍ**  
PROCURADORIA-GERAL  
PROCURADORIA LEGISLATIVA

**DECRETO Nº 13.746, DE 25 DE AGOSTO DE 2025.**

### **DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO DA CIDADE DE ITAJAÍ – CONCIT.**

O Prefeito de Itajaí, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 47, inciso VII da Lei Orgânica do Município de Itajaí e arts. 185 e 186 da Lei Complementar nº 449, de 11 de março de 2024, e, por fim, considerando o teor do processo administrativo nº 251828/2025-e;

#### **DECRETA:**

**Art. 1º** Fica homologado o Regimento Interno do Conselho da Cidade de Itajaí – CONCIT, objeto do Anexo Único do presente Decreto.

**Art. 2º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Itajaí, 25 de agosto de 2025.

**ROBISON JOSÉ COELHO**  
Prefeito Municipal

**MÁRCIO CRISTIANO DORNELLES DIAS**  
Procurador-Geral do Município



**MUNICÍPIO DE ITAJAÍ**  
PROCURADORIA-GERAL  
PROCURADORIA LEGISLATIVA

**ANEXO ÚNICO**

**REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO DA CIDADE DE ITAJAÍ – CONCIT**

#### **CAPÍTULO I** **DA FINALIDADE**

**Art. 1º** Este Regimento tem por finalidade disciplinar a organização, o funcionamento e as atribuições do Conselho da Cidade de Itajaí – CONCIT, no âmbito do Município de Itajaí/SC, com vistas a assegurar o pleno exercício de suas competências no acompanhamento, formulação, monitoramento e avaliação da política municipal de desenvolvimento urbano, em consonância com os objetivos para os quais foi instituído.

#### **CAPÍTULO II** **DA NATUREZA**

**Art. 2º** O Conselho da Cidade é o órgão colegiado que reúne representantes do poder público e da sociedade civil, sendo permanente e de caráter consultivo, podendo assumir as decisões deliberativas previstas em lei, ou por delegação do Executivo.

#### **CAPÍTULO III** **DA CONSTITUIÇÃO**

**Art. 3º** O Conselho da Cidade de Itajaí foi criado pela Lei Complementar nº 449, de 11 de março de 2024 e será composto por 30 (trinta) membros titulares e seus respectivos suplentes, de acordo com as seguintes proporções:

- I - no máximo 40% (quarenta por cento) do poder público;
  - II - um representante do Fórum Permanente da Agenda 21 Local de Itajaí;
  - III - sociedade civil, representando a diversidade de atores que a compreende e a presença de minorias;
  - IV - Polícia Militar de Santa Catarina.
- §1º O preenchimento dos conselheiros titulares e suplentes, na proporcionalidade prevista no caput deste artigo ocorrerá da seguinte forma:
- I. Poder Público: 12 vagas
  - II. Associação de Moradores: 06 vagas
  - III. Entidades Empresariais: 02 vagas
  - IV. Entidades Profissionais: 03 vagas
  - V. Entidades Educacionais e de Pesquisa: 02 vagas
  - VI. Entidades Sindicais: 02 vagas
  - VII. Organizações Não Governamentais: 01 vaga
  - VIII. Agenda 21: 01 vaga
  - IX. Polícia Militar: 01 vaga
- §2º A Polícia Militar de Santa Catarina e o Fórum Agenda 21, assim como o Poder Público, deverão indicar os nomes de quem os irá representar, como titular e suplente.
- §3º Para fins de composição do Conselho da Cidade, considera-se:
- a) Associações de Moradores: entidades civis sem fins lucrativos, constituídas por moradores e/ou proprietários de determinada localidade do Município de Itajaí, com finalidade de representação comunitária e defesa dos interesses coletivos dos residentes de bairro, região ou núcleo urbano, com abrangência municipal;

RUA ALBERTO WERNER, 100 – VILA OPERÁRIA - ITAJAÍ/SC – CEP 88.304.053  
FONE (47) 3341-6000



**MUNICÍPIO DE ITAJAÍ**  
**PROCURADORIA-GERAL**  
**PROCURADORIA LEGISLATIVA**

b) Entidades Empresariais: instituições representativas do setor produtivo, constituídas por organizações ou pessoas jurídicas que atuam nas áreas do comércio, indústria, serviços ou desenvolvimento econômico local, relacionados à produção e ao financiamento do desenvolvimento urbano;

c) Entidades Profissionais: entidades formadas por profissionais liberais, técnicos ou especializados, voltadas à representação de categorias regulamentadas ou à promoção do exercício ético, técnico e científico das profissões relacionadas ao planejamento urbano e territorial;

d) Entidades Educacionais e de Pesquisa: instituições de ensino ou centros de produção, pesquisa e difusão do conhecimento, públicos ou privados, com atuação nas áreas urbanas, sociais, ambientais ou territoriais, com atividades relacionadas ao planejamento urbano e territorial;

e) Entidades Sindicais: organizações representativas de categorias de trabalhadores ou empregadores urbanos ou rurais, legalmente constituídas, com atuação no território municipal;

f) Organizações Não Governamentais: entidades civis sem fins lucrativos, autônomas, com atuação comprovada em áreas de interesse público, como meio ambiente, inclusão social, habitação, mobilidade, acessibilidade ou patrimônio cultural, desde que não se enquadrem nas categorias anteriores e com atividades relacionadas ao planejamento urbano e territorial;

§4º Os conselheiros representantes das Secretarias, Fundações e Autarquias Municipais, bem como dos demais órgãos com assento no conselho deverão ser indicados pelas respectivas entidades, no prazo de 30 (trinta) dias contados da solicitação, para nomeação pelo Chefe do Poder Executivo e posse no Conselho.

§5º A designação dos membros do Conselho compreenderá a dos respectivos suplentes.

§6º Os membros do Conselho e os respectivos suplentes exercerão mandato de 2 (dois) anos, admitindo-se a recondução por períodos iguais e sucessivos, sendo que a escolha dos representantes da sociedade civil deverá ocorrer mediante audiência pública.

§7º Os representantes de entidade, titular e suplente, perderão o mandato se faltarem a três (3) reuniões consecutivas ou cinco (5) alternadas durante todo o mandato, no caso de não haver justificativa comunicada antecipadamente ao CONCIT.

§8º As faltas deverão ser sempre justificadas por meio de e-mail, acompanhado da respectiva documentação comprobatória e, para a aplicação da penalidade prevista no parágrafo anterior, a cassação do mandato deverá ser previamente submetida à deliberação do Conselho.

§9º A entidade será notificada para, em até 30 (trinta) dias, nomear outros representantes, titular e suplente, através de ofício ao Presidente do CONCIT.

§10. O não cumprimento do prazo acima acarretará a perda do mandato por parte da entidade eleita.

§11. Assumirá a vaga a entidade subsequente classificada de acordo com o processo eleitoral na mesma categoria.

§12. Na ausência de entidade classificada, ou sendo manifestado desinteresse em assumir a vaga, será realizada nova eleição para preenchimento do mandato em curso na vaga do respectivo segmento.

§13. A perda do vínculo legal do representante, titular ou suplente, com a entidade representada implicará na extinção concomitante de seu mandato, devendo a entidade oficiar o Presidente do CONCIT com a indicação de novo representante.

§14. A escolha dos representantes da sociedade civil deverá ser precedida de processo seletivo público, isonômico, aberto e transparente.

§15. Os órgãos e entidades que se candidatarem a uma vaga no CONCIT deverão estar relacionados com o respectivo segmento, estar em atividade regular, ter endereço fiscal e atuação comprovados no âmbito do Município de Itajaí/SC, bem como desenvolver atividades relacionadas ao planejamento urbano e territorial;

§16. A função de membro do Conselho é considerada de interesse público relevante e não será remunerada.

RUA ALBERTO WERNER, 100 – VILA OPERÁRIA - ITAJAÍ/SC – CEP 88.304.053  
FONE (47) 3341-6000



**MUNICÍPIO DE ITAJAÍ**  
**PROCURADORIA-GERAL**  
**PROCURADORIA LEGISLATIVA**

**CAPÍTULO IV**  
**DA ELEIÇÃO DAS ENTIDADES**

**Art. 4º** A eleição das entidades será realizada em audiência pública e deverá seguir os seguintes procedimentos:

I – Serão nomeados no mínimo 03 (três) conselheiros que farão parte da Comissão Organizadora do Processo Eleitoral, que em conjunto com a Secretaria do Conselho da Cidade realizarão os atos de convocação, análise da documentação e homologação das entidades inscritas;

II – Será publicado edital de convocação das entidades para participarem do processo eleitoral (conforme modelo do ANEXO V), com pelo menos 30 (trinta) dias antes da data da eleição e com prazo de 20 (vinte) dias para inscrição das entidades;

III – Os interessados deverão observar os prazos no edital, assim como entregar o Requerimento de Inscrição preenchido (Anexos I a IV deste Regimento – entidade civil), juntamente com a documentação solicitada, na forma e local indicados no Edital;

IV – O referido processo terá como finalidade a eleição das entidades representantes da sociedade civil do município de Itajaí/SC, conforme os segmentos definidos neste regimento;

V – A Comissão organizadora receberá os documentos de inscrição para análise e conferência, homologando ou não as inscrições, e notificando após a análise;

VI – No caso de documentação incompleta, a Comissão Organizadora intimará a entidade, por meio do endereço eletrônico, mensagem via aplicativo de WhatsApp ou carta com Aviso de Recebimento - AR, conforme dados fornecidos no ato da inscrição, para no prazo de 02 (dois) dias úteis, substituir a documentação ou apresentar documento faltante;

VII – Na data e local designados para ocorrer a eleição das entidades, antes do início da votação, será procedida a apresentação oficial da lista das entidades regularmente inscritas e homologadas, em conformidade com os critérios e documentos exigidos no edital;

VIII – Cada entidade regularmente inscrita terá direito a um único voto, a ser exercido por um representante oficialmente designado, podendo votar em todos os segmentos representativos, independentemente daquele ao qual a entidade pertença;

IX – Após o início formal do processo eleitoral, não serão admitidas novas assinaturas na lista de presença, tampouco a inclusão de novos votantes. Terão direito a voto apenas os representantes cujo nome constar na lista de presença devidamente assinada até o início da votação;

X – Caso o número de entidades homologadas seja igual ao número de vagas disponíveis em determinado segmento, a eleição será realizada por aclamação, sendo dispensada a etapa de votação formal;

XI – A contagem dos votos será realizada imediatamente após o encerramento da coleta das cédulas preenchidas, em ato contínuo, na presença dos representantes das entidades votantes;

XII – Em caso de empate na apuração dos votos, será adotado, em primeiro lugar, o critério de antiguidade da entidade, conforme data de constituição constante em seu estatuto ou registro oficial. Persistindo o empate, o desempate será definido por sorteio público entre as entidades empatadas;

XIII – Serão consideradas eleitas, dentro do limite de vagas estabelecido no edital, as entidades que obtiverem o maior número de votos válidos, respeitados os critérios de segmentação e representatividade;

XIV – Na ausência de preenchimento de vagas por entidades da sociedade civil em um dos segmentos definidos neste regimento, poderão as demais entidades de outros segmentos disputar a vaga mediante voto;

XV – Permanecendo vagas a serem preenchidas, ultrapassadas as etapas anteriores, poderá a mesma entidade ocupar 02 (duas) cadeiras, por meio de voto entre todas as entidades inscritas;

XVI – Os casos omissos a respeito da eleição das entidades serão resolvidos pelo Presidente do CONCIT e membros da Comissão Organizadora designados para conduzir o processo eleitoral;

RUA ALBERTO WERNER, 100 – VILA OPERÁRIA - ITAJAÍ/SC – CEP 88.304.053  
FONE (47) 3341-6000



**MUNICÍPIO DE ITAJAÍ**  
**PROCURADORIA-GERAL**  
**PROCURADORIA LEGISLATIVA**

XVII – Do resultado final do processo de eleição, poderão as entidades participantes apresentar recurso no prazo de 02 (dois) dias úteis para a Comissão Organizadora do Processo Eleitoral, que analisará em até 5 (cinco) dias úteis, proferindo decisão.

**CAPÍTULO V**  
**DAS INSTALAÇÕES**

**Art. 5º** O CONCIT disporá de infraestrutura de pessoal, instalações e equipamentos adequados, junto à Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação, para acesso à informação, guarda e arquivo da documentação por ele gerada e ou recebida, sob responsabilidade da Secretaria Executiva.

**CAPÍTULO VI**  
**DAS COMPETÊNCIAS**

**Art. 6º** Ao Conselho da Cidade, nos termos do art. 185 da LC 449/2024 e demais legislações correlatas, compete:

I – analisar, debater, deliberar e participar dos processos de elaboração e revisão do Plano Diretor de Itajaí e todas as demais regulações urbanísticas;

II – analisar e deliberar sobre as propostas de detalhamento, regulamentação, leis e demais instrumentos de implementação do Plano Diretor de Itajaí e da política urbana em geral;

III – acompanhar e avaliar a montagem e execução das operações urbanas, a aplicação dos instrumentos urbanísticos, os consórcios públicos e privados, os planos e projetos de qualificação urbana, habitabilidade e infraestrutura;

IV – analisar, em grau de recurso e de forma deliberativa, a aprovação dos Projetos Especiais;

V – analisar e deliberar acerca de empreendimentos imobiliários de grande porte, com base no EIV;

VI – acompanhar os resultados do monitoramento da evolução urbana e avaliar os efeitos do Plano Diretor de Itajaí e da política urbana;

VII – propor ajustes e mudanças nas estratégias e prioridades do Plano Diretor de Itajaí, apresentar projetos e programas da política urbana, segundo os resultados do controle, avaliação e acompanhamento, com base em estudos socioeconômicos do Município;

VIII – acompanhar a elaboração, implementação e monitoramento dos planos setoriais, zelando pela integração das políticas de solo urbano/controle urbano, trânsito, meio ambiente, patrimônio cultural, transporte e acessibilidade urbana, saneamento ambiental e habitação;

IX – convocar e participar da organização e coordenação das conferências e assembleias territoriais;

X – fiscalizar e emitir parecer sobre a aplicação dos recursos advindos dos instrumentos de política urbana e do Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano;

XI – aprovar o seu Regimento Interno e propor, sempre que necessário, a sua alteração;

XII – analisar e deliberar em grau de recurso em caso de divergência de interpretação na análise dos projetos quanto a legislação urbanística;

XIII – analisar e deliberar, em grau de recurso, nos casos de indeferimento de alvarás construtivos e de funcionamento relacionados a obras novas ou construções existentes que abrigam atividades consideradas de importância estratégica para o Município de Itajaí, conforme definido no §1º do art. 14 da Lei Complementar nº 449/2024, especialmente oficinas de motores, usinagens, metalúrgicas, empreendimentos ligados à construção naval, à atividade náutica e à pesca, com suas respectivas instalações, produtos e subprodutos;

XIV – definir, no âmbito de sua competência, as situações em que será possível a concessão de alvarás para reforma, ampliação, transferência ou modificação de uso de edificações localizadas em zonas ou setores onde determinadas atividades sejam consideradas como de uso proibido, nos termos dos arts. 115 e

RUA ALBERTO WERNER, 100 – VILA OPERÁRIA - ITAJAÍ/SC – CEP 88.304.053  
FONE (47) 3341-6000



**MUNICÍPIO DE ITAJAÍ**  
**PROCURADORIA-GERAL**  
**PROCURADORIA LEGISLATIVA**

116 da Lei Complementar nº 449/2024, observando-se o direito de vizinhança e, quando exigido, o Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV;

XV – analisar e deliberar sobre solicitações especiais de aplicação dos recursos oriundos de outorgas onerosas do direito de construir, termos de ajustamento de conduta e instrumentos similares, em relação à sua destinação para manutenção, conservação e preservação do patrimônio cultural, conforme previsto no §4º do art. 158 da Lei Complementar nº 449/2024;

XVI – manifestar-se, quando consultado, sobre o enquadramento de atividades não contempladas expressamente na Lei Complementar nº 449/2024, quanto à sua Tipologia de Uso, conforme previsto no art. 60 da referida lei;

XVII – manifestar-se, em caráter consultivo, sobre projetos e empreendimentos habitacionais, de turismo ou de lazer localizados na Zona de Proteção Ambiental 1, conforme previsto no §1º do art. 79 da Lei Complementar nº 449/2024, observados os parâmetros urbanísticos, as exigências ambientais e as competências dos demais órgãos envolvidos;

XVIII – manifestar-se quanto à anuidade para aplicação excepcional dos parâmetros da ZTU4 em lotes e ocupações consolidadas situadas acima da cota 20, nos termos do §5º do art. 79 da Lei Complementar nº 449/2024, desde que não contrariem a legislação ambiental vigente e mediante análise conjunta com o Conselho Municipal do Meio Ambiente (COMDEMA);

XIX – manifestar-se, em conjunto com o Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMDEMA), sobre a implantação de atividades habitacionais unifamiliares, de turismo e de lazer, incluindo pousadas e casas de repouso, nas áreas da Zona de Proteção Ambiental 2 (ZPA 2), nos termos do art. 80 da Lei Complementar nº 449/2024, considerando os parâmetros urbanísticos exigidos, os limites ambientais aplicáveis e a importância estratégica das morrarias como patrimônio cênico e ecológico do Município de Itajaí;

XX – manifestar-se, previamente à abertura de processo licitatório pelo poder público, sobre a instalação em espaços públicos de unidades comerciais como carros de lanches, cafés, floriculturas, bancas de revistas e atividades congêneres, conforme previsto no §9º do art. 82 da Lei Complementar nº 449/2024;

XXI – analisar e deliberar, em grau de recurso, sobre decisões da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação relativas à implantação de atividades classificadas como permissivas, conforme previsto no art. 114, §1º, da Lei Complementar nº 449/2024, especialmente quando houver divergência quanto à compatibilidade do uso com a zona urbana e os impactos apontados no Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV;

XXII – manifestar-se previamente, de forma consultiva, sobre propostas de Instrução Normativa da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação que tratem da classificação das categorias de uso comercial, de serviços e industrial quanto ao porte e ao risco, conforme previsto no parágrafo único do art. 119 da Lei Complementar nº 449/2024;

XXIII – manifestar-se previamente, de forma consultiva, sobre propostas de Instrução Normativa da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação (SEDUIH) que regulamentem os Corredores de Comércio e Serviços localizados em Zonas de Média Capacidade (ZMCs), conforme previsto no parágrafo único do art. 121 da Lei Complementar nº 449/2024;

XXIV – autorizar, mediante apresentação de projeto técnico e respeitadas as regras de acessibilidade, a elevação do nível do pavimento térreo acima de 1,50m em edificações situadas em áreas com histórico de inundações superiores a esse limite, nos termos do §6º do art. 124 da Lei Complementar nº 449/2024;

XXV – aprovar, previamente, projetos de alargamento viário, implantação de corredores de ônibus, ciclovias, passeios e abertura de novos arruamentos, nos casos em que esses projetos interfiram nos recuos frontais das edificações, conforme previsto no §3º do art. 128 da Lei Complementar nº 449/2024;

RUA ALBERTO WERNER, 100 – VILA OPERÁRIA - ITAJAÍ/SC – CEP 88.304.053  
FONE (47) 3341-6000





**MUNICÍPIO DE ITAJAÍ**  
**PROCURADORIA-GERAL**  
**PROCURADORIA LEGISLATIVA**

XXVI – deliberar sobre a aprovação da exigência diferenciada de vagas de estacionamento em empreendimentos habitacionais voltados para faixas de renda enquadradas em programas habitacionais, conforme previsto no §5º do art. 132 da Lei Complementar nº 449/2024;

XXVII – deliberar sobre o enquadramento de empreendimentos e intervenções urbanas como Projetos Especiais, nos termos do §1º do art. 137 da Lei Complementar nº 449/2024, incluindo aqueles de uso institucional, educacional, cultural, de lazer, saúde, segurança, turismo, desenvolvimento tecnológico, conjuntos habitacionais de interesse social, restauro de bens tombados ou acautelados e usos industriais vinculados às cadeias produtivas do porto, pesca, atividades náuticas e marítimas;

XXVIII – deliberar sobre o enquadramento como Projetos Especiais de construções multifamiliares paralisadas há mais de cinco anos, com ao menos quatro andares, para fins de aprovação de projeto e conclusão das obras inacabadas, desde que demonstrado o interesse social pertinente às famílias e à vizinhança, nos termos do §2º do art. 137 da Lei Complementar nº 449/2024;

XXIX – avaliar e emitir parecer técnico quanto à declaração de imóveis como subutilizados para fins de aplicação dos instrumentos de parcelamento, edificação ou utilização compulsória, conforme disposto no art. 144 da Constituição Federal, nos arts. 5º e 6º do Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001), no art. 105 da Lei Orgânica do Município de Itajaí e nos arts. 144 e 145 da Lei Complementar nº 449/2024, considerando os critérios urbanísticos, de ocupação, de conservação e o atendimento à função social da propriedade;

XXX – deliberar, quando provocado pelo Município, sobre a aplicação do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) progressivo no tempo, nos termos do art. 146 da Lei Complementar nº 449/2024, nos casos de descumprimento dos prazos e condições para parcelamento, edificação ou utilização compulsória do imóvel;

XXXI - acompanhar, propor diretrizes e deliberar sobre a aplicação dos recursos advindos dos instrumentos de política urbana, em especial da outorga onerosa do direito de construir e de alteração de uso, zelando pelo cumprimento das finalidades estabelecidas no art. 26 da Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e no Plano Diretor do Município;

XXXII – aprovar, em conjunto com os órgãos competentes, os projetos que receberão investimentos diretos oriundos da aplicação da Outorga Onerosa do Direito de Construir, nos termos do art. 157 da Lei Complementar nº 449/2024;

XXXIII – deliberar sobre propostas da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação – SEDUH para aplicação de redutor no Fator de Contribuição da Outorga Onerosa do Direito de Construir, com o objetivo de equilibrar o desenvolvimento urbano em bairros com menor valorização imobiliária, conforme previsto no §1º do art. 157 da Lei Complementar nº 449/2024;

XXXIV – deliberar sobre propostas de dação em pagamento de bens imóveis como forma de quitação da Outorga Onerosa do Direito de Construir, nos casos de relevante interesse público, desde que instruídas por processo administrativo regular e condicionadas à aprovação de projeto de lei pela Câmara de Vereadores, conforme disposto no §2º do art. 157 da Lei Complementar nº 449/2024;

XXXV – deliberar sobre a autorização para transferência do direito de construir entre imóveis distintos, públicos ou privados, nos termos do art. 162 da Lei Complementar nº 449/2024, considerando o valor de mercado da área de origem e da área receptora, conforme critérios definidos em regulamento municipal;

XXXVI – analisar e deliberar sobre casos omissos relacionados à equivalência de valores nas operações de transferência do direito de construir, conforme previsto no §4º do art. 162 da Lei Complementar nº 449/2024, zelando pela justiça urbanística e pela compatibilidade entre a área de origem e a área receptora;

XXXVII – aprovar, previamente, a instituição de Operações Urbanas Consorciadas no Município, nos termos do art. 165 da Lei Complementar nº 449/2024, inclusive quanto à possibilidade de alteração de parâmetros urbanísticos;

RUA ALBERTO WERNER, 100 – VILA OPERÁRIA - ITAJAÍ/SC – CEP 88.304.053  
FONE (47) 3341-6000



**MUNICÍPIO DE ITAJAÍ**  
**PROCURADORIA-GERAL**  
**PROCURADORIA LEGISLATIVA**

XXXVIII – aprovar a forma de controle das Operações Urbanas Consorciadas, nos termos do inciso VII do art. 167 da Lei Complementar nº 449/2024, assegurando mecanismos de transparência, acompanhamento técnico e participação social;

XXXIX – expedir resoluções que orientem a aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano – FMDU, em conformidade com o Plano Diretor e com a execução orçamentária a cargo da administração municipal, operacionalizada pela SEDUH, nos termos do §1º do art. 168 da Lei Complementar nº 449/2024;

XL – julgar, em segunda e última instância administrativa, os recursos interpostos contra decisões da Comissão de Recursos contra Atos Fiscais Urbanísticos – CoUrb, conforme previsto no art. 141 da Lei Complementar nº 467/2024, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, após admissibilidade conferida pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação;

XLI – demais competências estabelecidas no Plano Diretor e demais leis municipais.

§ 1º No exercício de suas atribuições, o Conselho da Cidade poderá solicitar informações aos órgãos do Município e convocar, quando necessário, autoridades administrativas da municipalidade para prestar informações e esclarecimentos nas sessões de controle, acompanhamento e avaliação da gestão do Plano Diretor de Itajaí.

§ 2º Poderá o Conselho da Cidade, após deliberação da maioria absoluta dos seus membros, desde que fundamentada tecnicamente, propor revisões parciais do Plano Diretor.

§ 3º O exercício das competências do Conselho da Cidade observará os limites legais de sua atuação como órgão colegiado de caráter consultivo, propositivo, fiscalizador e deliberativo, respeitadas as competências constitucionais e legais da Administração Pública Municipal.

**CAPÍTULO VII**  
**DA ORGANIZAÇÃO DO CONSELHO**

**Art. 7º** O Conselho da Cidade de Itajaí é composto por:

- I – Plenário;
- II – Presidente;
- III – Vice-presidente;
- IV – Secretária Executiva;
- V – Vice-secretário.

**SEÇÃO I**  
**DA PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DA CIDADE**

**Art. 8º** O Secretário de Desenvolvimento Urbano e Habitação presidirá o Conselho da Cidade e será substituído, em suas ausências pelo Vice-Presidente.

Parágrafo único. O Vice-Presidente será escolhido entre os representantes não governamentais, mediante votação.

**Art. 9º** Ao Presidente do Conselho compete:

- I – convocar e presidir as reuniões do Plenário;
- II – ordenar o uso da palavra;
- III – submeter à votação as matérias a serem decididas pelo Plenário;
- IV – submeter à apreciação do Plenário o relatório anual do Conselho;
- V – encaminhar ao Chefe do Poder Executivo e demais órgãos do Governo Municipal as informações e exposições de motivos sobre as matérias de competência do Conselho;

RUA ALBERTO WERNER, 100 – VILA OPERÁRIA - ITAJAÍ/SC – CEP 88.304.053  
FONE (47) 3341-6000



**MUNICÍPIO DE ITAJAÍ**  
**PROCURADORIA-GERAL**  
**PROCURADORIA LEGISLATIVA**

- VI – delegar competências as Secretário Executivo do Conselho, quando necessário;
- VII – zelar pelo cumprimento das disposições deste Regimento tomando, para este fim, as providências que se fizerem necessárias;
- VIII – solicitar a elaboração de estudos, informações e posicionamento sobre temas de relevante interesse público;
- IX – homologar deliberações e atos do Conselho da Cidade;
- X – assinar atas aprovadas nas reuniões do Conselho da Cidade, juntamente com o Secretário;
- XI – Solicitar as diligências requeridas pelo Relator.

**SEÇÃO II**  
**DO PLENÁRIO**

**SUBSEÇÃO I**  
**DA COMPOSIÇÃO**

**Art. 10.** O Plenário é o órgão superior de decisão do Conselho composto pelos membros mencionados no art. 3º deste regimento.

**SUBSEÇÃO II**  
**DO FUNCIONAMENTO**

**Art. 11.** O Plenário do CONCIT reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês, na primeira segunda feira do mês ou, extraordinariamente, por convocação de seu Presidente ou da maioria de seus membros, sendo exigida, nessa hipótese, a apresentação de justificativa por escrito ao presidente do Conselho.

§1º As convocações para as reuniões do Conselho serão feitas com, no mínimo, três (3) dias úteis de antecedência, com a publicação da respectiva pauta e toda documentação pertinente.

§2º As reuniões ocorrerão em regra de forma híbrida, presencial ou on-line, sendo que em casos de maior relevância ou complexidade, poderá o Presidente convocar exclusivamente de forma presencial.

**Art. 12.** Na primeira reunião ordinária anual, o Conselho da Cidade estabelecerá seu cronograma de reuniões ordinárias para o ano.

**Art. 13.** Ao Plenário compete:

- I – aprovar o cronograma de reuniões;
- II – analisar e deliberar sobre as matérias em pauta;
- III – propor, analisar e aprovar o Regimento Interno do Conselho e suas futuras modificações;
- IV – decidir sobre dúvidas relativas à interpretação deste Regimento;
- V – constituir grupos de trabalho quando julgar oportuno e conveniente e indicar os respectivos membros;
- VI – solicitar estudos ou pareceres técnicos especializados sobre matérias de interesse do Conselho;
- VII – apreciar e deliberar acerca dos assuntos especificados neste Regimento Interno (art. 6º) ou em outro instrumento normativo pertinente não reservadas exclusivamente ao presidente ou a outro membro do conselho;
- VIII – aprovar convidados, personalidades e representantes de órgãos e entidades públicas e privadas, dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário bem como outros técnicos para fazerem parte do Plenário sempre que julgarem necessário.

RUA ALBERTO WERNER, 100 – VILA OPERÁRIA - ITAJAÍ/SC – CEP 88.304.053  
FONE (47) 3341-6000



**MUNICÍPIO DE ITAJAÍ**  
**PROCURADORIA-GERAL**  
**PROCURADORIA LEGISLATIVA**

**Art. 14.** As reuniões do Conselho terão sua pauta distribuída quando da convocação observados os seguintes tópicos:

- I – abertura e informes da presidência;
- II – aprovação da pauta;
- III – debate e votação da ata da reunião anterior;
- IV – apresentação, debate e votação dos assuntos em pauta;
- V – apresentação de propostas de pauta para a próxima reunião;
- VI – manifestações gerais; e
- VII – encerramento.

**Art. 15.** As reuniões do Plenário devem ser registradas em ata, constando a relação de participantes e órgãos que foram representados, resumo de cada informe, relação dos temas abordados e deliberações tomadas a partir dos registros dos votos a favor, contra e abstenções.

**Art. 16.** As reuniões do Conselho Municipal serão iniciadas com a presença da maioria simples de seus membros, sendo as deliberações tomadas por maioria dos votos dos presentes.

§1º A primeira chamada para as reuniões se dará na hora marcada no edital de convocação, sendo exigida a presença da maioria dos conselheiros para se dar início aos trabalhos e que, não havendo quórum, em segunda convocação com pelo menos 1/3 dos integrantes do Conselho.

§2º Quando a convocação apresentar na pauta assuntos declarados "urgentes", e caso não se consiga o número mínimo de membros expressos no § 1º, o presidente poderá realizar uma segunda chamada após 30 (trinta) minutos da anterior, e dar início aos trabalhos com um mínimo de 30% (trinta por cento) de presença dos Conselheiros.

**Art. 17.** Os processos ou temas que tratem de questões relevantes, de alto impacto ou complexidade, serão distribuídos aos Conselheiros Titulares que atuarão como Relatores, devendo apresentar o seu voto, por escrito, na sessão seguinte.

§1º O Conselheiro Relator terá 15 (quinze) minutos para apresentar o relatório e o voto.

§2º Proferido o voto, cada Conselheiro poderá manifestar-se favorável ou contra, pelo tempo de 3 (três) minutos cada um.

§3º Encerrada a manifestação dos Conselheiros presentes, o Presidente colocará em votação, proferindo na continuidade o resultado.

§4º Caso haja pedido de vista por parte de qualquer Conselheiro, o processo será retirado de pauta, devendo o Conselheiro trazer seu voto, por escrito, na sessão seguinte.

§5º Havendo pedido de vista por mais de um conselheiro, estes deverão no mesmo prazo analisar e trazer seu voto na próxima reunião, vedada a reiteração do pedido de vista.

**Art. 18.** O presidente exercerá o voto de desempate.

**Art. 19.** As deliberações, pareceres e recomendações do Conselho serão formalizadas mediante resoluções homologadas pelo seu Presidente.

Parágrafo Único. O Conselheiro que pretender apresentar voto divergente por escrito, deverá fazê-lo no prazo de até cinco (5) dias após da sessão.

**Art. 20.** As sessões plenárias do CONCIT serão públicas.

§1º Poderão participar das sessões plenárias a convite, com direito a voz, representantes de órgãos públicos, entidades privadas e sociedade civil cuja área de competência se relacione com as atribuições do CONCIT.

RUA ALBERTO WERNER, 100 – VILA OPERÁRIA - ITAJAÍ/SC – CEP 88.304.053  
FONE (47) 3341-6000



**MUNICÍPIO DE ITAJAÍ**  
**PROCURADORIA-GERAL**  
**PROCURADORIA LEGISLATIVA**

§2º Todo cidadão poderá solicitar direito à palavra na sessão plenária, mediante inscrição prévia junto à Secretaria Executiva até 24 (vinte e quatro) horas antes da reunião. O tempo de fala será limitado a até 10 (dez) minutos por pessoa, observado o tempo total máximo de 30 (trinta) minutos por sessão destinado à participação cidadã.

§3º Caso o número de inscritos exceda o tempo total disponível, a Secretaria Executiva organizará a ordem de fala por critério de inscrição e representatividade, podendo o Plenário decidir pela ampliação ou reorganização da participação.

**Art. 21.** Anunciada a apreciação de um assunto pelo presidente, far-se-á a exposição da matéria, passando-se à discussão e à posterior votação, se for o caso.

**Art. 22.** Na sessão plenária serão apresentadas as matérias referentes aos temas pautados, conforme publicação no edital de convocação.

§1º Após a exposição da matéria, o Presidente passará à etapa de discussão com a abertura da palavra aos Conselheiros.

§2º Sendo matéria que dispensa relatoria e não havendo pedido de vista, será encaminhada para votação pelo presidente.

§3º A plenária poderá votar a dispensa de relatoria de matéria ou assunto geral.

**Art. 23.** Para matéria que demande relatoria, o Presidente designará, adotado critério de rodízio, um conselheiro que será o relator de cada processo, distribuindo-os entre os conselheiros por ordem de nomeação do Decreto.

§1º Caso a entidade não esteja representada no dia da reunião em que lhe seria distribuído o processo, será nomeado pelo Presidente como relator o representante da entidade seguinte.

§2º A Secretaria Executiva do CONCIT encaminhará cópia do processo ao relator e, havendo necessidade de mais informações ou diligências, este deverá solicitar de forma expressa ao Presidente do Conselho.

§3º Para fins de apreciação do Plenário do CONCIT, o parecer a ser emitido pelo relator deverá descrever o objeto em análise e trazer informações conclusivas sobre matéria submetida ao estudo.

**Art. 24.** O relator nomeado ou seu suplente deverão apresentar o voto e parecer na sessão imediata ao recebimento do processo e, não o fazendo, deverão apresentar justificativa uma única vez, fixando o plenário novo prazo.

§1º Ausente o relator ou suplente por duas sessões plenárias consecutivas sem justificativa, o Presidente designará novo relator, conforme sequência do rodízio, providenciando-lhe a entrega do processo.

§2º Tratando-se de matéria pendente de consulta à comunidade, o Plenário decidirá sobre ampliação do prazo.

**Art. 25.** Após a apresentação do parecer do relator, os Conselheiros definirão os procedimentos posteriores tais como:

I - pedido de vista;

II - pedido de diligência;

III - votação do parecer; ou

IV - arquivamento da matéria.

§1º O(s) pedido(s) de vista ocorrerá(ão) antes da matéria ser colocada em votação.

§2º O Conselheiro que pedir vista deverá emitir seu parecer até a sessão plenária subsequente, aplicando-se, no que couber, o disposto no art. 23 deste regimento.

RUA ALBERTO WERNER, 100 – VILA OPERÁRIA - ITAJAÍ/SC – CEP 88.304.053  
FONE (47) 3341-6000



**MUNICÍPIO DE ITAJAÍ**  
**PROCURADORIA-GERAL**  
**PROCURADORIA LEGISLATIVA**

§3º Caso o Conselheiro não apresente o parecer de vista na sessão seguinte e não justifique formalmente a ausência ou a impossibilidade de apresentação, caberá ao Presidente submeter ao Plenário a continuidade da deliberação com base no parecer do relator.

§4º Persistindo a ausência injustificada por duas sessões consecutivas, será automaticamente considerado vencido o pedido de vista, e a matéria seguirá para deliberação com base no parecer do relator.

§5º Havendo mais de um pedido de vista, os Conselheiros poderão emitir um único parecer em conjunto.

§6º O parecer de vista será apresentado e votado em sessão plenária se contiver divergência ou novidade em relação ao parecer do relator.

§7º Quando o parecer de vista acrescentar informações ou condicionantes ao parecer do relator, será colocada em votação a incorporação do conteúdo ao parecer original.

§8º Se o parecer de vista divergir do parecer do relator, ambos serão colocados em votação de forma paralela.

§9º Em casos em que não seja possível o prosseguimento da análise por ausência de informações do requerente, o processo será indeferido se as informações solicitadas não forem prestadas no prazo de até 60 (sessenta) dias.

**Art. 26.** Durante a votação, do parecer do relator ou do parecer de pedido de vista, só será admitido o uso da palavra para encaminhamento de votação ou declaração de voto.

§1º Para efeito de registro, só serão consideradas declarações de voto o que for constante em ata.

§2º Caberá pedido de revisão quando houver dúvida sobre a contagem de votos.

§3º Em caso de empate na votação, caberá ao Presidente proferir o voto de qualidade.

§4º Aprovado pelo CONCIT, os votos serão registrados na ata com quantitativo e identificação dos votos favoráveis, contrários e abstenções e, o parecer fará parte da ata como anexo.

§5º Vencido o Parecer do relator, não havendo parecer de vista, o Presidente designará, na mesma sessão, 01 (um) signatário do voto vencedor para elaboração, leitura e votação do novo parecer na próxima sessão.

§6º O parecer vencido integrará o processo.

**Art. 27.** As atas das sessões do CONCIT serão lavradas pelo(a) Secretário(a) Executivo(a) e nelas se relatará fidedignamente o quanto haja passado na respectiva sessão, devendo conter, obrigatoriamente:

I - dia, mês, hora e local de sua realização;

II - os nomes do Presidente e dos membros presentes, com seus respectivos órgãos ou entidades de representação, acompanhado da lista de presença devidamente assinada;

III - pauta, deliberações, processos aprovados, procedimentos encaminhados;

IV - registro de votos a favor, contra e abstenções dos membros do CONCIT.

**Art. 28.** Quando comparecer às sessões do CONCIT, o Chefe do Poder Executivo será seu presidente de honra.

**SEÇÃO III**  
**DA SECRETARIA-EXECUTIVA**

**Art. 29.** A Secretaria Executiva do Conselho da Cidade será ligada diretamente ao seu Presidente.

§1º A Secretaria Executiva do Conselho tem por finalidade a promoção do necessário apoio técnico-administrativo ao Conselho, fornecendo as condições para o cumprimento das competências legais do próprio Conselho.

§2º Caberá à Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação – SEDUH- prover o apoio administrativo e os meios necessários à execução dos trabalhos do Conselho da Cidade e sua funcionalidade.

RUA ALBERTO WERNER, 100 – VILA OPERÁRIA - ITAJAÍ/SC – CEP 88.304.053  
FONE (47) 3341-6000



**MUNICÍPIO DE ITAJAÍ**  
**PROCURADORIA-GERAL**  
**PROCURADORIA LEGISLATIVA**

§3º O Secretário Executivo e Vice-secretário do Conselho deverá ser indicado pelo Presidente, devendo tal encargo recair sob servidor do Poder Executivo Municipal.

**Art. 30.** São atribuições da Secretária Executiva do Conselho:

I - preparar, antecipadamente, as reuniões do Plenário do Conselho, incluindo convites a apresentadores de temas previamente aprovados, preparação de informes, remessas de material aos Conselheiros e outras providências;

II - acompanhar as reuniões do Plenário e redigir sua ata;

III - providenciar a remessa da cópia da ata a todos os componentes do Plenário;

IV - dar ampla publicidade a todos os atos deliberados no Conselho;

V - dar ampla publicidade aos documentos referentes aos assuntos que serão objeto de deliberação do Conselho;

VI - dar ampla publicidade a todos os atos de convocação das reuniões e demais atividades do Conselho;

VII - dar encaminhamento às conclusões do Plenário e acompanhar a implementação das deliberações de reuniões anteriores;

VIII - fornecer aos conselheiros, na forma de subsídios para o cumprimento de suas competências legais, informações e análises estratégicas produzidas nos vários órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e da Sociedade Civil;

IX - encaminhar ao Plenário, propostas de convênios e outros ajustes, visando à implementação das atribuições do Conselho;

X - atualizar, permanentemente, informações sobre a estrutura e funcionamento dos Conselhos das Cidades dos Municípios;

XI - despachar os processos e expedientes de rotina;

XII - acompanhar o encaminhamento dado às Resoluções emanadas do Conselho e das respectivas informações atualizadas durante os informes.

**Art. 31.** É atribuição do Vice-secretário substituir o secretário executivo em caso de ausência e/ou impedimento.

**CAPÍTULO VIII**  
**DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 32.** As funções dos membros do Conselho da Cidade serão consideradas serviço de relevante interesse público.

**Art. 33.** O Presidente do Conselho poderá requerer ao Chefe do Poder Executivo a colaboração técnica existente no serviço público ou a contratação de terceiros.

**Art. 34.** O Conselho poderá organizar mesas-redondas, oficinas de trabalho e outros eventos que congreguem áreas do conhecimento e tecnologia, visando a subsidiar o exercício das suas competências, tendo como relator um ou mais Conselheiros por ele designado.

**Art. 35.** Os casos omissos neste Regimento Interno serão resolvidos mediante aplicação subsidiária da legislação Federal, Estadual e Municipal pertinentes, bem como por deliberação do plenário do Conselho, observando os princípios da moralidade, transparência, legalidade, participação social, publicidade e eficiência.

RUA ALBERTO WERNER, 100 – VILA OPERÁRIA - ITAJAÍ/SC – CEP 88.304.053  
FONE (47) 3341-6000



**MUNICÍPIO DE ITAJAÍ**  
**PROCURADORIA-GERAL**  
**PROCURADORIA LEGISLATIVA**

**Art. 36.** O presente Regimento Interno entra em vigor na data da sua publicação, só podendo ser modificado por quórum qualificado de 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho da Cidade.



**MUNICÍPIO DE ITAJAÍ**  
**PROCURADORIA-GERAL**  
**PROCURADORIA LEGISLATIVA**

**ANEXO I DO REGIMENTO**

**REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO ELEIÇÃO DAS ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL  
PARA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DA CIDADE DE ITAJAÍ/SC – EDITAL Nº \_\_\_\_/\_\_\_\_**

**I – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE DA SOCIEDADE CIVIL**

Razão Social: \_\_\_\_\_  
Nome Fantasia (se houver): \_\_\_\_\_  
CNPJ: \_\_\_\_\_  
Endereço Completo: \_\_\_\_\_  
Bairro: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_  
Telefone(s): \_\_\_\_\_  
E-mail institucional: \_\_\_\_\_  
Segmento de Atuação: \_\_\_\_\_  
( ) Associação de Moradores  
( ) Entidade Empresarial  
( ) Entidade Profissional  
( ) Entidade Educacional e/ou de Pesquisa  
( ) Entidade Sindical  
( ) ONG

**II – REPRESENTAÇÃO LEGAL DA ENTIDADE** Nome do Representante Legal: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_ RG: \_\_\_\_\_  
Cargo ocupado: \_\_\_\_\_  
Telefone: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_

**III – INDICAÇÃO DOS REPRESENTANTES PARA O CONSELHO**

Conselheiro Titular  
Nome completo: \_\_\_\_\_ RG: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_  
Cargo/função na entidade: \_\_\_\_\_  
Telefone: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_

Conselheiro Suplente  
Nome completo: \_\_\_\_\_ RG: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_  
Cargo/função na entidade: \_\_\_\_\_  
Telefone: \_\_\_\_\_

Itajaí, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_.

Assinatura do Representante Legal

RUA ALBERTO WERNER, 100 – VILA OPERÁRIA - ITAJAÍ/SC – CEP 88.304.053  
FONE (47) 3341-6000



**MUNICÍPIO DE ITAJAÍ**  
**PROCURADORIA-GERAL**  
**PROCURADORIA LEGISLATIVA**

**ANEXO II DO REGIMENTO**

**DOCUMENTAÇÃO OBRIGATÓRIA PARA INSCRIÇÃO**

A entidade deverá apresentar os seguintes documentos no ato da inscrição:

- ☐ Requerimento de Inscrição (Anexo I), devidamente preenchido e assinado.
- ☐ Cópia simples do CNPJ da entidade.
- ☐ Estatuto Social consolidado e registrado com eventuais alterações (incluindo ata de fundação, se não constar no próprio estatuto).
- ☐ Ata de eleição da atual diretoria registrada.
- ☐ Comprovação de atuação há pelo menos 1 ano.
- ☐ Relatório sucinto das atividades desenvolvidas nos últimos 12 meses.
- ☐ Cópias dos documentos pessoais do representante legal, titular e suplente.
- ☐ Declaração de indicação dos representantes (Anexo III).
- ☐ Declaração de compromisso dos indicados (Anexo IV).

**ANEXO III DO REGIMENTO**

**DECLARAÇÃO DE INDICAÇÃO DE REPRESENTANTES DAS ENTIDADES**

[Em papel timbrado da entidade ou com carimbo oficial]

A entidade \_\_\_\_\_, CNPJ \_\_\_\_\_, com sede em \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, por seu representante legal, declara que:

1. Está regularmente constituída e em pleno funcionamento há mais de 1 ano;
2. Atua no segmento \_\_\_\_\_;
3. Indica como representante titular \_\_\_\_\_,  
CPF \_\_\_\_\_, e suplente \_\_\_\_\_,  
CPF \_\_\_\_\_;
4. Compromete-se com a efetiva participação dos representantes, se eleitos.

Itajaí, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_.

Assinatura do Representante Legal  
Nome completo: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_

RUA ALBERTO WERNER, 100 – VILA OPERÁRIA - ITAJAÍ/SC – CEP 88.304.053  
FONE (47) 3341-6000



**MUNICÍPIO DE ITAJAÍ**  
**PROCURADORIA-GERAL**  
**PROCURADORIA LEGISLATIVA**

**ANEXO IV DO REGIMENTO**

**DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DO INDICADO**

Eu, \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_, indicado(a) pela entidade \_\_\_\_\_ para função de ( ) Titular / ( ) Suplente, declaro:

1. Estou ciente das atribuições da função conforme da LC nº 449/2024 e Regimento Interno;
2. Comprometo-me a participar das atividades do Conselho;
3. Autorizo a divulgação do meu nome e contato.

Itajaí, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_.

Assinatura do(a) Indicado(a)  
Nome completo: \_\_\_\_\_



**MUNICÍPIO DE ITAJAÍ**  
**PROCURADORIA-GERAL**  
**PROCURADORIA LEGISLATIVA**

**ANEXO V DO REGIMENTO**

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA ELEIÇÃO DAS ENTIDADES DA SOCIEDADE**

EDITAL N. \_\_\_\_/\_\_\_\_ - CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA ELEIÇÃO DAS ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL PARA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DA CIDADE DE ITAJAÍ

O Secretário Municipal da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Município de Itajaí, através do Prefeito, torna público o edital de convocação, para entidades interessadas, para Composição do Conselho Municipal da Cidade de Itajaí/SC, criado através da Lei Complementar n. 449/2024, com objetivo de propor diretrizes para a formulação e implementação da política municipal de desenvolvimento urbano, bem como acompanhar e avaliar sua execução, conforme dispõe a Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001 – ESTATUTO DA CIDADE, a ser realizada em [DATA], às [HORÁRIO] horas no [LOCAL], com endereço à [ENDEREÇO], na cidade de Itajaí/SC.

Para se inscrever, as entidades civis interessadas devem seguir o regulamento deste edital, consoante a publicação no Diário Oficial do Município, e atender aos seguintes requisitos:

**1. DO PROCESSO ELEITORAL**

1.1 O presente regulamento visa disciplinar o processo de eleição dos representantes das entidades civis interessadas para compor o Conselho Municipal da Cidade de Itajaí/SC.

1.2 O processo eleitoral será regido por este edital, a ser presidida pelo Secretário de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Município de Itajaí e pelos membros da Comissão Organizadora definida na Reunião do Conselho da Cidade datada de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ e designados através do Decreto Municipal nº \_\_\_\_.

1.3 Cada entidade poderá se inscrever para uma única vaga, indicando o representante e suplente.

1.4 Serão preenchidas, conforme disposto no art. 186 da LC 449/2024, 30 membros titulares e seus respectivos suplentes, da seguinte forma:

- I - 40% (quarenta por cento) do poder público, representando o total de 12 vagas;  
II - um representante do Fórum Permanente da Agenda 21 Local de Itajaí, representando 01 vaga;  
III - um representante da Polícia Militar de Santa Catarina indicado pelo Comandante do 1º Batalhão de Polícia Militar, representando 01 vaga; e  
IV - sociedade civil, representando a diversidade de atores que a compreende e a presença de minorias, representando 16 vagas.

1.5 As vagas destinadas à representação da sociedade civil no Conselho da Cidade de Itajaí/SC deverão respeitar a proporcionalidade a seguir definida com base nos critérios já estabelecidos no Regimento Interno do Conselho da Cidade. A distribuição das vagas visa garantir a representatividade dos diversos segmentos da sociedade civil organizada, conforme segue:

- |   |          |
|---|----------|
| I. Associação de Moradores.....               | 06 vagas |
| II. Entidades Empresariais.....               | 02 vagas |
| III. Entidades Profissionais.....             | 03 vagas |
| IV. Entidades Educacionais e de Pesquisa..... | 02 vagas |
| V. Entidades Sindicais.....                   | 02 vagas |
| VI. Organizações Não Governamentais.....      | 01 vaga  |

1.6 A eleição deverá seguir os seguintes procedimentos:

1.6.1 O processo eleitoral realizar-se-á no dia [DATA], com início às [HORÁRIO] e término às [HORÁRIO], nas dependências do [LOCAL], situado na [ENDEREÇO]. O referido processo terá como

RUA ALBERTO WERNER, 100 – VILA OPERÁRIA - ITAJAÍ/SC – CEP 88.304.053  
FONE (47) 3341-6000





**MUNICÍPIO DE ITAJAÍ**  
**PROCURADORIA-GERAL**  
**PROCURADORIA LEGISLATIVA**

finalidade a eleição das entidades representantes da sociedade civil do município de Itajaí/SC, conforme os segmentos definidos neste edital.

1.6.2 Antes do início da votação, será procedida a apresentação oficial da lista das entidades regularmente inscritas e homologadas, em conformidade com os critérios e documentos exigidos no Anexo I deste edital.

1.6.3 Cada entidade regularmente inscrita terá direito a um único voto, a ser exercido por um(a) representante oficialmente designado(a), podendo votar em todos os segmentos representativos, independentemente daquele ao qual a entidade pertença.

1.6.4 Após o início formal do processo eleitoral, não serão admitidas novas assinaturas na lista de presença, tampouco a inclusão de novos votantes. Terão direito a voto apenas os(as) representantes cujo nome constar na lista de presença devidamente assinada até o início da eleição.

1.6.5 Caso o número de entidades homologadas seja igual ao número de vagas disponíveis em determinado segmento, a eleição será realizada por aclamação, sendo dispensada a etapa de votação formal.

1.6.6 A contagem dos votos será realizada imediatamente após o encerramento da coleta das cédulas preenchidas, em ato contínuo, na presença dos(as) representantes das entidades votantes.

1.6.7 Em caso de empate na apuração dos votos, será adotado, em primeiro lugar, o critério de antiguidade da entidade, conforme data de constituição constante em seu estatuto ou registro oficial. Persistindo o empate, o desempate será definido por sorteio público entre as entidades empatadas.

1.6.8 Serão consideradas eleitas, dentro do limite de vagas estabelecido neste edital, as entidades que obtiverem o maior número de votos válidos, respeitados os critérios de segmentação e representatividade.

1.6.9 Na ausência de preenchimento de vagas por entidades da sociedade civil em um dos segmentos definidos no item 1.5, poderão as demais entidades de outros segmentos disputar a vaga mediante voto.

1.6.10 Ultrapassadas todas as etapas de votação e ainda remanesecendo vagas não preenchidas, poderá ser autorizada a ocupação de até duas cadeiras por uma mesma entidade, mediante votação entre todas as entidades inscritas, conforme previsto no §7º do art. 15 do Regimento Interno.

**2. DO CRONOGRAMA**

2.1 Publicação do Edital: Até [DATA]

2.1.1 Fica definido o cronograma das atividades previstas no Edital:

2.1.2 De [DATA] a [DATA] - Prazo para inscrição das entidades interessadas. Os documentos serão recebidos na [LOCAL E FORMA] e conferidos posteriormente pela Comissão Organizadora designada pelo Decreto Municipal nº \_\_\_\_\_.

2.1.3 Até o dia [DATA] – Prazo para homologação das inscrições das entidades pela Comissão Organizadora, conforme o disposto no art. 14, §1º do Regimento Interno do Conselho da Cidade, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis após o encerramento das inscrições.

2.1.4 Dia [DATA] – AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA ELEIÇÃO DAS ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL PARA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DA CIDADE DE ITAJAÍ, PARA O PERÍODO DE DOIS ANOS A PARTIR DA REALIZAÇÃO DA POSSE DOS CONSELHEIROS, E QUE SERÁ REALIZADA ÀS [HORÁRIO] HORAS NO [LOCAL], COM ENDEREÇO À [ENDEREÇO].

2.1.5 No horário definido para a eleição, os habilitados irão escolher os representantes para cada vaga, na forma deste edital.

**3. DA INSCRIÇÃO**

Os interessados deverão observar os prazos dispostos no item 2 deste edital, assim como entregar a documentação de inscrição descrita no Regimento Interno do Conselho da Cidade.

Local de entrega: [LOCAL E ENDEREÇO], até às [HORÁRIO] horas do dia [DATA].

RUA ALBERTO WERNER, 100 – VILA OPERÁRIA - ITAJAÍ/SC – CEP 88.304.053  
FONE (47) 3341-6000



**MUNICÍPIO DE ITAJAÍ**  
**PROCURADORIA-GERAL**  
**PROCURADORIA LEGISLATIVA**

**4. DISPOSIÇÕES GERAIS**

Os casos omissos serão resolvidos pelo Secretário de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Município de Itajaí e membros da Comissão Organizadora designados para conduzir o processo eleitoral, conforme item 1.2.



**MUNICÍPIO DE ITAJAÍ**  
**PROCURADORIA-GERAL**  
**PROCURADORIA LEGISLATIVA**

**LEI COMPLEMENTAR Nº 483, DE 25 DE AGOSTO DE 2025**

**INSTITUI NORMAS PARA A REALIZAÇÃO DE**  
**EVENTOS NO MUNICÍPIO DE ITAJAÍ.**

**PREFEITO MUNICIPAL DE ITAJAÍ.** Faço saber que a Câmara de Vereadores votou e aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

**CAPÍTULO I**  
**DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º** Esta Lei Complementar institui normas para a realização de eventos em espaços públicos e privados no Município de Itajaí.

§ 1º Para os fins desta Lei Complementar, consideram-se eventos as atividades de caráter temporário, com duração determinada, organizadas por pessoa física ou jurídica, com ou sem finalidade lucrativa, realizadas em espaços públicos ou privados, de forma itinerante ou não, com previsão de público e potencial impacto urbano, ambiental, sonoro ou viário, tais como espetáculos, shows, comemorações, apresentações, festivais, feiras, exposições, congressos, seminários, circos, parques de diversões, competições, desfiles, manifestações, confraternizações, festas e outras ações similares.

§ 2º Não se aplica a presente Lei Complementar às feiras livres.

**Art. 2º** Esta Lei Complementar adota, dentre outros, os seguintes objetivos e diretrizes:

I - disciplinar o uso de espaços públicos e privados para a realização de eventos, garantindo sua ocupação ordenada e segura;

II - assegurar a observância das normas ambientais, urbanísticas, sanitárias, de segurança, de acessibilidade, de trânsito e de sossego público, bem como mitigar os impactos negativos que possam decorrer da realização de eventos;

III - fomentar a realização de eventos culturais, artísticos, esportivos, educativos, turísticos, religiosos, institucionais e comunitários, enquanto instrumentos de promoção da cidadania e do desenvolvimento local;

IV - estabelecer critérios objetivos e transparentes para a concessão de autorizações e licenças, visando a simplificação e a celeridade dos processos administrativos;

V - promover a integração entre os órgãos públicos envolvidos nas etapas de planejamento, autorização, licenciamento e fiscalização de eventos;

VI - promover mecanismos eficientes de responsabilização administrativa das pessoas físicas ou jurídicas infratoras;

VII - estimular o contínuo processo de regularização de eventos, por meio de uma legislação aderente às necessidades do Município.

**Art. 3º** Para fins de aplicação desta Lei Complementar, considera-se:

RUA ALBERTO WERNER, 100 – VILA OPERÁRIA - ITAJAÍ/SC – CEP 88.304.053  
FONE (47) 3341-6000



**MUNICÍPIO DE ITAJAÍ**  
**PROCURADORIA-GERAL**  
**PROCURADORIA LEGISLATIVA**

I - promotor do evento: toda pessoa física ou jurídica responsável pela promoção, realização ou organização de determinado evento;

II - participante: toda pessoa jurídica que exerce atividades econômicas de qualquer tipo ou presta serviços, no âmbito de determinado evento, em estandes, tendas ou outro espaço individualizado, de forma fixa ou itinerante, e que se distingue de prestadores de serviços ou fornecedores contratados pelo promotor exclusivamente para a montagem, o apoio ou a operacionalização do evento;

III - órgão ou ente gestor: órgão ou ente administrativo responsável pela gestão de espaço público destinado à realização de determinado evento;

IV - autorização de uso: ato administrativo unilateral, discricionário e precário, a título gratuito ou oneroso, que autoriza a utilização de bem público para o exercício de atividade de interesse predominantemente particular;

V - preço público: contraprestação pecuniária de caráter não tributário cobrada pela Administração Pública diante da utilização de bens sob seu domínio ou gestão, bem como da prestação de serviços de natureza econômica;

VI - licença: ato administrativo unilateral, vinculado e definitivo, que autoriza o exercício de determinada atividade, desde que atendidos os requisitos previstos em lei;

VII - ABNT: Associação Brasileira de Normas Técnicas;

VIII - NBR: Norma Técnica Brasileira, publicada pela ABNT;

IX - UFM: Unidade Fiscal do Município.

§ 1º Tanto o promotor quanto os participantes do evento deverão obter prévia licença do Poder Público Municipal, expedida mediante requerimento do interessado, observado o disposto nesta Lei Complementar e nas demais normas aplicáveis.

§ 2º A pessoa física só poderá promover ou realizar evento quando verificada hipótese de dispensa de licenciamento, nos termos desta Lei Complementar.

§ 3º Os eventos realizados em áreas ou espaços públicos também estarão sujeitos à prévia autorização de uso dos órgãos ou entidades competentes.

**Art. 4º** Independentemente das dimensões do evento, deverão ser observadas pelos responsáveis as normas sanitárias, ambientais, urbanísticas, tributárias, de acessibilidade, de segurança, de saúde, de higiene, de limite sonoro, de circulação de veículos e pedestres, dentre outras aplicáveis.

§ 1º A Administração Pública Municipal avaliará quaisquer outros aspectos de impacto urbano antes da emissão da licença e poderá, de forma fundamentada, estabelecer condicionantes e fazer exigências cujo atendimento seja necessário à preservação do interesse público.

§ 2º O promotor do evento fica obrigado a garantir a acessibilidade em todas as áreas de uso comum, adotando soluções destinadas à eliminação, redução ou superação de barreiras para a inclusão da pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida.

RUA ALBERTO WERNER, 100 – VILA OPERÁRIA - ITAJAÍ/SC – CEP 88.304.053  
FONE (47) 3341-6000



**MUNICÍPIO DE ITAJAÍ**  
**PROCURADORIA-GERAL**  
**PROCURADORIA LEGISLATIVA**

§ 3º O licenciamento ou a sua dispensa não exime o promotor nem os participantes do evento da devida regularização perante os demais órgãos do Poder Público.

**CAPÍTULO II**  
**DA LICENÇA DE EVENTOS**

**Seção I**  
**Das Disposições Gerais**

**Art. 5º** A realização de eventos e atividades de caráter temporário no Município de Itajaí, em espaços públicos ou privados, dependerá da prévia expedição de licença, salvo nos casos de dispensa previstos nesta Lei Complementar.

§ 1º O licenciamento será realizado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação, mediante requerimento formal, instruído com os dados e documentos exigidos nesta Lei Complementar e na legislação correlata.

§ 2º O pedido de licença deverá ser protocolado com, no mínimo, 30 (trinta) dias de antecedência da data de realização do evento.

§ 3º O mero protocolo de licença não autoriza a instalação de estruturas temporárias ou a realização de eventos.

§ 4º No alvará de licença deverão constar, dentre outras informações, a identificação do licenciado, o endereço completo, o prazo de validade e o horário do evento.

§ 5º A licença terá validade correspondente ao prazo de duração do evento.

**Art. 6º** Fica dispensada de licenciamento, nos termos desta Lei Complementar, a promoção de:

- I - eventos por iniciativa do Poder Público;
- II - manifestações decorrentes da liberdade de reunião, nos termos do art. 5º, inciso XVI, da Constituição da República Federativa do Brasil;
- III - eventos realizados no interior de estabelecimento privado com licença válida de localização e funcionamento, cuja organização do evento em si seja desdobramento típico das atividades econômicas licenciadas para o local;
- IV - eventos de inauguração ou reinauguração de estabelecimentos privados, desde que restritos aos limites do imóvel em questão;
- V - eventos esportivos e educacionais de qualquer tipo, realizados no interior de estádios, ginásios, clubes, complexos de ensino ou instituições congêneres;
- VI - eventos realizados no interior de condomínios residenciais, restritos a moradores e convidados e às áreas comuns ou privativas permitidas, sem exigência de ingresso ou inscrição;

RUA ALBERTO WERNER, 100 – VILA OPERÁRIA - ITAJAÍ/SC – CEP 88.304-053  
FONE (47) 3341-6000



**MUNICÍPIO DE ITAJAÍ**  
**PROCURADORIA-GERAL**  
**PROCURADORIA LEGISLATIVA**

VII - eventos culturais, religiosos, beneficentes, educacionais, esportivos ou recreativos realizados em espaços públicos, sem exigência de ingresso ou inscrição, com estimativa de público de até 100 (cem) pessoas;

VIII - eventos sociais de natureza pessoal ou familiar, como aniversários, casamentos, formaturas, batizados e confraternizações, sem fins comerciais, sem exigência de ingresso ou inscrição, restritos a convidados.

§ 1º As pessoas jurídicas que desejarem expor ou comercializar produtos, bens ou serviços em eventos cuja organização ou promoção seja dispensada de licenciamento, nos termos do caput deste artigo, deverão obter licença na condição de participante.

§ 2º Os órgãos e entidades da Administração Pública, quando atuem como promotores ou participantes de evento, ficam dispensados da obtenção de licença, nos termos desta Lei Complementar, cabendo-lhes, enquanto organizadores, informar, com antecedência, ao órgão urbanístico a listagem de participantes, o local, as datas e os horários de realização, exclusivamente para fins de controle de uso do espaço e compatibilização de agendas institucionais, sem qualquer exigência adicional de apresentação de documentos.

§ 3º Na hipótese de dispensa de licenciamento, será de inteira responsabilidade do promotor do evento obter a devida autorização de uso de espaço público, quando for o caso, bem como assegurar o cumprimento das normas urbanísticas, tributárias, ambientais, sanitárias, de segurança, de acessibilidade, de limite sonoro e de trânsito aplicáveis, mantendo sob sua guarda os documentos que comprovem a regularidade do evento e os colocando à disposição dos órgãos de fiscalização, sempre que requisitado.

**Art. 7º** Os órgãos envolvidos no processo de licenciamento poderão solicitar ao promotor e aos eventuais participantes do evento, a depender das circunstâncias verificadas, os seguintes documentos:

- I - contrato social, estatuto ou outro ato constitutivo devidamente registrado;
- II - cartão de Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;
- III - documento de identificação das pessoas físicas envolvidas ou responsáveis;
- IV - aprovação prévia junto aos órgãos públicos competentes, quando necessária, no que tange à localização, às interferências no sistema viário, à segurança e a outros aspectos legalmente determinados;
- V - alvará expedido pela Polícia Civil;
- VI - comprovante de solicitação de vistoria prévia junto à Polícia Militar;
- VII - atestado de vistoria para funcionamento emitido pelo Corpo de Bombeiros Militar;
- VIII - termo de autorização de uso, expedido pelo respectivo órgão gestor do espaço público;
- IX - seguro de responsabilidade civil contra terceiros, contra incêndio e de acidentes pessoais para os frequentadores do evento, com as respectivas apólices quitadas;
- X - autodeclaração de cumprimento das obrigações referentes à higiene, à acessibilidade e à adequação acústica;
- XI - demais documentos exigidos pelas autoridades fiscais, nos termos da lei, desde que de forma fundamentada.

RUA ALBERTO WERNER, 100 – VILA OPERÁRIA - ITAJAÍ/SC – CEP 88.304-053  
FONE (47) 3341-6000



**MUNICÍPIO DE ITAJAÍ**  
**PROCURADORIA-GERAL**  
**PROCURADORIA LEGISLATIVA**

§ 1º Será de inteira responsabilidade do interessado instruir de forma adequada e tempestiva os processos de licenciamento e de autorização de uso, mediante a apresentação de todos os documentos exigidos pelas autoridades competentes, nos termos desta Lei Complementar e da legislação correlata, sob pena de indeferimento do pleito.

§ 2º Caberá a cada órgão ou ente gestor estabelecer, por ato próprio, os documentos necessários para a devida autorização de uso de espaço público.

§ 3º As autorizações de uso e as licenças terão caráter pessoal e intransferível, salvo disposição legal em sentido contrário.

§ 4º Os processos de autorização de uso e de licenciamento serão preferencialmente digitais.

§ 5º A autorização de uso e a licença deverão ser mantidas em local de fácil visibilidade e em bom estado de conservação.

**Seção II**  
**Das Disposições Específicas para Eventos em Espaços Públicos**

**Art. 8º** Todo interessado em promover ou participar de evento em espaço público deverá obter autorização de uso junto ao respectivo órgão ou ente gestor, bem como a respectiva licença, a ser expedida pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação, nos termos desta Lei Complementar e de sua regulamentação.

§ 1º Caberá ao Chefe do Poder Executivo, mediante Decreto, disciplinar as regras específicas para o uso e a ocupação de espaços públicos destinados à realização de eventos, bem como fixar os respectivos valores cobrados a título de preço público.

§ 2º Na hipótese de dispensa de licenciamento, o pedido de autorização de uso deverá ser protocolado com, no mínimo, 30 (trinta) dias de antecedência da data de realização do evento.

**Art. 9º** Consideram-se áreas de interesse municipal para a realização de eventos os seguintes espaços públicos:

- I - Centreventos Governador Luiz Henrique da Silveira, sob a gestão da Secretaria Municipal de Turismo e Eventos;
- II - Parque Municipal do Agricultor Gilmar Graf, sob a gestão da Secretaria Municipal da Agricultura e Expansão Urbana;
- III - imóveis diretamente vinculados a órgãos ou entes do Município, sob a gestão das respectivas unidades administrativas;
- IV - demais locais determinados pelo Município, independentemente de previsão em decreto ou edital, sob a gestão da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação.

RUA ALBERTO WERNER, 100 – VILA OPERÁRIA - ITAJAÍ/SC – CEP 88.304-053  
FONE (47) 3341-6000



**MUNICÍPIO DE ITAJAÍ**  
**PROCURADORIA-GERAL**  
**PROCURADORIA LEGISLATIVA**

§ 1º O Poder Público Municipal deverá destinar espaços para a exposição e comercialização de artesanato itajaíense em seus próprios eventos, e a pessoa jurídica de direito privado promotora poderá destinar espaços para a comercialização e exposição de artesanato.

§ 2º Os valores cobrados a título de preço público serão arrecadados nos seguintes termos:

- I - no caso de evento realizado no Centreventos Governador Luiz Henrique da Silveira, em benefício do Fundo Municipal de Turismo;
- II - no caso de evento realizado em imóvel vinculado a órgão ou ente da Administração Pública Municipal, em benefício de conta indicada pela respectiva unidade administrativa gestora, conforme previsão em Decreto;
- III - nos demais casos, em benefício de conta indicada pela Secretaria Municipal da Fazenda, salvo previsão legal em sentido contrário.

**Art. 10.** O promotor e os eventuais participantes deverão assumir compromisso pelo zelo e pelo bom estado de conservação do patrimônio público.

Parágrafo único. Em caso de dano ao patrimônio público, o responsável deverá promover a imediata reparação, substituição ou ressarcimento ao Município, conforme orientação do órgão competente, sem prejuízo da aplicação de multa e das demais sanções cabíveis.

**CAPÍTULO III**  
**DA FISCALIZAÇÃO**

**Seção I**  
**Das Competências**

**Art. 11.** A fiscalização das disposições desta Lei Complementar será realizada de forma interestorrial pelos órgãos públicos envolvidos, cada qual no seu âmbito de atuação e conforme as atribuições legais de seus agentes.

§ 1º Em caso de infração constatada por agente público sem competência para aplicar as penalidades previstas nesta Lei Complementar, será encaminhada ao órgão de fiscalização urbanística peça de constatação com as informações necessárias para a devida responsabilização administrativa do infrator.

§ 2º Os órgãos de segurança pública poderão ser acionados para auxiliar na identificação de infratores e no cumprimento das medidas administrativas previstas nesta Lei Complementar.

**Seção II**  
**Das Infrações e das Penalidades**

RUA ALBERTO WERNER, 100 – VILA OPERÁRIA - ITAJAÍ/SC – CEP 88.304-053  
FONE (47) 3341-6000



**MUNICÍPIO DE ITAJAÍ**  
**PROCURADORIA-GERAL**  
**PROCURADORIA LEGISLATIVA**

**Art. 12.** A inobservância a qualquer disposição desta Lei Complementar, seja por ação ou omissão, implicará a lavratura de auto de infração, sem prejuízo da aplicação de outras medidas previstas nesta Lei Complementar e nas demais normas aplicáveis.

§ 1º Caso o evento ainda não tenha iniciado, será excepcionalmente admitida a lavratura de auto de notificação com prazo de até 10 (dez) dias para a devida regularização, sob pena de aplicação das sanções cabíveis, ficando vedado, em qualquer hipótese, o início do evento sem licença ou autorização.

§ 2º O cumprimento das disposições relativas à regularização do evento poderá ser exigido também após a sua realização, inclusive para fins de responsabilização administrativa, aplicação de sanções, cobrança de tributos e apuração de eventuais danos ao patrimônio público.

**Art. 13.** O auto de infração indicará, dentre outros aspectos, a descrição sucinta das irregularidades constatadas e as penalidades aplicadas, nos termos desta Lei Complementar.

§ 1º Lavrado o auto de infração, terá o infrator o prazo improrrogável de 10 (dez) dias para o exercício do contraditório e da ampla defesa.

§ 2º O auto de infração também poderá ter como fundamento peças de constatação ou autos de apreensão, quando for o caso, ainda que tais documentos sejam expedidos por órgãos ou entes diversos.

§ 3º Salvo disposição em sentido contrário, as infrações e as respectivas penalidades são cumulativas, mantido, em qualquer caso, o dever de regularização do infrator.

**Art. 14.** Os responsáveis por infrações decorrentes da inobservância aos preceitos desta Lei Complementar e das demais normas correlatas ficam sujeitos, de forma cumulativa, às seguintes penalidades:

- I - multa;
- II - cassação de licença;
- III - interdição.

§ 1º O promotor e os participantes do evento, quando incorrerem em infrações, serão responsabilizados individualmente, na medida de sua atuação.

§ 2º Para as infrações previstas nesta Lei Complementar, serão aplicadas, de forma cumulativa, ainda que após a realização do evento, as seguintes multas:

- I - por participação ou promoção de evento sem a devida autorização de uso de espaço público ou pelo descumprimento das condições estabelecidas no instrumento de outorga de uso - 10 (dez) UFM;
- II - por participação ou promoção de evento sem a devida licença ou pelo descumprimento das condições estabelecidas na licença - 20 (vinte) UFM;
- III - pelo descumprimento de interdição - 100 (cem) UFM;

RUA ALBERTO WERNER, 100 – VILA OPERÁRIA - ITAJAÍ/SC – CEP 88.304.053  
FONE (47) 3341-6000



**MUNICÍPIO DE ITAJAÍ**  
**PROCURADORIA-GERAL**  
**PROCURADORIA LEGISLATIVA**

IV - por dano ao patrimônio público - 50 (cinquenta) UFM;  
V - pelo descumprimento de notificação, salvo nas hipóteses já previstas nos incisos anteriores - 10 (dez) UFM.

§ 3º A cassação da licença será aplicada nos seguintes casos:

- I - desrespeito à interdição;
- II - violação às normas urbanísticas, ambientais, sanitárias, de trânsito e de segurança, mediante recomendação dos órgãos competentes.

§ 4º A interdição poderá ser aplicada pelas autoridades competentes, independentemente de prévia notificação, como medida administrativa destinada a restringir ou proibir a realização, a continuidade ou a participação de evento, em casos de violação ao disposto nesta Lei Complementar, e será levantada apenas quando forem eliminadas ou sanadas as causas que a determinaram.

§ 5º Exclusivamente quanto ao participante não reincidente, a atuação pela infração prevista no §2º, inciso II, deste artigo poderá, por decisão motivada da autoridade competente, ter a multa convertida em advertência, mediante quitação das taxas e demais obrigações.

**Art. 15.** Na reincidência ou persistência, a multa prevista será aplicada em dobro.

§ 1º Considera-se infrator reincidente aquele autuado mais de uma vez por infração ao disposto nesta Lei Complementar, no período de 01 (um) ano.

§ 2º Considera-se persistência a prática continuada de infração ou omissão após a aplicação da penalidade.

**Seção III**  
**Do Processo Administrativo**

**Art. 16.** A notificação dos atos fiscais será considerada regular quando realizada por qualquer um dos seguintes meios:

- I - pessoalmente;
- II - via postal, com aviso de recebimento;
- III - via publicação em jornal oficial do Município;
- IV - via eletrônica, por e-mail, aplicativo de mensagens ou outras ferramentas digitais utilizadas pelo Município;
- V - qualquer outro meio que assegure a ciência do interessado.

Parágrafo único. Verificada a ocorrência de mais de uma notificação oficial referente ao mesmo ato fiscal, prevalecerá a mais antiga.

**Art. 17.** Os recursos administrativos interpostos contra atos fiscais urbanísticos, nos termos desta Lei Complementar, deverão tramitar de forma digital, por canal indicado pelo Município.

RUA ALBERTO WERNER, 100 – VILA OPERÁRIA - ITAJAÍ/SC – CEP 88.304.053  
FONE (47) 3341-6000



**MUNICÍPIO DE ITAJAÍ**  
**PROCURADORIA-GERAL**  
**PROCURADORIA LEGISLATIVA**

§ 1º A interposição de recurso suspende apenas o lançamento da multa, salvo determinação expressa da autoridade que analisa sua admissibilidade.

§ 2º A ausência de defesa sujeitará o autuado às consequências da revelia.

§ 3º Caberá aos órgãos indicados no Art. 141 da Lei Complementar Municipal nº 467, de 12 de novembro de 2024, o julgamento dos recursos administrativos.

**CAPÍTULO IV**  
**DO RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS**

**Art. 18.** Os eventos realizados nos termos desta Lei Complementar ficam sujeitos ao cumprimento das obrigações tributárias principais e acessórias referentes ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS e às taxas de poder de polícia, nas condições e nos prazos previstos na legislação municipal pertinente.

**Art. 19.** A Taxa de Fiscalização de Eventos - TFE tem como fato gerador o exercício regular do poder de polícia administrativa, mediante diligências, exames, inspeções, vistoria, auditoria, fiscalização e outros procedimentos administrativos referentes à realização de eventos no Município, no que tange, especialmente, à ordem, ao sossego público, às normas urbanísticas e tributárias e ao cumprimento da legislação municipal aplicável.

§ 1º Estão sujeitas à incidência da TFE as formas de promoção ou participação de evento disciplinadas nesta Lei Complementar, cujo licenciamento seja obrigatório ou pleiteado, ressalvadas as hipóteses de isenção de pagamento.

§ 2º O sujeito passivo da TFE é toda pessoa jurídica que vier a organizar ou participar de evento cujo licenciamento seja obrigatório ou pleiteado, nos termos desta Lei Complementar.

§ 3º A TFE será lançada de ofício e deverá ser paga previamente à expedição da licença.

§ 4º Quaisquer alterações referentes ao tipo ou às características do evento, assim como sua transferência para local diverso, acarretarão nova incidência da taxa.

§ 5º Eventual desistência ou impedimento do exercício da atividade licenciada não implicará a devolução dos valores pagos a título de TFE.

**Art. 20.** A TFE será devida em razão do custo despendido com a atuação do Município no exercício regular do poder de polícia e na fiscalização das normas aplicáveis à realização dos eventos com valor fixo a ser recolhido previamente à expedição da licença de eventos, nos seguintes valores:

I - 10 (dez) UFM, para a pessoa jurídica promotora do evento;

RUA ALBERTO WERNER, 100 – VILA OPERÁRIA - ITAJAÍ/SC – CEP 88.304.053  
FONE (47) 3341-6000



**MUNICÍPIO DE ITAJAÍ**  
**PROCURADORIA-GERAL**  
**PROCURADORIA LEGISLATIVA**

II - 01 (um) UFM, para cada pessoa jurídica participante do evento.

§ 1º Ficam isentas do pagamento da taxa prevista no inciso II do caput deste artigo as pessoas jurídicas participantes que possuam licença de localização e funcionamento válida no Município de Itajaí.

§ 2º Ficam isentas do pagamento das taxas previstas neste artigo as pessoas jurídicas com certificação ou qualificação beneficente devidamente expedida por órgão ou entidade do Poder Público, nos termos da lei, desde que possuam licença de localização e funcionamento válida no Município de Itajaí.

§ 3º O pagamento de taxa ou sua isenção não exime o responsável do adimplemento do preço público.

**CAPÍTULO V**  
**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

**Art. 21.** O prazo de 30 (trinta) dias de antecedência estabelecido tanto para o licenciamento quanto para a autorização de uso de espaço público poderá ser excepcionalmente mitigado, a critério das autoridades municipais, desde que o pleito de regularização seja formulado com antecedência razoável à realização do evento e esteja corretamente instruído.

**Art. 22.** Os prazos previstos nesta Lei Complementar serão contados em dias corridos, salvo disposição expressa em sentido contrário.

**Art. 23.** A esta Lei Complementar se aplicam, de forma subsidiária e complementar, as demais disposições legais contidas na legislação municipal urbanística e tributária, especialmente as regras atinentes ao processo administrativo fiscal urbanístico.

**Art. 24.** Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 25.** Fica revogada a Lei Ordinária Municipal nº 5.161, de 06 de agosto de 2008.

Prefeitura de Itajaí, 25 de agosto de 2025.

**ROBISON JOSÉ COELHO**  
Prefeito Municipal

**MÁRCIO CRISTIANO DORNELLES DIAS**  
Procurador-Geral do Município

RUA ALBERTO WERNER, 100 – VILA OPERÁRIA - ITAJAÍ/SC – CEP 88.304.053  
FONE (47) 3341-6000





**MUNICÍPIO DE ITAJAÍ**  
PROCURADORIA-GERAL  
PROCURADORIA LEGISLATIVA

LEI Nº 7.802, DE 22 DE AGOSTO DE 2025.

**DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA A OPERAÇÃO  
DE LOJAS FRANCAS (FREE SHOPS) EM NAVIOS DE  
TURISMO ATRACADOS NO MUNICÍPIO DE ITAJAÍ.**

**PREFEITO MUNICIPAL DE ITAJAÍ.** Faço saber que a Câmara de Vereadores votou e aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica autorizada a operação de lojas francas (free shops) a bordo de navios de passageiros turísticos de viagem internacional atracados no Porto do Município de Itajaí, para a comercialização de mercadorias nacionais e estrangeiras, desde que respeitadas as diretrizes da Receita Federal do Brasil e demais legislações aplicáveis.

**Art. 2º** A autorização prevista no Art. 1º abrange a comercialização de produtos com isenção de tributos conforme disposto na Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 2075, de 23 de março de 2022, e demais regulamentações federais, sendo vedada a venda para pessoas que não estejam embarcadas no navio.

**Art. 3º** Os operadores de navios de passageiros turísticos interessados na exploração de lojas francas deverão:

I – solicitar autorização junto ao Poder Executivo do Município de Itajaí, apresentando a seguinte documentação:

- Certificado de Registro da Embarcação;
- Licença da Receita Federal para operar como loja franca;
- planejamento da operação da loja franca durante a permanência no Porto;
- II – cumprir as normas de controle aduaneiro e fiscalização estabelecidas pela Receita Federal, sendo responsabilidade dos operadores dos navios o cumprimento das obrigações legais vigentes;
- III – garantir que a venda dos produtos seja exclusiva a passageiros e tripulantes embarcados, conforme as regulamentações de isenção fiscal aplicáveis.

**Art. 4º** A fiscalização do funcionamento das lojas francas será realizada pelos órgãos competentes municipais, que poderão inspecionar as atividades a bordo sempre que necessário.

**Art. 5º** Os operadores que descumprirem esta Lei estarão sujeitos a penalidades administrativas conforme a legislação vigente, incluindo a revogação da autorização municipal para funcionamento.

**Art. 6º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Itajaí, 22 de agosto de 2025.

**ROBISON JOSÉ COELHO**  
Prefeito Municipal

**MÁRCIO CRISTIANO DORNELLES DIAS**  
Procurador-Geral do Município

RUA ALBERTO WERNER, 100 – VILA OPERÁRIA - ITAJAÍ/SC – CEP 88.304-053  
FONE: (47) 3341-6000



**MUNICÍPIO DE ITAJAÍ**  
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO  
COMISSÃO DE PROCEDIMENTOS DE NATUREZA DISCIPLINAR

**PORTARIA Nº 25, DE 19 DE AGOSTO DE 2025.**

O Procurador-Geral do Município, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 0160/07, de 30 de janeiro de 2007, de acordo com o art. 57, inciso II, alínea “c” e § 1º, da Lei Orgânica do Município de Itajaí, atendendo ao disposto no art. 136 e seguintes da Lei Municipal nº 2.960, de 03 de abril de 1995, e CONSIDERANDO o que consta dos autos, RESOLVE instaurar através da Comissão de Procedimentos de Natureza Disciplinar, e em seguida,

**NOMEAR**

Aline Marchi do Amaral, Vitor Marques da Silva e Mariana Aparecida Cucco para, sob a presidência da primeira, comporem a Comissão de Processo Sumário, para apurar as irregularidades praticadas ou não por parte do(a) servidor(a) 1.S, ocupante do cargo de provimento efetivo de Contador, matrícula 1XXXXX1, por infração, em tese, capitulada no artigo 120, inciso III, alínea “a” (ofensa moral contra qualquer pessoa no recinto da repartição) da Lei Municipal 2.960, de 03 de abril de 1995, cuja penalidade é a suspensão de 30 a 90 dias. O presente processo rege-se pela Lei Municipal 2.960, de 03 de abril de 1995, e outras de natureza processual civil e penal aplicáveis à investigação disciplinar, em decorrência dos fatos noticiados no Relatório Final do Processo de Sindicância 005/2025 e da Decisão que proferi no referido procedimento.

DÊ-SE CIÊNCIA E CUMpra-SE.

Itajaí, 19 de agosto de 2025.

**MARCIO CRISTIANO DORNELLES DIAS**  
Procurador-Geral do Município

## ATOS DA SEDUH



**MUNICÍPIO DE ITAJAÍ**  
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO  
AUDITORIA FISCAL MUNICIPAL  
Rua Alberto Werner, 100 – Vila Operária  
88304-053 – Itajaí - Santa Catarina

**AUTO DE INTIMAÇÃO**  
BLJ 0172/2025

DATA: 26/08/2025  
HORA: 15:34

INTIMADO  
**ESPOLIO DE MARIA BERNARDES CHAVES**  
LOCAL DA INFRAÇÃO  
**JOSE CANDIDO, N531 - SAO JOAO**  
DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO  
**IMÓVEL, DE SUA RESPONSABILIDADE, EM ESTADO DE MÁ CONSERVAÇÃO DE LIMPEZA, SEM MURO OU CERCA, LOCALIZADO NA JOSE CANDIDO, N531 - SAO JOAO**

CPF/CNPJ

550.566.109-25

CADASTRO/INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA

202.057.04.0193.0000.000

**PROVIDENCIAR A LIMPEZA/DRENAGEM/ROÇADA DO IMÓVEL, PROVIDENCIAR, TAMBÉM, A EXECUÇÃO DE MURO OU CERCA (ISTO EVITA QUE TERCEIROS DEPOSITEM LIXO NO IMÓVEL).**  
PRAZO PARA O CUMPRIMENTO DESTA INTIMAÇÃO (O DESCUMPRIMENTO DESTA PODERÁ ACARREAR AS SANÇÕES PREVISTAS EM LEI).

**30 (TRINTA) DIAS, A PARTIR DO RECEBIMENTO DESTA.**

**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

Lei 4313/2005 - Art. 1º - É obrigação legal do proprietário ou possuidor a qualquer título, de imóvel localizado na zona urbana do Município, o dever de conservá-lo e mantê-lo em perfeito estado de limpeza, providenciando a eliminação das águas estagnadas e de quaisquer outros detritos prejudiciais à saúde e à segurança.

Parágrafo único. Constatado o não cumprimento das obrigações previstas no caput deste artigo, será o proprietário ou possuidor a qualquer título do imóvel, notificado, e terá o prazo inicial de 30(trinta) dias para satisfazê-lo.

Lei 4313/2005 - Art. 2º - Decorridos os 30(trinta) dias da notificação será emitida autoação com multa, segundo a metragem do imóvel, conforme discriminado a seguir:

05 UPM - imóveis até 200 m²

07 UPM - imóveis até 1000 m²

10 UPM - imóveis acima de 1000 m²

Lei 2734/1992 - Art. 26- Os proprietários de terrenos são obrigados a murá-los ou cercá-los, bem como mantê-los em perfeito estado de limpeza, capinados e drenados.

§ 2º - Os muros, cercas e grades frontais terão a altura máxima de dois metros e quarenta centímetros.  
Lei 2734/1992 - Art. 137 - No infração de qualquer dispositivo deste Código e demais disposições legais, poderão ser impostas multas correspondentes de 01 (uma) a 100 (cem) UPM's - Unidades Fiscais do Município, ou seu sucedâneo, em vigor na data da autoação:

1 - de 01 (uma) a 65 (sessenta e cinco), nos casos de higiene das passagens e não construção dos mesmos, e higiene dos logradouros públicos, habitações em geral, edificações na área rural, hospitais, casas de saúde e maternidades, prevenção sanitária nos campos desportivos, limpeza de terrenos não edificados e respectivas comunicações, fechamento do terreno não edificado por muros e cercas, limpeza e desobstrução das cursos de água e das valas;

Enviado por email:  
[operacional@vdl.org.com.br](mailto:operacional@vdl.org.com.br)  
Publicação em edital

ASSINATURA DO INTIMADO  
OU DE SEU REPRESENTANTE

**BENONI LÖNNER JR**  
AUDITOR(A) FISCAL MUNICIPAL  
MATRÍCULA 1408702

O requerente poderá apresentar defesa a este auto fiscal com as provas documentais que pretenda produzir. Para tanto, o recurso deverá ser protocolado digitalmente via Aprova Digital, acessando <https://itajai.prefeituras.net/login>. Para mais informações, o requerente deverá entrar em contato com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação.



**MUNICÍPIO DE ITAJAÍ**  
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO  
AUDITORIA FISCAL MUNICIPAL  
Rua Alberto Werner, 100 – Vila Operária  
88304-053 – Itajaí - Santa Catarina

**AUTO DE INTIMAÇÃO**  
BLJ 0172/2025

DATA: 26/08/2025  
HORA: 15:34

INTIMADO  
**ESPOLIO DE MARIA BERNARDES CHAVES**  
LOCAL DA INFRAÇÃO  
**JOSE CANDIDO, N531 - SAO JOAO**  
DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO  
**IMÓVEL, DE SUA RESPONSABILIDADE, EM ESTADO DE MÁ CONSERVAÇÃO DE LIMPEZA, SEM MURO OU CERCA, LOCALIZADO NA JOSE CANDIDO, N531 - SAO JOAO**

CPF/CNPJ

550.566.109-25

CADASTRO/INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA

202.057.04.0193.0000.000

**PROVIDENCIAR A LIMPEZA/DRENAGEM/ROÇADA DO IMÓVEL, PROVIDENCIAR, TAMBÉM, A EXECUÇÃO DE MURO OU CERCA (ISTO EVITA QUE TERCEIROS DEPOSITEM LIXO NO IMÓVEL).**  
PRAZO PARA O CUMPRIMENTO DESTA INTIMAÇÃO (O DESCUMPRIMENTO DESTA PODERÁ ACARREAR AS SANÇÕES PREVISTAS EM LEI).

**30 (TRINTA) DIAS, A PARTIR DO RECEBIMENTO DESTA.**

**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

Lei 4313/2005 - Art. 1º - É obrigação legal do proprietário ou possuidor a qualquer título, de imóvel localizado na zona urbana do Município, o dever de conservá-lo e mantê-lo em perfeito estado de limpeza, providenciando a eliminação das águas estagnadas e de quaisquer outros detritos prejudiciais à saúde e à segurança.

Parágrafo único. Constatado o não cumprimento das obrigações previstas no caput deste artigo, será o proprietário ou possuidor a qualquer título do imóvel, notificado, e terá o prazo inicial de 30(trinta) dias para satisfazê-lo.

Lei 4313/2005 - Art. 2º - Decorridos os 30(trinta) dias da notificação será emitida autoação com multa, segundo a metragem do imóvel, conforme discriminado a seguir:

05 UPM - imóveis até 200 m²

07 UPM - imóveis até 1000 m²

10 UPM - imóveis acima de 1000 m²

Lei 2734/1992 - Art. 26- Os proprietários de terrenos são obrigados a murá-los ou cercá-los, bem como mantê-los em perfeito estado de limpeza, capinados e drenados.

§ 2º - Os muros, cercas e grades frontais terão a altura máxima de dois metros e quarenta centímetros.  
Lei 2734/1992 - Art. 137 - No infração de qualquer dispositivo deste Código e demais disposições legais, poderão ser impostas multas correspondentes de 01 (uma) a 100 (cem) UPM's - Unidades Fiscais do Município, ou seu sucedâneo, em vigor na data da autoação:

1 - de 01 (uma) a 65 (sessenta e cinco), nos casos de higiene das passagens e não construção dos mesmos, e higiene dos logradouros públicos, habitações em geral, edificações na área rural, hospitais, casas de saúde e maternidades, prevenção sanitária nos campos desportivos, limpeza de terrenos não edificados e respectivas comunicações, fechamento do terreno não edificado por muros e cercas, limpeza e desobstrução das cursos de água e das valas;

Enviado por email:  
[operacional@vdl.org.com.br](mailto:operacional@vdl.org.com.br)  
Publicação em edital

ASSINATURA DO INTIMADO  
OU DE SEU REPRESENTANTE

**BENONI LÖNNER JR**  
AUDITOR(A) FISCAL MUNICIPAL  
MATRÍCULA 1408702

O requerente poderá apresentar defesa a este auto fiscal com as provas documentais que pretenda produzir. Para tanto, o recurso deverá ser protocolado digitalmente via Aprova Digital, acessando <https://itajai.prefeituras.net/login>. Para mais informações, o requerente deverá entrar em contato com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação.

**APROVA**

Relatório padrão de processos

Filtros utilizados:

Tipo de processo/solicitante:  
05. Pedido de Análise de Permissíveis para Condomínio de Lotes - Comissão SEDUH  
A partir de: 01/07/2025  
Até: 26/09/2025

Informações do processo:

Numeração 6433-25-ITJ-VIA	Status do processo Deferido	Data de criação 01/07/2025
Requerente Fabrício Rathke Rosa	CPF/CNPJ do representante [REDACTED]	
Proprietário SITI SPE LTDA	CPF/CNPJ do proprietário 59445104000152	

Informações gerais:

Endereço BENJAMIM DAGNONI	Bairro RIO DO MEIO	CEP 88316100	Área total do processo Não Especificado
Última ação do processo Processo encerrado por deferimento		Responsável pela última ação João Paulo Kowalsky	

Informações do processo:

Numeração 7912-25-ITJ-VIA	Status do processo Deferido	Data de criação 30/07/2025
Requerente DENISE DELLA GIUSTINA WOLF JAEHRIG	CPF/CNPJ do representante [REDACTED]	
Proprietário VP EMPREENDIMENTOS LTDA	CPF/CNPJ do proprietário 4676845000117	

Informações gerais:

Endereço MARCOS ALBINO	Bairro RIO DO MEIO	CEP 88318991	Área total do processo Não Especificado
Última ação do processo Processo encerrado por deferimento		Responsável pela última ação João Paulo Kowalsky	

Informações do processo:

Numeração 8660-25-ITJ-VIA	Status do processo Deferido	Data de criação 14/08/2025
Requerente CAIO CESAR PIANIZZER	CPF/CNPJ do representante [REDACTED]	
Proprietário MAFRA ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	CPF/CNPJ do proprietário 10436424000157	

Informações gerais:

Endereço OLIMPIO GADOTTI	Bairro LIMOEIRO	CEP 88318650	Área total do processo Não Especificado
Última ação do processo Mensagem externa adicionada ao processo		Responsável pela última ação João Paulo Kowalsky	

Contagem do relatório:

Número de processos 3	Processos que foram analisados 0	Processos que estão deferidos 3	Processos que estão indeferidos 0
--------------------------	-------------------------------------	------------------------------------	--------------------------------------



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJAÍ  
Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação

PARECER N° 6216-25-ITJ-VIA

Para: Diretoria de Controle Urbano  
Data: 01 de julho de 2025

De acordo com o art. 4° da Instrução Normativa SEDUH 01/2024, e conforme definido no Plano Diretor de Itajaí – Lei Complementar 449/2024, em seu anexo II, a Comissão composta pelo Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Diretor Executivo de Desenvolvimento Urbano e Habitação e o Diretor de Controle Urbano e Auditor Fiscal após avaliação, deliberam nesta data:

Proprietário(s)

Proprietário Rizoma Imob Ltda	CPF/CNPJ do Proprietário 49492201000142
----------------------------------	--

Informações do Imóvel

Logradouro ROMUALDO MANOEL FAGUNDES	Número Predial 165		
CEP 88311103	Bairro CORDEIROS	Código do Imóvel 43642	
Uso CSE	Tipo de Empreendimento Residencial Apart-Hotel	Zonamento ZMC3	

Quadro de Áreas

Área Existente 0	Total de Área a Construir ou Ampliar 441.36	Total de Área a Regularizar 0	Área a Demolir 0	Área a Reformar 0
---------------------	--	----------------------------------	---------------------	----------------------

Protocolo de Aprovação de Projeto  
5815-25-ITJ-APA

Decisão da Comissão: Aprovado

Das decisões acima, é cabível recurso no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação da presente deliberação ao Conselho da Cidade, na forma do artigo 114, §1º, da Lei 449/2024 c/c artigo 59 da Lei Federal n. 9.784/99

Comissão SEDUH,

Director de Controle Urbano Marcos Felipe Terres dos Santos (Matrícula: 2687501)
Auditor Fiscal José Victor Henrique Pessoa (Matrícula: 2378501)
Director Executivo de Desenvolvimento Urbano e Habitação Ricardo Rebello da Cunha (Matrícula: 1253001)
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação João Paulo Kowalsky (Matrícula: 2114204)

PARECER N° 6240-25-ITJ-VIA

Para: Diretoria de Controle Urbano  
Data: 01 de julho de 2025

De acordo com o art. 4° da Instrução Normativa SEDUH 01/2024, e conforme definido no Plano Diretor de Itajaí – Lei Complementar 449/2024, em seu anexo II, a Comissão composta pelo Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Diretor Executivo de Desenvolvimento Urbano e Habitação e o Diretor de Controle Urbano e Auditor Fiscal após avaliação, deliberam nesta data:

Proprietário(s)

Proprietário Sílvio Teotonino de Simas	CPF/CNPJ do Proprietário [REDACTED]
---	--

Informações do Imóvel

Logradouro AVENIDA 01 - AVELINO WERNER II	Número Predial 665		
CEP 88300000	Bairro CIDADE NOVA	Código do Imóvel 773688	
Uso CSE	Tipo de Empreendimento ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE	Zonamento ZRP1	

Quadro de Áreas

Área Existente 0	Total de Área a Construir ou Ampliar 1571.33	Total de Área a Regularizar 0	Área a Demolir 0	Área a Reformar 0
---------------------	---	----------------------------------	---------------------	----------------------

Protocolo de Aprovação de Projeto  
875-25-ITJ-APA

Decisão da Comissão: Aprovado

Das decisões acima, é cabível recurso no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação da presente deliberação ao Conselho da Cidade, na forma do artigo 114, §1º, da Lei 449/2024 c/c artigo 59 da Lei Federal n. 9.784/99

Comissão SEDUH,

Director de Controle Urbano Marcos Felipe Terres dos Santos (Matrícula: 2687501)
Auditor Fiscal José Victor Henrique Pessoa (Matrícula: 2378501)
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação João Paulo Kowalsky (Matrícula: 2114204)
Director Executivo de Desenvolvimento Urbano e Habitação Ricardo Rebello da Cunha (Matrícula: 1253001)

PARECER N° 6764-25-ITJ-VIA



Para: Diretoria de Controle Urbano  
Data: 22 de julho de 2025

De acordo com o art. 4º da Instrução Normativa SEDUH 01/2024, e conforme definido no Plano Diretor de Itajaí – Lei Complementar 449/2024, em seu anexo II, a Comissão composta pelo Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Diretor Executivo de Desenvolvimento Urbano e Habitação e o Diretor de Controle Urbano e Auditor Fiscal após avaliação, deliberam nesta data:

Proprietário(s)

Proprietário	CPF/CNPJ do Proprietário
AMBIENTAL LIMPEZA URBANA E SANEAMENTO LTDA	03094629000136

Informações do Imóvel

Logradouro	FRANCISCO REIS		Número Predial	250
CEP	88311710	Bairro	CORDEIROS	Código do Imóvel
Uso	CSE	Tipo de Empreendimento	Serviços / Administrativo	Zonamento
				ZI

Quadro de Áreas

Área Existente	Total de Área a Construir ou Ampliar	Total de Área a Regularizar	Área a Demolir	Área a Reformar
0	1886.98	0	0	0
Protocolo de Aprovação de Projeto				
2207-25-ITJ-LDC				

Decisão da Comissão: Aprovado

Das decisões acima, é cabível recurso no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação da presente deliberação ao Conselho da Cidade, na forma do artigo 114, §1º, da Lei 449/2024 c/c artigo 59 da Lei Federal n. 9.784/99

Comissão SEDUH,

Auditor Fiscal
José Victor Henrique Pessoa (Matrícula: 2378501)
Diretor de Controle Urbano
Marcos Felipe Terres dos Santos (Matrícula: 2687501)
Diretor Executivo de Desenvolvimento Urbano e Habitação
Ricardo Rebelo da Cunha (Matrícula: 1253001)
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação
João Paulo Kowalsky (Matrícula: 2114204)

PARECER N° 6996-25-ITJ-VIA

Para: Diretoria de Controle Urbano  
Data: 22 de julho de 2025

De acordo com o art. 4º da Instrução Normativa SEDUH 01/2024, e conforme definido no Plano Diretor de Itajaí – Lei Complementar 449/2024, em seu anexo II, a Comissão composta pelo Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e

Habitação, Diretor Executivo de Desenvolvimento Urbano e Habitação e o Diretor de Controle Urbano e Auditor Fiscal após avaliação, deliberam nesta data:

Proprietário(s)

Proprietário	CPF/CNPJ do Proprietário
Lourdes Maria Carneiro	XXXXXXXXXX

Informações do Imóvel

Logradouro	ARCHIMEDES LOBO JOHANSEN		Número Predial	82
CEP	88311044	Bairro	MURTA	Código do Imóvel
Uso	H2	Tipo de Empreendimento	Residencial	Zonamento
				ZI

Quadro de Áreas

Área Existente	Total de Área a Construir ou Ampliar	Total de Área a Regularizar	Área a Demolir	Área a Reformar
0	144	92.3	0	0
Protocolo de Aprovação de Projeto				
6153-25-ITJ-APA				

Decisão da Comissão: Aprovado

Das decisões acima, é cabível recurso no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação da presente deliberação ao Conselho da Cidade, na forma do artigo 114, §1º, da Lei 449/2024 c/c artigo 59 da Lei Federal n. 9.784/99

Comissão SEDUH,

Auditor Fiscal
José Victor Henrique Pessoa (Matrícula: 2378501)
Diretor de Controle Urbano
Marcos Felipe Terres dos Santos (Matrícula: 2687501)
Diretor Executivo de Desenvolvimento Urbano e Habitação
Ricardo Rebelo da Cunha (Matrícula: 1253001)
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação
João Paulo Kowalsky (Matrícula: 2114204)

PARECER N° 7019-25-ITJ-VIA

Para: Diretoria de Controle Urbano  
Data: 22 de julho de 2025

De acordo com o art. 4º da Instrução Normativa SEDUH 01/2024, e conforme definido no Plano Diretor de Itajaí – Lei Complementar 449/2024, em seu anexo II, a Comissão composta pelo Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Diretor Executivo de Desenvolvimento Urbano e Habitação e o Diretor de Controle Urbano e Auditor Fiscal após avaliação, deliberam nesta data:

Proprietário(s)

Proprietário	CPF/CNPJ do Proprietário

VENDECASA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.	85134864000159
--	----------------

Informações do Imóvel

Logradouro	LAURA DOS SANTOS LAURINDO		Número Predial	200
CEP	88306707	Bairro	PRAIA BRAVA	Código do Imóvel
Uso	CSE	Tipo de Empreendimento	Escola	Zonamento
				ZMC3

Quadro de Áreas

Área Existente	Total de Área a Construir ou Ampliar	Total de Área a Regularizar	Área a Demolir	Área a Reformar
0	18684	0	0	0
Protocolo de Aprovação de Projeto				
8957-23-ITJ-APA				

Decisão da Comissão: Aprovado

Das decisões acima, é cabível recurso no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação da presente deliberação ao Conselho da Cidade, na forma do artigo 114, §1º, da Lei 449/2024 c/c artigo 59 da Lei Federal n. 9.784/99

Comissão SEDUH,

Auditor Fiscal
José Victor Henrique Pessoa (Matrícula: 2378501)
Diretor de Controle Urbano
Marcos Felipe Terres dos Santos (Matrícula: 2687501)
Diretor Executivo de Desenvolvimento Urbano e Habitação
Ricardo Rebelo da Cunha (Matrícula: 1253001)
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação
João Paulo Kowalsky (Matrícula: 2114204)

PARECER N° 7361-25-ITJ-VIA

Para: Diretoria de Controle Urbano  
Data: 22 de julho de 2025

De acordo com o art. 4º da Instrução Normativa SEDUH 01/2024, e conforme definido no Plano Diretor de Itajaí – Lei Complementar 449/2024, em seu anexo II, a Comissão composta pelo Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Diretor Executivo de Desenvolvimento Urbano e Habitação e o Diretor de Controle Urbano e Auditor Fiscal após avaliação, deliberam nesta data:

Proprietário(s)

Proprietário	CPF/CNPJ do Proprietário
IGREJA EVANGÉLICA ASSEMBLEIA DE DEUS DE ITAJAÍ	84308303000166

Informações do Imóvel

Logradouro	JOSE FRANCISCO MAESTRI		Número Predial	774
CEP	88317280	Bairro	ESPINHEIROS	Código do Imóvel
Uso	CSE	Tipo de Empreendimento	Igreja	Zonamento
				ZTU4

Quadro de Áreas

Área Existente	Total de Área a Construir ou Ampliar	Total de Área a Regularizar	Área a Demolir	Área a Reformar
0	0	330.06	0	0
Protocolo de Aprovação de Projeto				
5416-25-ITJ-APA				

Decisão da Comissão: Aprovado

Das decisões acima, é cabível recurso no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação da presente deliberação ao Conselho da Cidade, na forma do artigo 114, §1º, da Lei 449/2024 c/c artigo 59 da Lei Federal n. 9.784/99

Comissão SEDUH,

Auditor Fiscal
José Victor Henrique Pessoa (Matrícula: 2378501)
Diretor de Controle Urbano
Marcos Felipe Terres dos Santos (Matrícula: 2687501)
Diretor Executivo de Desenvolvimento Urbano e Habitação
Ricardo Rebelo da Cunha (Matrícula: 1253001)
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação
João Paulo Kowalsky (Matrícula: 2114204)

PARECER N° 7495-25-ITJ-VIA

Para: Diretoria de Controle Urbano  
Data: 22 de julho de 2025

De acordo com o art. 4º da Instrução Normativa SEDUH 01/2024, e conforme definido no Plano Diretor de Itajaí – Lei Complementar 449/2024, em seu anexo II, a Comissão composta pelo Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Diretor Executivo de Desenvolvimento Urbano e Habitação e o Diretor de Controle Urbano e Auditor Fiscal após avaliação, deliberam nesta data:

Proprietário(s)

Proprietário	CPF/CNPJ do Proprietário
Igreja Evangelica Assembleia de Deus Itajaí	84308303000166
Proprietário	CPF/CNPJ do Proprietário
Igreja Evangelica Assembleia de Deus Itajaí	84308303000166

Informações do Imóvel

Logradouro	CAMPOS NOVOS		Número Predial	752
CEP	88309661	Bairro	SAO VICENTE	Código do Imóvel
				752965



Uso	Tipo de Empreendimento	Zonamento
CSE	INSTITUCIONAL	ZMC3

Quadro de Áreas

Área Existente	Total de Área a Construir ou Ampliar	Total de Área a Regularizar	Área a Demolir	Área a Reformar
0	1277.39	0	0	0
Protocolo de Aprovação de Projeto 8614-24-ITJ-APA				

Decisão da Comissão: Aprovado

Das decisões acima, é cabível recurso no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação da presente deliberação ao Conselho da Cidade, na forma do artigo 114, §1º, da Lei 449/2024 c/c artigo 59 da Lei Federal n. 9.784/99

Comissão SEDUH,

Auditor Fiscal José Victor Henrique Pessoa (Matrícula: 2378501)
Diretor de Controle Urbano Marcos Felipe Terres dos Santos (Matrícula: 2687501)
Diretor Executivo de Desenvolvimento Urbano e Habitação Ricardo Rebelo da Cunha (Matrícula: 1253001)
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação João Paulo Kowalsky (Matrícula: 2114204)

PARECER N° 7614-25-ITJ-VIA

Para: Diretoria de Controle Urbano  
Data: 28 de julho de 2025

De acordo com o art. 4º da Instrução Normativa SEDUH 01/2024, e conforme definido no Plano Diretor de Itajaí – Lei Complementar 449/2024, em seu anexo II, a Comissão composta pelo Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Diretor Executivo de Desenvolvimento Urbano e Habitação e o Diretor de Controle Urbano e Auditor Fiscal após avaliação, deliberam nesta data:

Proprietário(s)

Proprietário ADEMAR BITTELBRUN	CPF/CNPJ do Proprietário 71481664972
-----------------------------------	---

Informações do Imóvel

Logradouro PROFESSORA EROTIDES DA SILVA FONTES		Número Predial 2150
CEP 88309603	Bairro SAO VICENTE	Código do Imóvel 803621
Uso CS3	Tipo de Empreendimento IGREJA	Zonamento ZRP1

Quadro de Áreas

Área Existente	Total de Área a Construir ou Ampliar	Total de Área a Regularizar	Área a Demolir	Área a Reformar
211.05	0	100	0	0

Decisão da Comissão: Aprovado

Das decisões acima, é cabível recurso no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação da presente deliberação ao Conselho da Cidade, na forma do artigo 114, §1º, da Lei 449/2024 c/c artigo 59 da Lei Federal n. 9.784/99

Comissão SEDUH,

Diretor de Controle Urbano Marcos Felipe Terres dos Santos (Matrícula: 2687501)
Auditor Fiscal José Victor Henrique Pessoa (Matrícula: 2378501)
Diretor Executivo de Desenvolvimento Urbano e Habitação Ricardo Rebelo da Cunha (Matrícula: 1253001)
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação João Paulo Kowalsky (Matrícula: 2114204)

PARECER N° 8040-25-ITJ-VIA

Para: Diretoria de Controle Urbano  
Data: 05 de agosto de 2025

De acordo com o art. 4º da Instrução Normativa SEDUH 01/2024, e conforme definido no Plano Diretor de Itajaí – Lei Complementar 449/2024, em seu anexo II, a Comissão composta pelo Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Diretor Executivo de Desenvolvimento Urbano e Habitação e o Diretor de Controle Urbano e Auditor Fiscal após avaliação, deliberam nesta data:

Proprietário(s)

Proprietário ONADIR DAGNONI ROCHA	CPF/CNPJ do Proprietário 
Proprietário SERGIO NATALICIO ROCHA	CPF/CNPJ do Proprietário 
Proprietário VANIA ROCHA	CPF/CNPJ do Proprietário 

Informações do Imóvel

Logradouro DEPUTADO ANTONIO HEIL		Número Predial 4621
CEP 88316000	Bairro ITAIPAVA	Código do Imóvel 768258
Uso H2	Tipo de Empreendimento Multifamiliar	Zonamento Z1

Quadro de Áreas

Área Existente	Total de Área a Construir ou Ampliar	Total de Área a Regularizar	Área a Demolir	Área a Reformar
0	1926.58	0	0	0
Protocolo de Aprovação de Projeto 6033-25-ITJ-APA				

Decisão da Comissão: Aprovado

Das decisões acima, é cabível recurso no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação da presente deliberação ao Conselho da Cidade, na forma do artigo 114, §1º, da Lei 449/2024 c/c artigo 59 da Lei Federal n. 9.784/99

Comissão SEDUH,

Diretor de Controle Urbano Marcos Felipe Terres dos Santos (Matrícula: 2687501)
Auditor Fiscal José Victor Henrique Pessoa (Matrícula: 2378501)
Diretor Executivo de Desenvolvimento Urbano e Habitação Ricardo Rebelo da Cunha (Matrícula: 1253001)
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação João Paulo Kowalsky (Matrícula: 2114204)

PARECER N° 7703-25-ITJ-VIA

Para: Diretoria de Controle Urbano  
Data: 05 de agosto de 2025

De acordo com o art. 4º da Instrução Normativa SEDUH 01/2024, e conforme definido no Plano Diretor de Itajaí – Lei Complementar 449/2024, em seu anexo II, a Comissão composta pelo Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Diretor Executivo de Desenvolvimento Urbano e Habitação e o Diretor de Controle Urbano e Auditor Fiscal após avaliação, deliberam nesta data:

Proprietário(s)

Proprietário GONÇALVES ADMINISTRADORA DE BENS	CPF/CNPJ do Proprietário 42378643000113
--	--

Informações do Imóvel

Logradouro ANTONIO BENTO DA SILVA		Número Predial 345
CEP 88316630	Bairro ITAIPAVA	Código do Imóvel 957041
Uso CS3	Tipo de Empreendimento GALPÃO PARA DEPÓSITO	Zonamento ZRP2

Quadro de Áreas

Área Existente	Total de Área a Construir ou Ampliar	Total de Área a Regularizar	Área a Demolir	Área a Reformar
0	1477.68	0	0	0
Protocolo de Aprovação de Projeto 4652-25-ITJ-APA				

Decisão da Comissão: Aprovado

Das decisões acima, é cabível recurso no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação da presente deliberação ao Conselho da Cidade, na forma do artigo 114, §1º, da Lei 449/2024 c/c artigo 59 da Lei Federal n. 9.784/99

Comissão SEDUH,

Diretor de Controle Urbano Marcos Felipe Terres dos Santos (Matrícula: 2687501)
Auditor Fiscal José Victor Henrique Pessoa (Matrícula: 2378501)
Diretor Executivo de Desenvolvimento Urbano e Habitação Ricardo Rebelo da Cunha (Matrícula: 1253001)
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação João Paulo Kowalsky (Matrícula: 2114204)

PARECER N° 8284-25-ITJ-VIA

Para: Diretoria de Controle Urbano  
Data: 13 de agosto de 2025

De acordo com o art. 4º da Instrução Normativa SEDUH 01/2024, e conforme definido no Plano Diretor de Itajaí – Lei Complementar 449/2024, em seu anexo II, a Comissão composta pelo Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Diretor Executivo de Desenvolvimento Urbano e Habitação e o Diretor de Controle Urbano e Auditor Fiscal após avaliação, deliberam nesta data:

Proprietário(s)

Proprietário Isabel Aparecida Grobe Mafra	CPF/CNPJ do Proprietário 
--	---

Informações do Imóvel

Logradouro BENJAMIM DAGNONI		Número Predial 4200
CEP 88316100	Bairro RIO DO MEIO	Código do Imóvel 958314
Uso CS3	Tipo de Empreendimento GALPÃO PARA DEPOSITO	Zonamento ZRP2

Quadro de Áreas

Área Existente	Total de Área a Construir ou Ampliar	Total de Área a Regularizar	Área a Demolir	Área a Reformar
0	1652.1	0	0	0

Decisão da Comissão: Aprovado

Das decisões acima, é cabível recurso no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação da presente deliberação ao Conselho da Cidade, na forma do artigo 114, §1º, da Lei 449/2024 c/c artigo 59 da Lei Federal n. 9.784/99



#### Comissão SEDUH,

Diretor de Controle Urbano  
Marcos Felipe Terres dos Santos (Matrícula: 2687501)

Auditor Fiscal  
José Victor Henrique Pessoa (Matrícula: 2378501)

Diretor Executivo do Desenvolvimento Urbano e Habitação  
Ricardo Rebello da Cunha (Matrícula: 1253001)

Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação  
João Paulo Kowalsky (Matrícula: 2114204)

#### PARECER N° 8474-25-ITJ-VIA

Para: Diretoria de Controle Urbano

Data: 13 de agosto de 2025

De acordo com o art. 4° da Instrução Normativa SEDUH 01/2024, e conforme definido no Plano Diretor de Itajaí – Lei Complementar 449/2024, em seu anexo II, a Comissão composta pelo Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Diretor Executivo de Desenvolvimento Urbano e Habitação e o Diretor de Controle Urbano e Auditor Fiscal após avaliação, deliberam nesta data:

#### Proprietário(s)

Proprietário FISCHER LOG EMPREENDIMENTOS SPE LTDA	CPF/CNPJ do Proprietário 60484090000165
--	--

#### Informações do Imóvel

Logradouro DEPUTADO ANTONIO HEIL	Número Predial 13421	
CEP 88318251	Bairro BRILHANTE I	Código do Imóvel 943084
Uso CS3	Tipo de Empreendimento Prédios Comerciais e de Serviços	Zonamento ZPA

#### Quadro de Áreas

Área Existente 0	Total de Área a Construir ou Ampliar 47073.69	Total de Área a Regularizar 0	Área a Demolir 0	Área a Reformar 0
---------------------	--	----------------------------------	---------------------	----------------------

Protocolo de Aprovação de Projeto  
7383-25-ITJ-APA

Decisão da Comissão: Aprovado

Das decisões acima, é cabível recurso no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação da presente deliberação ao Conselho da Cidade, na forma do artigo 114, §1°, da Lei 449/2024 c/c artigo 59 da Lei Federal n. 9.784/99

#### Comissão SEDUH,

Diretor de Controle Urbano  
Marcos Felipe Terres dos Santos (Matrícula: 2687501)

Auditor Fiscal  
José Victor Henrique Pessoa (Matrícula: 2378501)

Diretor Executivo do Desenvolvimento Urbano e Habitação  
Ricardo Rebello da Cunha (Matrícula: 1253001)

Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação  
João Paulo Kowalsky (Matrícula: 2114204)

#### PARECER N° 8588-25-ITJ-VIA

Para: Diretoria de Controle Urbano

Data: 20 de agosto de 2025

De acordo com o art. 4° da Instrução Normativa SEDUH 01/2024, e conforme definido no Plano Diretor de Itajaí – Lei Complementar 449/2024, em seu anexo II, a Comissão composta pelo Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Diretor Executivo de Desenvolvimento Urbano e Habitação e o Diretor de Controle Urbano e Auditor Fiscal após avaliação, deliberam nesta data:

#### Proprietário(s)

Proprietário FIGUEIRA CAPITAL SPE LTDA	CPF/CNPJ do Proprietário 57697728000131
---	--

#### Informações do Imóvel

Logradouro DOMINGOS RAMPELOTTI	Número Predial 3005	
CEP 88317600	Bairro SAO ROQUE	Código do Imóvel 913909
Uso CS3	Tipo de Empreendimento Terminal Logístico de Cargas	Zonamento ZRP2

#### Quadro de Áreas

Área Existente 0	Total de Área a Construir ou Ampliar 36420.66	Total de Área a Regularizar 0	Área a Demolir 0	Área a Reformar 0
---------------------	--	----------------------------------	---------------------	----------------------

Protocolo de Aprovação de Projeto  
10351-24-ITJ-APA

Decisão da Comissão: Aprovado

Das decisões acima, é cabível recurso no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação da presente deliberação ao Conselho da Cidade, na forma do artigo 114, §1°, da Lei 449/2024 c/c artigo 59 da Lei Federal n. 9.784/99

#### Comissão SEDUH,

Diretor de Controle Urbano  
Marcos Felipe Terres dos Santos (Matrícula: 2687501)

Auditor Fiscal  
José Victor Henrique Pessoa (Matrícula: 2378501)

Diretor Executivo do Desenvolvimento Urbano e Habitação  
Ricardo Rebello da Cunha (Matrícula: 1253001)

Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação  
João Paulo Kowalsky (Matrícula: 2114204)

#### Total de Processos

13



#### PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJAÍ

Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação

#### PARECER N° 6128-25-ITJ-VIA

Para: Auditoria Fiscal

Data: 01 de julho de 2025

De acordo com o art. 4° da Instrução Normativa SEDUH 01/2024, e conforme definido no Plano Diretor de Itajaí – Lei Complementar 449/2024, em seu anexo II, a Comissão composta pelo Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Diretor Executivo de Desenvolvimento Urbano e Habitação e o Diretor de Controle Urbano e Auditor Fiscal após avaliação, deliberam nesta data:

#### Informações do Requerente

Razão Social MP ITAJAÍ SERVIÇOS EDUCACIONAIS LTDA			
Logradouro PAULO HOIER	Número Predial 301	CEP 88307290	Bairro CARVALHO

CNAE Principal 82.11-3-00	Tipo de Uso Principal Serviços combinados de escritório e apoio administrativo		
Zonamento ZTU3	Metragem 296.48 m²	Uso CS2	Risco Baixo

CNAE Secundário 85.11-2-00	Tipo de Uso Secundário Educação infantil - creche		
Zonamento ZTU3	Uso CSE	Risco Alto	

CNAE Secundário 85.12-1-00	Tipo de Uso Secundário Educação infantil - pré-escola		
Zonamento ZTU3	Uso CSE	Risco Alto	

CNAE Secundário 85.13-9-00	Tipo de Uso Secundário Ensino fundamental		
Zonamento ZTU3	Uso CSE	Risco Alto	

CNAE Secundário 85.20-1-00	Tipo de Uso Secundário Ensino médio		
Zonamento ZTU3	Uso CSE	Risco Alto	

Decisão da Comissão: Aprovado

Das decisões acima, é cabível recurso no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação da presente deliberação ao Conselho da Cidade, na forma do artigo 114, §1°, da Lei 449/2024 c/c artigo 59 da Lei Federal n. 9.784/99

#### Comissão SEDUH,

Diretor de Controle Urbano  
Marcos Felipe Terres dos Santos (Matrícula: 2687501)

Auditor Fiscal  
José Victor Henrique Pessoa (Matrícula: 2378501)

Diretor Executivo do Desenvolvimento Urbano e Habitação  
Ricardo Rebello da Cunha (Matrícula: 1253001)

Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação  
João Paulo Kowalsky (Matrícula: 2114204)

#### PARECER N° 6332-25-ITJ-VIA

Para: Auditoria Fiscal

Data: 07 de julho de 2025

De acordo com o art. 4° da Instrução Normativa SEDUH 01/2024, e conforme definido no Plano Diretor de Itajaí – Lei Complementar 449/2024, em seu anexo II, a Comissão composta pelo Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Diretor Executivo de Desenvolvimento Urbano e Habitação e o Diretor de Controle Urbano e Auditor Fiscal após avaliação, deliberam nesta data:

#### Informações do Requerente

Razão Social VENDECASA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA			
Logradouro LAURA DOS SANTOS LAURINDO	Número Predial 284	CEP 88306705	Bairro PRAIA BRAVA

CNAE Principal 85.12-1-00	Tipo de Uso Principal Educação infantil - pré-escola		
Zonamento ZMC3	Metragem 11251.43 m²	Uso CSE	Risco Alto

Decisão da Comissão: Aprovado

Das decisões acima, é cabível recurso no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação da presente deliberação ao Conselho da Cidade, na forma do artigo 114, §1°, da Lei 449/2024 c/c artigo 59 da Lei Federal n. 9.784/99

#### Comissão SEDUH,

Diretor de Controle Urbano  
Marcos Felipe Terres dos Santos (Matrícula: 2687501)

Auditor Fiscal  
José Victor Henrique Pessoa (Matrícula: 2378501)

Diretor Executivo do Desenvolvimento Urbano e Habitação  
Ricardo Rebello da Cunha (Matrícula: 1253001)

Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação  
João Paulo Kowalsky (Matrícula: 2114204)

#### PARECER N° 6551-25-ITJ-VIA

Para: Auditoria Fiscal  
Data: 10 de julho de 2025

De acordo com o art. 4º da Instrução Normativa SEDUH 01/2024, e conforme definido no Plano Diretor de Itajaí – Lei Complementar 449/2024, em seu anexo II, a Comissão composta pelo Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Diretor Executivo de Desenvolvimento Urbano e Habitação e o Diretor de Controle Urbano e Auditor Fiscal após avaliação, deliberam nesta data:

Informações do Requerente			
Razão Social BUILDER INDUSTRIA E COMERCIO LTDA			
Logradouro MARIO URIARTE	Número Predial 86	CEP 88310696	Bairro CORDEIROS
CNAE Principal 46.79-6-01		Tipo de Uso Principal Comércio atacadista de tintas, vernizes e similares	
Zonamento ZMC3	Metragem 275.00 m²	Uso CS2	Risco Alto
CNAE Secundário 20.40-1-00		Tipo de Uso Secundário Fabricação de fibras artificiais e sintéticas	
Zonamento ZMC3	Uso I3	Risco Alto	

Decisão da Comissão: Aprovado

Das decisões acima, é cabível recurso no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação da presente deliberação ao Conselho da Cidade, na forma do artigo 114, §1º, da Lei 449/2024 c/c artigo 59 da Lei Federal n. 9.784/99

Comissão SEDUH,			
Diretor de Controle Urbano Marcos Felipe Terres dos Santos (Matrícula: 2687501)			
Auditor Fiscal José Victor Henrique Pessoa (Matrícula: 2378501)			
Diretor Executivo de Desenvolvimento Urbano e Habitação Ricardo Rebello da Cunha (Matrícula: 1253001)			
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação João Paulo Kowalsky (Matrícula: 2114204)			

PARECER N° 6654-25-ITJ-VIA

Para: Auditoria Fiscal  
Data: 10 de julho de 2025

De acordo com o art. 4º da Instrução Normativa SEDUH 01/2024, e conforme definido no Plano Diretor de Itajaí – Lei Complementar 449/2024, em seu anexo II, a Comissão composta pelo Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Diretor Executivo de Desenvolvimento Urbano e Habitação e o Diretor de Controle Urbano e Auditor Fiscal após avaliação, deliberam nesta data:

Informações do Requerente			
Razão Social BRIZZA 77 EVENTOS LTDA			
Logradouro MINISTRO VICTOR KONDER	Número Predial 23	CEP 88301700	Bairro CENTRO
CNAE Principal 82.30-0-02		Tipo de Uso Principal Casas de festas e eventos	
Zonamento ZPL	Metragem 250.00 m²	Uso CSE	Risco Alto

Decisão da Comissão: Aprovado

Das decisões acima, é cabível recurso no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação da presente deliberação ao Conselho da Cidade, na forma do artigo 114, §1º, da Lei 449/2024 c/c artigo 59 da Lei Federal n. 9.784/99

Comissão SEDUH,			
Diretor de Controle Urbano Marcos Felipe Terres dos Santos (Matrícula: 2687501)			
Auditor Fiscal José Victor Henrique Pessoa (Matrícula: 2378501)			
Diretor Executivo de Desenvolvimento Urbano e Habitação Ricardo Rebello da Cunha (Matrícula: 1253001)			
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação João Paulo Kowalsky (Matrícula: 2114204)			

PARECER N° 7356-25-ITJ-VIA

Para: Auditoria Fiscal  
Data: 22 de julho de 2025

De acordo com o art. 4º da Instrução Normativa SEDUH 01/2024, e conforme definido no Plano Diretor de Itajaí – Lei Complementar 449/2024, em seu anexo II, a Comissão composta pelo Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Diretor Executivo de Desenvolvimento Urbano e Habitação e o Diretor de Controle Urbano e Auditor Fiscal após avaliação, deliberam nesta data:

Informações do Requerente			
Razão Social COMISSÃO M28			
Logradouro MAIOEL CORREA	Número Predial 81	CEP 88302080	Bairro NSA SRA DAS GRACAS
CNAE Principal 94.91-0-00		Tipo de Uso Principal Atividades de organizações religiosas ou filosóficas	
Zonamento ZMC2	Metragem 62.00 m²	Uso CSE	Risco Alto

Decisão da Comissão: Aprovado

Das decisões acima, é cabível recurso no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação da presente deliberação ao Conselho da Cidade, na forma do artigo 114, §1º, da Lei 449/2024 c/c artigo 59 da Lei Federal n. 9.784/99

Comissão SEDUH,			
Auditor Fiscal José Victor Henrique Pessoa (Matrícula: 2378501)			
Diretor de Controle Urbano Marcos Felipe Terres dos Santos (Matrícula: 2687501)			
Diretor Executivo de Desenvolvimento Urbano e Habitação Ricardo Rebello da Cunha (Matrícula: 1253001)			
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação João Paulo Kowalsky (Matrícula: 2114204)			

PARECER N° 7522-25-ITJ-VIA

Para: Auditoria Fiscal  
Data: 28 de julho de 2025

De acordo com o art. 4º da Instrução Normativa SEDUH 01/2024, e conforme definido no Plano Diretor de Itajaí – Lei Complementar 449/2024, em seu anexo II, a Comissão composta pelo Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Diretor Executivo de Desenvolvimento Urbano e Habitação e o Diretor de Controle Urbano e Auditor Fiscal após avaliação, deliberam nesta data:

Informações do Requerente			
Razão Social CENTRO DE ATENDIMENTO AGUAS CLARASLTDA			
Logradouro CORIFEU DE AZEVEDO MARQUES	Número Predial 164	CEP 88303270	Bairro VILA OPERARIA
CNAE Principal 87.20-4-99		Tipo de Uso Principal Atividades de assistência psicossocial e à saúde a portadores de distúrbios psíquicos, deficiência mental e dependência química e grupos similares não especificadas anteriormente	
Zonamento ZMC3	Metragem 30.00 m²	Uso CS1	Risco Baixo

CNAE Secundário 33.12-1-03		Tipo de Uso Secundário Manutenção e reparação de aparelhos eletromédicos e eletroterapêuticos e equipamentos de irradiação	
Zonamento ZMC3	Uso CS1	Risco Alto	

CNAE Secundário 42.13-8-00		Tipo de Uso Secundário Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas	
Zonamento ZMC3	Uso CS1	Risco Baixo	

CNAE Secundário 46.18-4-02		Tipo de Uso Secundário Representantes comerciais e agentes do comércio de instrumentos e materiais odonto-médico-hospitalares	
Zonamento ZMC3	Uso CS1	Risco Baixo	

CNAE Secundário 46.45-1-01		Tipo de Uso Secundário Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios	
Zonamento ZMC3	Uso CS1	Risco Baixo	

CNAE Secundário 47.73-3-00		Tipo de Uso Secundário Comércio varejista de artigos médicos e ortopédicos	
Zonamento ZMC3	Uso CS1	Risco Baixo	

CNAE Secundário 52.23-1-00		Tipo de Uso Secundário Estacionamento de veículos	
Zonamento ZMC3	Uso CS1	Risco Baixo	

CNAE Secundário 70.20-4-00		Tipo de Uso Secundário Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica	
Zonamento ZMC3	Uso CS1	Risco Baixo	

CNAE Secundário 75.00-1-00		Tipo de Uso Secundário Atividades veterinárias	
Zonamento ZMC3	Uso CS1	Risco Médio	

CNAE Secundário 78.20-5-00		Tipo de Uso Secundário Locação de mão de obra temporária	
Zonamento ZMC3	Uso CS1	Risco Baixo	

CNAE Secundário 78.30-2-00		Tipo de Uso Secundário Fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros	
Zonamento ZMC3	Uso CS1	Risco Baixo	

CNAE Secundário 81.11-7-00		Tipo de Uso Secundário Serviços combinados para apoio a edifícios, exceto condomínios prediais	
Zonamento ZMC3	Uso CS1	Risco Baixo	

CNAE Secundário 81.29-0-00		Tipo de Uso Secundário Atividades de limpeza não especificadas anteriormente	
Zonamento ZMC3	Uso CS1	Risco Baixo	

CNAE Secundário 85.32-5-00		Tipo de Uso Secundário Educação superior - graduação e pós-graduação	
-------------------------------	--	---	--



Zoneamento ZMC3	Uso CSE	Risco Alto
CNAE Secundário 85.33-3-00	Tipo de Uso Secundário Educação superior - pós-graduação e extensão	
Zoneamento ZMC3	Uso CSE	Risco Alto
CNAE Secundário 85.41-4-00	Tipo de Uso Secundário Educação profissional de nível técnico	
Zoneamento ZMC3	Uso CSE	Risco Alto
CNAE Secundário 85.42-2-00	Tipo de Uso Secundário Educação profissional de nível tecnológico	
Zoneamento ZMC3	Uso CSE	Risco Alto
CNAE Secundário 85.99-6-04	Tipo de Uso Secundário Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial	
Zoneamento ZMC3	Uso CS1	Risco Baixo
CNAE Secundário 85.99-6-99	Tipo de Uso Secundário Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente	
Zoneamento ZMC3	Uso CS1	Risco Baixo
CNAE Secundário 86.10-1-02	Tipo de Uso Secundário Atividades de atendimento em pronto-socorro e unidades hospitalares para atendimento a urgências	
Zoneamento ZMC3	Uso CS1	Risco Alto
CNAE Secundário 86.21-6-01	Tipo de Uso Secundário UTI móvel	
Zoneamento ZMC3	Uso CS1	Risco Médio
CNAE Secundário 86.21-6-02	Tipo de Uso Secundário Serviços móveis de atendimento a urgências, exceto por UTI móvel	
Zoneamento ZMC3	Uso CS1	Risco Médio
CNAE Secundário 86.22-4-00	Tipo de Uso Secundário Serviços de remoção de pacientes, exceto os serviços móveis de atendimento a urgências	
Zoneamento ZMC3	Uso CS1	Risco Médio
CNAE Secundário 86.30-5-01	Tipo de Uso Secundário Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos	
Zoneamento ZMC3	Uso CS1	Risco Alto
CNAE Secundário 86.30-5-02	Tipo de Uso Secundário Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares	
Zoneamento ZMC3	Uso CS1	Risco Alto
CNAE Secundário 86.30-5-03	Tipo de Uso Secundário Atividade médica ambulatorial restrita a consultas	
Zoneamento ZMC3	Uso CS1	Risco Baixo
CNAE Secundário 86.30-5-04	Tipo de Uso Secundário Atividade odontológica	
Zoneamento ZMC3	Uso CS1	Risco Alto
CNAE Secundário 86.30-5-06	Tipo de Uso Secundário Serviços de vacinação e imunização humana	
Zoneamento ZMC3	Uso CS1	Risco Alto
CNAE Secundário 86.40-2-01	Tipo de Uso Secundário Laboratórios de anatomia patológica e citológica	
Zoneamento ZMC3	Uso CS1	Risco Alto
CNAE Secundário 86.40-2-02	Tipo de Uso Secundário Laboratórios clínicos	
Zoneamento ZMC3	Uso CS1	Risco Alto
CNAE Secundário 86.40-2-03	Tipo de Uso Secundário Serviços de diálise e nefrologia	
Zoneamento ZMC3	Uso CS1	Risco Alto
CNAE Secundário 86.40-2-04	Tipo de Uso Secundário Serviços de tomografia	
Zoneamento ZMC3	Uso CS1	Risco Alto
CNAE Secundário 86.40-2-05	Tipo de Uso Secundário	

	Serviços de diagnóstico por imagem com uso de radiação ionizante, exceto tomografia	
Zoneamento ZMC3	Uso CS1	Risco Alto
CNAE Secundário 86.40-2-06	Tipo de Uso Secundário Serviços de ressonância magnética	
Zoneamento ZMC3	Uso CS1	Risco Alto
CNAE Secundário 86.40-2-07	Tipo de Uso Secundário Serviços de diagnóstico por imagem sem uso de radiação ionizante, exceto ressonância magnética	
Zoneamento ZMC3	Uso CS1	Risco Alto
CNAE Secundário 86.40-2-09	Tipo de Uso Secundário Serviços de diagnóstico por métodos ópticos - endoscopia e outros exames análogos	
Zoneamento ZMC3	Uso CS1	Risco Alto
CNAE Secundário 86.40-2-11	Tipo de Uso Secundário Serviços de radioterapia	
Zoneamento ZMC3	Uso CS1	Risco Alto
CNAE Secundário 86.40-2-12	Tipo de Uso Secundário Serviços de hemoterapia	
Zoneamento ZMC3	Uso CS1	Risco Alto
CNAE Secundário 86.40-2-13	Tipo de Uso Secundário Serviços de litotripsia	
Zoneamento ZMC3	Uso CS1	Risco Alto
CNAE Secundário 86.40-2-99	Tipo de Uso Secundário Atividades de serviços de complementação diagnóstica e terapêutica não especificadas anteriormente	
Zoneamento ZMC3	Uso CS1	Risco Alto
CNAE Secundário 86.50-0-01	Tipo de Uso Secundário Atividades de enfermagem	
Zoneamento ZMC3	Uso CS1	Risco Baixo
CNAE Secundário 86.50-0-03	Tipo de Uso Secundário Atividades de psicologia e psicanálise	
Zoneamento ZMC3	Uso CS1	Risco Baixo
CNAE Secundário 86.50-0-05	Tipo de Uso Secundário Atividades de terapia ocupacional	
Zoneamento ZMC3	Uso CS1	Risco Baixo
CNAE Secundário 86.50-0-06	Tipo de Uso Secundário Atividades de fonoaudiologia	
Zoneamento ZMC3	Uso CS1	Risco Baixo
CNAE Secundário 86.50-0-99	Tipo de Uso Secundário Atividades de profissionais da área de saúde não especificadas anteriormente	
Zoneamento ZMC3	Uso CS1	Risco Baixo
CNAE Secundário 86.60-7-00	Tipo de Uso Secundário Atividades de apoio à gestão de saúde	
Zoneamento ZMC3	Uso CS1	Risco Baixo
CNAE Secundário 87.11-5-01	Tipo de Uso Secundário Clínicas e residências geriátricas	
Zoneamento ZMC3	Uso CSE	Risco Alto
CNAE Secundário 87.11-5-02	Tipo de Uso Secundário Instituições de longa permanência para idosos	
Zoneamento ZMC3	Uso CSE	Risco Alto
CNAE Secundário 87.11-5-03	Tipo de Uso Secundário Atividades de assistência a deficientes físicos, imunodeprimidos e convalescentes	
Zoneamento ZMC3	Uso CS1	Risco Baixo
CNAE Secundário 87.11-5-04	Tipo de Uso Secundário Centros de apoio a pacientes com câncer e com AIDS	
Zoneamento ZMC3	Uso CSE	Risco Baixo
CNAE Secundário 87.12-3-00	Tipo de Uso Secundário Atividades de fornecimento de infraestrutura de apoio e assistência a paciente no domicílio	
Zoneamento ZMC3	Uso CS1	Risco Baixo





CNAE Secundário 87.20-4-01	Tipo de Uso Secundário Atividades de centros de assistência psicossocial		
Zoneamento ZMC3	Uso CS1	Risco Baixo	

CNAE Secundário 87.30-1-01	Tipo de Uso Secundário Orfanatos		
Zoneamento ZMC3	Uso CSE	Risco Alto	

CNAE Secundário 87.30-1-02	Tipo de Uso Secundário Albergues assistenciais		
Zoneamento ZMC3	Uso CSE	Risco Alto	

CNAE Secundário 87.30-1-99	Tipo de Uso Secundário Atividades de assistência social prestadas em residências coletivas e particulares não especificadas anteriormente		
Zoneamento ZMC3	Uso CS1	Risco Baixo	

CNAE Secundário 88.00-6-00	Tipo de Uso Secundário Serviços de assistência social sem alojamento		
Zoneamento ZMC3	Uso CS1	Risco Baixo	

CNAE Secundário 96.01-7-03	Tipo de Uso Secundário Toalheiros		
Zoneamento ZMC3	Uso CS1	Risco Baixo	

Decisão da Comissão: Aprovado

Das decisões acima, é cabível recurso no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação da presente deliberação ao Conselho da Cidade, na forma do artigo 114, §1º, da Lei 449/2024 c/c artigo 59 da Lei Federal n. 9.784/99

Comissão SEDUH,

Diretor de Controle Urbano Marcos Felipe Terres dos Santos (Matrícula: 2687501)			
Auditor Fiscal José Victor Henrique Pessoa (Matrícula: 2378501)			
Diretor Executivo de Desenvolvimento Urbano e Habitação Ricardo Rebelo da Cunha (Matrícula: 1253001)			
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação João Paulo Kowalsky (Matrícula: 2114204)			

PARECER N° 7602-25-ITJ-VIA

Para: Auditoria Fiscal  
Data: 28 de julho de 2025

De acordo com o art. 4º da Instrução Normativa SEDUH 01/2024, e conforme definido no Plano Diretor de Itajaí – Lei Complementar 449/2024, em seu anexo II, a Comissão composta pelo Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Diretor Executivo de Desenvolvimento Urbano e Habitação e o Diretor de Controle Urbano e Auditor Fiscal após avaliação, deliberam nesta data:

Informações do Requerente

Razão Social D & J EVENTOS LTDA			
Logradouro JOSE MEDEIROS VIEIRA - AV DR.	Número Predial 704	CEP 88306800	Bairro PRAIA BRAVA

CNAE Principal 93.29-8-01	Tipo de Uso Principal Discotecas, danceterias, salões de dança e similares		
Zoneamento ZBS1	Metragem 1525,00 m²	Uso CSE	Risco Alto

CNAE Secundário 82.30-0-02	Tipo de Uso Secundário Casas de festas e eventos		
Zoneamento ZBS1	Uso CSE	Risco Alto	

Decisão da Comissão: Aprovado

Das decisões acima, é cabível recurso no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação da presente deliberação ao Conselho da Cidade, na forma do artigo 114, §1º, da Lei 449/2024 c/c artigo 59 da Lei Federal n. 9.784/99

Comissão SEDUH,

Diretor de Controle Urbano Marcos Felipe Terres dos Santos (Matrícula: 2687501)			
Auditor Fiscal José Victor Henrique Pessoa (Matrícula: 2378501)			
Diretor Executivo de Desenvolvimento Urbano e Habitação Ricardo Rebelo da Cunha (Matrícula: 1253001)			
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação João Paulo Kowalsky (Matrícula: 2114204)			

PARECER N° 7603-25-ITJ-VIA

Para: Auditoria Fiscal  
Data: 28 de julho de 2025

De acordo com o art. 4º da Instrução Normativa SEDUH 01/2024, e conforme definido no Plano Diretor de Itajaí – Lei Complementar 449/2024, em seu anexo II, a Comissão composta pelo Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Diretor Executivo de Desenvolvimento Urbano e Habitação e o Diretor de Controle Urbano e Auditor Fiscal após avaliação, deliberam nesta data:

Informações do Requerente

Razão Social
--------------

ISL BAR E RESTAURANTE LTDA			
Logradouro JOSE MEDEIROS VIEIRA - AV DR.	Número Predial 1300	CEP 88306815	Bairro PRAIA BRAVA

CNAE Principal 82.30-0-01	Tipo de Uso Principal Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas		
Zoneamento ZBS1	Metragem 10.00 m²	Uso CS1	Risco Baixo

CNAE Secundário 82.30-0-02	Tipo de Uso Secundário Casas de festas e eventos		
Zoneamento ZBS1	Uso CSE	Risco Alto	

CNAE Secundário 93.29-8-01	Tipo de Uso Secundário Discotecas, danceterias, salões de dança e similares		
Zoneamento ZBS1	Uso CSE	Risco Alto	

Decisão da Comissão: Aprovado

Das decisões acima, é cabível recurso no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação da presente deliberação ao Conselho da Cidade, na forma do artigo 114, §1º, da Lei 449/2024 c/c artigo 59 da Lei Federal n. 9.784/99

Comissão SEDUH,

Diretor de Controle Urbano Marcos Felipe Terres dos Santos (Matrícula: 2687501)			
Auditor Fiscal José Victor Henrique Pessoa (Matrícula: 2378501)			
Diretor Executivo de Desenvolvimento Urbano e Habitação Ricardo Rebelo da Cunha (Matrícula: 1253001)			
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação João Paulo Kowalsky (Matrícula: 2114204)			

PARECER N° 7604-25-ITJ-VIA

Para: Auditoria Fiscal  
Data: 28 de julho de 2025

De acordo com o art. 4º da Instrução Normativa SEDUH 01/2024, e conforme definido no Plano Diretor de Itajaí – Lei Complementar 449/2024, em seu anexo II, a Comissão composta pelo Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Diretor Executivo de Desenvolvimento Urbano e Habitação e o Diretor de Controle Urbano e Auditor Fiscal após avaliação, deliberam nesta data:

Informações do Requerente

Razão Social ISL BAR E RESTAURANTE LTDA			
Logradouro JOSE MEDEIROS VIEIRA - AV DR.	Número Predial 1300	CEP 88306815	Bairro PRAIA BRAVA

CNAE Principal 82.30-0-01	Tipo de Uso Principal Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas		
Zoneamento ZBS1	Metragem 10.00 m²	Uso CS1	Risco Baixo

CNAE Secundário 82.30-0-02	Tipo de Uso Secundário Casas de festas e eventos		
Zoneamento ZBS1	Uso CSE	Risco Alto	

CNAE Secundário 93.29-8-01	Tipo de Uso Secundário Discotecas, danceterias, salões de dança e similares		
Zoneamento ZBS1	Uso CSE	Risco Alto	

Decisão da Comissão: Aprovado

Das decisões acima, é cabível recurso no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação da presente deliberação ao Conselho da Cidade, na forma do artigo 114, §1º, da Lei 449/2024 c/c artigo 59 da Lei Federal n. 9.784/99

Comissão SEDUH,

Diretor de Controle Urbano Marcos Felipe Terres dos Santos (Matrícula: 2687501)			
Auditor Fiscal José Victor Henrique Pessoa (Matrícula: 2378501)			
Diretor Executivo de Desenvolvimento Urbano e Habitação Ricardo Rebelo da Cunha (Matrícula: 1253001)			
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação João Paulo Kowalsky (Matrícula: 2114204)			

PARECER N° 7609-25-ITJ-VIA

Para: Auditoria Fiscal  
Data: 28 de julho de 2025

De acordo com o art. 4º da Instrução Normativa SEDUH 01/2024, e conforme definido no Plano Diretor de Itajaí – Lei Complementar 449/2024, em seu anexo II, a Comissão composta pelo Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Diretor Executivo de Desenvolvimento Urbano e Habitação e o Diretor de Controle Urbano e Auditor Fiscal após avaliação, deliberam nesta data:

Informações do Requerente

Razão Social MITRA METROPOLITANA DE FLORIANOPOLIS-PAROQUIA NOSSA SENHORA DE LOURDES			
Logradouro LUCIO CORREA MENDONCA	Número Predial 90	CEP 88302520	Bairro FAZENDA

CNAE Principal 94.91-0-00	Tipo de Uso Principal Atividades de organizações religiosas ou filosóficas		
Zoneamento	Metragem	Uso	Risco

ZMC3	4125.00 m²	CSE	Alto
------	------------	-----	------

Decisão da Comissão: **Aprovado**

Das decisões acima, é cabível recurso no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação da presente deliberação ao Conselho da Cidade, na forma do artigo 114, §1º, da Lei 449/2024 c/c artigo 59 da Lei Federal n. 9.784/99

Comissão SEDUH,

Director de Controle Urbano Marcos Felipe Terres dos Santos (Matrícula: 2687501)
Auditor Fiscal José Victor Henrique Pessoa (Matrícula: 2378501)
Director Executivo de Desenvolvimento Urbano e Habitação Ricardo Rebelo da Cunha (Matrícula: 1253001)
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação João Paulo Kowalsky (Matrícula: 2114204)

**PARECER N° 6464-25-ITJ-VIA**

Para: Auditoria Fiscal  
Data: 28 de julho de 2025

De acordo com o art. 4º da Instrução Normativa SEDUH 01/2024, e conforme definido no Plano Diretor de Itajaí – Lei Complementar 449/2024, em seu anexo II, a Comissão composta pelo Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Diretor Executivo de Desenvolvimento Urbano e Habitação e o Diretor de Controle Urbano e Auditor Fiscal após avaliação, deliberam nesta data:

Informações do Requerente

Razão Social PAROQUIA SANTISSIMO SACRAMENTO			
Logradouro IRINEU BORNHAUSEN	Número Predial 55	CEP 88303026	Bairro CENTRO
CNAE Principal 94.91-0-00		Tipo de Uso Principal Atividades de organizações religiosas ou filosóficas	
Zonamento ZMC1	Metragem 3352.50 m²	Uso CSE	Risco Alto

Decisão da Comissão: **Aprovado**

Das decisões acima, é cabível recurso no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação da presente deliberação ao Conselho da Cidade, na forma do artigo 114, §1º, da Lei 449/2024 c/c artigo 59 da Lei Federal n. 9.784/99

Comissão SEDUH,

Director de Controle Urbano Marcos Felipe Terres dos Santos (Matrícula: 2687501)
Auditor Fiscal José Victor Henrique Pessoa (Matrícula: 2378501)
Director Executivo de Desenvolvimento Urbano e Habitação Ricardo Rebelo da Cunha (Matrícula: 1253001)
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação João Paulo Kowalsky (Matrícula: 2114204)

**PARECER N° 7874-25-ITJ-VIA**

Para: Auditoria Fiscal  
Data: 05 de agosto de 2025

De acordo com o art. 4º da Instrução Normativa SEDUH 01/2024, e conforme definido no Plano Diretor de Itajaí – Lei Complementar 449/2024, em seu anexo II, a Comissão composta pelo Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Diretor Executivo de Desenvolvimento Urbano e Habitação e o Diretor de Controle Urbano e Auditor Fiscal após avaliação, deliberam nesta data:

Informações do Requerente

Razão Social AGRIFORCE FERTILIZANTES S/A			
Logradouro ALMIRANTE TAMANDARE	Número Predial 20	CEP 88301430	Bairro CENTRO
CNAE Principal 38.39-4-99		Tipo de Uso Principal Recuperação de materiais não especificados anteriormente	
Zonamento ZBR	Metragem 100.00 m²	Uso CS1	Risco Alto
CNAE Secundário 20.13-4-01		Tipo de Uso Secundário Fabricação de adubos e fertilizantes organo-minerais	
Zonamento ZBR	Uso I3	Risco Alto	

Decisão da Comissão: **Aprovado**

Das decisões acima, é cabível recurso no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação da presente deliberação ao Conselho da Cidade, na forma do artigo 114, §1º, da Lei 449/2024 c/c artigo 59 da Lei Federal n. 9.784/99

Comissão SEDUH,

Director de Controle Urbano Marcos Felipe Terres dos Santos (Matrícula: 2687501)
Auditor Fiscal José Victor Henrique Pessoa (Matrícula: 2378501)
Director Executivo de Desenvolvimento Urbano e Habitação Ricardo Rebelo da Cunha (Matrícula: 1253001)
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação João Paulo Kowalsky (Matrícula: 2114204)

**PARECER N° 8000-25-ITJ-VIA**

Para: Auditoria Fiscal  
Data: 05 de agosto de 2025

De acordo com o art. 4º da Instrução Normativa SEDUH 01/2024, e conforme definido no Plano Diretor de Itajaí – Lei Complementar 449/2024, em seu anexo II, a Comissão composta pelo Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Diretor Executivo de Desenvolvimento Urbano e Habitação e o Diretor de Controle Urbano e Auditor Fiscal após avaliação, deliberam nesta data:

Informações do Requerente

Razão Social INSTITUTO AVANÇA BRASIL, CURSOS PREPARATORIOS PARA EXAMES SUPLETIVOS E CURSOS TÉCNICOS POR COMPETÊNCIA LTDA.			
Logradouro Dr. PEDRO FERREIRA	Número Predial 155	CEP 88301030	Bairro CENTRO
CNAE Principal 85.99-6-04		Tipo de Uso Principal Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial	
Zonamento ZMC1	Metragem 35.70 m²	Uso CS1	Risco Baixo
CNAE Secundário 85.13-9-00		Tipo de Uso Secundário Ensino fundamental	
Zonamento ZMC1	Uso CSE	Risco Alto	

Decisão da Comissão: **Aprovado**

Das decisões acima, é cabível recurso no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação da presente deliberação ao Conselho da Cidade, na forma do artigo 114, §1º, da Lei 449/2024 c/c artigo 59 da Lei Federal n. 9.784/99

Comissão SEDUH,

Director de Controle Urbano Marcos Felipe Terres dos Santos (Matrícula: 2687501)
Auditor Fiscal José Victor Henrique Pessoa (Matrícula: 2378501)
Director Executivo de Desenvolvimento Urbano e Habitação Ricardo Rebelo da Cunha (Matrícula: 1253001)
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação João Paulo Kowalsky (Matrícula: 2114204)

**PARECER N° 8027-25-ITJ-VIA**

Para: Auditoria Fiscal  
Data: 05 de agosto de 2025

De acordo com o art. 4º da Instrução Normativa SEDUH 01/2024, e conforme definido no Plano Diretor de Itajaí – Lei Complementar 449/2024, em seu anexo II, a Comissão composta pelo Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Diretor Executivo de Desenvolvimento Urbano e Habitação e o Diretor de Controle Urbano e Auditor Fiscal após avaliação, deliberam nesta data:

Informações do Requerente

Razão Social IGREJA MINISTERIO EVANGÉLICO JUSTIÇA DO REI			
Logradouro PROFESSORA EROTIDES DA SILVA FONTES	Número Predial 2150	CEP 88309603	Bairro SAO VICENTE
CNAE Principal 94.91-0-00		Tipo de Uso Principal Atividades de organizações religiosas ou filosóficas	
Zonamento ZRP1	Metragem 100.00 m²	Uso CSE	Risco Alto

Decisão da Comissão: **Aprovado**

Das decisões acima, é cabível recurso no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação da presente deliberação ao Conselho da Cidade, na forma do artigo 114, §1º, da Lei 449/2024 c/c artigo 59 da Lei Federal n. 9.784/99

Comissão SEDUH,

Director de Controle Urbano Marcos Felipe Terres dos Santos (Matrícula: 2687501)
Auditor Fiscal José Victor Henrique Pessoa (Matrícula: 2378501)
Director Executivo de Desenvolvimento Urbano e Habitação Ricardo Rebelo da Cunha (Matrícula: 1253001)
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação João Paulo Kowalsky (Matrícula: 2114204)

PARECER N° 8102-25-ITJ-VIA

Para: Auditoria Fiscal  
Data: 05 de agosto de 2025

De acordo com o art. 4° da Instrução Normativa SEDUH 01/2024, e conforme definido no Plano Diretor de Itajaí – Lei Complementar 449/2024, em seu anexo II, a Comissão composta pelo Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Diretor Executivo de Desenvolvimento Urbano e Habitação e o Diretor de Controle Urbano e Auditor Fiscal após avaliação, deliberam nesta data:

Informações do Requerente

Razão Social TERREIRO DE UMBANDA CABOCLIO FLECHEIRO DAS SETE FLECHAS			
Logradouro LICO AMARAL	Número Predial 256	CEP 88307010	Bairro DOM BOSCO
CNAE Principal 94.91-0-00		Tipo de Uso Principal Atividades de organizações religiosas ou filosóficas	
Zonamento ZMC3	Metragem 200.00 m²	Uso CSE	Risco Alto

Decisão da Comissão: Aprovado

Das decisões acima, é cabível recurso no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação da presente deliberação ao Conselho da Cidade, na forma do artigo 114, §1°, da Lei 449/2024 c/c artigo 59 da Lei Federal n. 9.784/99

Comissão SEDUH,

Director de Controle Urbano Marcos Felipe Terres dos Santos (Matrícula: 2687501)
Auditor Fiscal José Victor Henrique Pessoa (Matrícula: 2378501)
Director Executivo de Desenvolvimento Urbano e Habitação Ricardo Rebelo da Cunha (Matrícula: 1253001)
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação João Paulo Kowalsky (Matrícula: 2114204)

PARECER N° 8104-25-ITJ-VIA

Para: Auditoria Fiscal  
Data: 05 de agosto de 2025

De acordo com o art. 4° da Instrução Normativa SEDUH 01/2024, e conforme definido no Plano Diretor de Itajaí – Lei Complementar 449/2024, em seu anexo II, a Comissão composta pelo Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Diretor Executivo de Desenvolvimento Urbano e Habitação e o Diretor de Controle Urbano e Auditor Fiscal após avaliação, deliberam nesta data:

Informações do Requerente

Razão Social FILTREC LATAM COMÉRCIO DE FILTROS LTDA			
Logradouro VEREADOR ABRAHAO JOAO FRANCISCO	Número Predial 4200	CEP 88307302	Bairro RESSACADA
CNAE Principal 46.63-0-00		Tipo de Uso Principal Comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso industrial; partes e peças	
Zonamento ZTU8	Metragem 744.00 m²	Uso CS2	Risco Alto

CNAE Secundário 28.99-1-00		Tipo de Uso Secundário Fabricação de máquinas e equipamentos para uso industrial específico não especificados anteriormente, peças e acessórios	
Zonamento ZTU3	Uso I3	Risco Alto	

Decisão da Comissão: Aprovado

Das decisões acima, é cabível recurso no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação da presente deliberação ao Conselho da Cidade, na forma do artigo 114, §1°, da Lei 449/2024 c/c artigo 59 da Lei Federal n. 9.784/99

Comissão SEDUH,

Director de Controle Urbano Marcos Felipe Terres dos Santos (Matrícula: 2687501)
Auditor Fiscal José Victor Henrique Pessoa (Matrícula: 2378501)
Director Executivo de Desenvolvimento Urbano e Habitação Ricardo Rebelo da Cunha (Matrícula: 1253001)
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação João Paulo Kowalsky (Matrícula: 2114204)

PARECER N° 8157-25-ITJ-VIA

Para: Auditoria Fiscal  
Data: 06 de agosto de 2025

De acordo com o art. 4° da Instrução Normativa SEDUH 01/2024, e conforme definido no Plano Diretor de Itajaí – Lei Complementar 449/2024, em seu anexo II, a Comissão composta pelo Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Diretor Executivo de Desenvolvimento Urbano e Habitação e o Diretor de Controle Urbano e Auditor Fiscal após avaliação, deliberam nesta data:

Informações do Requerente

Razão Social QUALIDADE MINERAÇÃO LTDA			
Logradouro GOVERNADOR ADOLFO KONDER	Número Predial 2151	CEP 88308004	Bairro CIDADE NOVA
CNAE Principal 71.12-0-00		Tipo de Uso Principal Serviços de engenharia	
Zonamento ZMC3	Metragem 3744.00 m²	Uso CS3	Risco Alto

CNAE Secundário 08.10-0-06		Tipo de Uso Secundário Extração de areia, cascalho ou pedregulho e beneficiamento associado	
Zonamento ZMC3	Uso CSMV	Risco Alto	

CNAE Secundário 08.10-0-99		Tipo de Uso Secundário Extração e britamento de pedras e outros materiais para construção e beneficiamento associado	
Zonamento ZMC3	Uso CSMV	Risco Alto	

CNAE Secundário 23.99-1-99		Tipo de Uso Secundário Fabricação de outros produtos de minerais não metálicos não especificados anteriormente	
Zonamento ZMC3	Uso I3	Risco Alto	

Decisão da Comissão: Aprovado

Das decisões acima, é cabível recurso no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação da presente deliberação ao Conselho da Cidade, na forma do artigo 114, §1°, da Lei 449/2024 c/c artigo 59 da Lei Federal n. 9.784/99

Comissão SEDUH,

Director de Controle Urbano Marcos Felipe Terres dos Santos (Matrícula: 2687501)
Auditor Fiscal José Victor Henrique Pessoa (Matrícula: 2378501)
Director Executivo de Desenvolvimento Urbano e Habitação Ricardo Rebelo da Cunha (Matrícula: 1253001)
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação João Paulo Kowalsky (Matrícula: 2114204)

PARECER N° 8322-25-ITJ-VIA

Para: Auditoria Fiscal  
Data: 13 de agosto de 2025

De acordo com o art. 4° da Instrução Normativa SEDUH 01/2024, e conforme definido no Plano Diretor de Itajaí – Lei Complementar 449/2024, em seu anexo II, a Comissão composta pelo Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Diretor Executivo de Desenvolvimento Urbano e Habitação e o Diretor de Controle Urbano e Auditor Fiscal após avaliação, deliberam nesta data:

Informações do Requerente

Razão Social BLUE HOUSE LTDA			
Logradouro JOSE ROBERTO SAGAZ	Número Predial 156	CEP 88302560	Bairro FAZENDA
CNAE Principal 55.90-6-99		Tipo de Uso Principal Outros alojamentos não especificados anteriormente	
Zonamento ZMC3	Metragem 1.00 m²	Uso CSE	Risco Alto

Decisão da Comissão: Aprovado

Das decisões acima, é cabível recurso no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação da presente deliberação ao Conselho da Cidade, na forma do artigo 114, §1°, da Lei 449/2024 c/c artigo 59 da Lei Federal n. 9.784/99

Comissão SEDUH,

Director de Controle Urbano Marcos Felipe Terres dos Santos (Matrícula: 2687501)
Auditor Fiscal José Victor Henrique Pessoa (Matrícula: 2378501)
Director Executivo de Desenvolvimento Urbano e Habitação Ricardo Rebelo da Cunha (Matrícula: 1253001)
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação João Paulo Kowalsky (Matrícula: 2114204)

PARECER N° 8326-25-ITJ-VIA

Para: Auditoria Fiscal  
Data: 13 de agosto de 2025

De acordo com o art. 4° da Instrução Normativa SEDUH 01/2024, e conforme definido no Plano Diretor de Itajaí – Lei Complementar 449/2024, em seu anexo II, a Comissão composta pelo Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Diretor Executivo de Desenvolvimento Urbano e Habitação e o Diretor de Controle Urbano e Auditor Fiscal após avaliação, deliberam nesta data:

Informações do Requerente

Razão Social ISL BAR E RESTAURANTE LTDA			
Logradouro JOSE MEDEIROS VIEIRA - AV DR.	Número Predial 1200	CEP 88306815	Bairro PRAIA BRAVA
CNAE Principal 82.30-0-01		Tipo de Uso Principal Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas	
Zonamento ZBS1	Metragem 10.00 m²	Uso CS1	Risco Baixo
CNAE Secundário 82.30-0-02		Tipo de Uso Secundário Casas de festas e eventos	
Zonamento ZBS1	Uso CSE	Risco Alto	
CNAE Secundário 93.29-8-01		Tipo de Uso Secundário Discotecas, danceterias, salões de dança e similares	
Zonamento ZBS1	Uso CSE	Risco Alto	

Decisão da Comissão: Aprovado

Das decisões acima, é cabível recurso no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação da presente deliberação ao Conselho da Cidade, na forma do artigo 114, §1º, da Lei 449/2024 c/c artigo 59 da Lei Federal n. 9.784/99

Comissão SEDUH,

Diretor de Controle Urbano Marcos Felipe Terres dos Santos (Matrícula: 2687501)
Auditor Fiscal José Victor Henrique Pessoa (Matrícula: 2378501)
Diretor Executivo de Desenvolvimento Urbano e Habitação Ricardo Rebelo da Cunha (Matrícula: 1253001)
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação João Paulo Kowalsky (Matrícula: 2114204)

PARECER Nº 8328-25-ITJ-VIA

Para: Auditoria Fiscal  
Data: 13 de agosto de 2025

De acordo com o art. 4º da Instrução Normativa SEDUH 01/2024, e conforme definido no Plano Diretor de Itajaí – Lei Complementar 449/2024, em seu anexo II, a Comissão composta pelo Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Diretor Executivo de Desenvolvimento Urbano e Habitação e o Diretor de Controle Urbano e Auditor Fiscal após avaliação, deliberam nesta data:

Informações do Requerente

Razão Social ISL BAR E RESTAURANTE LTDA			
Logradouro JOSE MEDEIROS VIEIRA - AV. DR.	Número Predial 1200	CEP 88306815	Bairro PRAIA BRAVA
CNAE Principal 82.30-0-01		Tipo de Uso Principal Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas	
Zoneamento ZBS1	Metragem 10.00 m²	Uso CS1	Risco Baixo
CNAE Secundário 82.30-0-02		Tipo de Uso Secundário Casas de festas e eventos	
Zoneamento ZBS1	Uso CSE	Risco Alto	
CNAE Secundário 93.29-8-01		Tipo de Uso Secundário Discotecas, danceterias, salões de dança e similares	
Zoneamento ZBS1	Uso CSE	Risco Alto	

Decisão da Comissão: Aprovado

Das decisões acima, é cabível recurso no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação da presente deliberação ao Conselho da Cidade, na forma do artigo 114, §1º, da Lei 449/2024 c/c artigo 59 da Lei Federal n. 9.784/99

Comissão SEDUH,

Diretor de Controle Urbano Marcos Felipe Terres dos Santos (Matrícula: 2687501)
Auditor Fiscal José Victor Henrique Pessoa (Matrícula: 2378501)
Diretor Executivo de Desenvolvimento Urbano e Habitação Ricardo Rebelo da Cunha (Matrícula: 1253001)
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação João Paulo Kowalsky (Matrícula: 2114204)

PARECER Nº 8337-25-ITJ-VIA

Para: Auditoria Fiscal  
Data: 13 de agosto de 2025

De acordo com o art. 4º da Instrução Normativa SEDUH 01/2024, e conforme definido no Plano Diretor de Itajaí – Lei Complementar 449/2024, em seu anexo II, a Comissão composta pelo Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Diretor Executivo de Desenvolvimento Urbano e Habitação e o Diretor de Controle Urbano e Auditor Fiscal após avaliação, deliberam nesta data:

Informações do Requerente

Razão Social CENTRO EDUCACIONAL BEATRIZ PEREIRA LTDA			
Logradouro JOAO BAUER	Número Predial 332	CEP 88301500	Bairro CENTRO
CNAE Principal 85.12-1-00		Tipo de Uso Principal Educação infantil - pré-escola	
Zoneamento ZMC1	Metragem 1091.00 m²	Uso CSE	Risco Alto
CNAE Secundário 85.11-2-00		Tipo de Uso Secundário Educação infantil - creche	
Zoneamento ZMC1	Uso CSE	Risco Alto	
CNAE Secundário 85.20-1-00		Tipo de Uso Secundário Ensino médio	
Zoneamento ZMC1	Uso CSE	Risco Alto	

Decisão da Comissão: Aprovado

Das decisões acima, é cabível recurso no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação da presente deliberação ao Conselho da Cidade, na forma do artigo 114, §1º, da Lei 449/2024 c/c artigo 59 da Lei Federal n. 9.784/99

Comissão SEDUH,

Diretor de Controle Urbano Marcos Felipe Terres dos Santos (Matrícula: 2687501)
Auditor Fiscal José Victor Henrique Pessoa (Matrícula: 2378501)
Diretor Executivo de Desenvolvimento Urbano e Habitação Ricardo Rebelo da Cunha (Matrícula: 1253001)
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação João Paulo Kowalsky (Matrícula: 2114204)

PARECER Nº 8540-25-ITJ-VIA

Para: Auditoria Fiscal  
Data: 13 de agosto de 2025

De acordo com o art. 4º da Instrução Normativa SEDUH 01/2024, e conforme definido no Plano Diretor de Itajaí – Lei Complementar 449/2024, em seu anexo II, a Comissão composta pelo Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Diretor Executivo de Desenvolvimento Urbano e Habitação e o Diretor de Controle Urbano e Auditor Fiscal após avaliação, deliberam nesta data:

Informações do Requerente

Razão Social NORTEANDO PASSOS LTDA			
Logradouro JOAO BAUER	Número Predial 305	CEP 88301500	Bairro CENTRO
CNAE Principal 85.99-6-04		Tipo de Uso Principal Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial	
Zoneamento ZMC1	Metragem 15.00 m²	Uso CS1	Risco Baixo
CNAE Secundário 85.32-5-00		Tipo de Uso Secundário Educação superior - graduação e pós-graduação	
Zoneamento ZMC1	Uso CSE	Risco Alto	

Decisão da Comissão: Aprovado

Das decisões acima, é cabível recurso no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação da presente deliberação ao Conselho da Cidade, na forma do artigo 114, §1º, da Lei 449/2024 c/c artigo 59 da Lei Federal n. 9.784/99

Comissão SEDUH,

Diretor de Controle Urbano Marcos Felipe Terres dos Santos (Matrícula: 2687501)
Auditor Fiscal José Victor Henrique Pessoa (Matrícula: 2378501)
Diretor Executivo de Desenvolvimento Urbano e Habitação Ricardo Rebelo da Cunha (Matrícula: 1253001)
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação João Paulo Kowalsky (Matrícula: 2114204)

PARECER Nº 8548-25-ITJ-VIA

Para: Auditoria Fiscal  
Data: 13 de agosto de 2025

De acordo com o art. 4º da Instrução Normativa SEDUH 01/2024, e conforme definido no Plano Diretor de Itajaí – Lei Complementar 449/2024, em seu anexo II, a Comissão composta pelo Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Diretor Executivo de Desenvolvimento Urbano e Habitação e o Diretor de Controle Urbano e Auditor Fiscal após avaliação, deliberam nesta data:

Informações do Requerente

Razão Social DQN RESTAURANTE E DELIVERY LTDA			
Logradouro CARLOS DRUMOND DE ANDRADE	Número Predial 70	CEP 88306830	Bairro PRAIA BRAVA
CNAE Principal 56.11-2-01		Tipo de Uso Principal Restaurantes e similares	
Zoneamento ZBS2	Metragem 100.00 m²	Uso CS1	Risco Alto
CNAE Secundário 82.30-0-02		Tipo de Uso Secundário Casas de festas e eventos	
Zoneamento ZBS2	Uso CSE	Risco Alto	
CNAE Secundário 82.30-0-02		Tipo de Uso Secundário Casas de festas e eventos	
Zoneamento ZBS2	Uso CSE	Risco Alto	

Decisão da Comissão: Aprovado

Das decisões acima, é cabível recurso no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação da presente deliberação ao Conselho da Cidade, na forma do artigo 114, §1º, da Lei 449/2024 c/c artigo 59 da Lei Federal n. 9.784/99



Comissão SEDUH,

Diretor de Controle Urbano Marcos Felipe Terres dos Santos (Matrícula: 2687501)
Auditor Fiscal José Victor Henrique Pessoa (Matrícula: 2378501)
Diretor Executivo de Desenvolvimento Urbano e Habitação Ricardo Rebello da Cunha (Matrícula: 1253001)
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação João Paulo Kowalsky (Matrícula: 2114204)

PARECER Nº 8579-25-ITJ-VIA

Para: Auditoria Fiscal  
Data: 15 de agosto de 2025

De acordo com o art. 4º da Instrução Normativa SEDUH 01/2024, e conforme definido no Plano Diretor de Itajaí – Lei Complementar 449/2024, em seu anexo II, a Comissão composta pelo Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Diretor Executivo de Desenvolvimento Urbano e Habitação e o Diretor de Controle Urbano e Auditor Fiscal após avaliação, deliberam nesta data:

Informações do Requerente

Razão Social JACKPOT POKER CLUB LTDA			
Logradouro VERGINIA ANGELO SEVERINO	Número Predial 20	CEP 88306837	Bairro PRAIA BRAVA

CNAE Principal 56.11-2-01	Tipo de Uso Principal Restaurantes e similares		
Zonamento ZBS4	Metragem 30.00 m²	Uso CS1	Risco Alto

CNAE Secundário 93.11-5-00	Tipo de Uso Secundário Gestão de instalações de esportes		
Zonamento ZBS4	Uso CSE	Risco Baixo	

Decisão da Comissão: Aprovado

Das decisões acima, é cabível recurso no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação da presente deliberação ao Conselho da Cidade, na forma do artigo 114, §1º, da Lei 449/2024 c/c artigo 59 da Lei Federal n. 9.784/99

Comissão SEDUH,

Diretor de Controle Urbano Marcos Felipe Terres dos Santos (Matrícula: 2687501)
Auditor Fiscal José Victor Henrique Pessoa (Matrícula: 2378501)
Diretor Executivo de Desenvolvimento Urbano e Habitação Ricardo Rebello da Cunha (Matrícula: 1253001)
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação João Paulo Kowalsky (Matrícula: 2114204)

PARECER Nº 8784-25-ITJ-VIA

Para: Auditoria Fiscal  
Data: 20 de agosto de 2025

De acordo com o art. 4º da Instrução Normativa SEDUH 01/2024, e conforme definido no Plano Diretor de Itajaí – Lei Complementar 449/2024, em seu anexo II, a Comissão composta pelo Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Diretor Executivo de Desenvolvimento Urbano e Habitação e o Diretor de Controle Urbano e Auditor Fiscal após avaliação, deliberam nesta data:

Informações do Requerente

Razão Social LEX EXPERTS SOLUCOES EM ALIMENTOS LTDA			
Logradouro MANOEL BERNARDES	Número Predial 1150	CEP 88316400	Bairro ITAIPAVA

CNAE Principal 85.99-6-04	Tipo de Uso Principal Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial		
Zonamento ZI	Metragem 54.00 m²	Uso CS1	Risco Baixo

CNAE Secundário 85.32-5-00	Tipo de Uso Secundário Educação superior - graduação e pós-graduação		
Zonamento ZI	Uso CSE	Risco Alto	

Decisão da Comissão: Aprovado

Das decisões acima, é cabível recurso no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação da presente deliberação ao Conselho da Cidade, na forma do artigo 114, §1º, da Lei 449/2024 c/c artigo 59 da Lei Federal n. 9.784/99

Comissão SEDUH,

Diretor de Controle Urbano Marcos Felipe Terres dos Santos (Matrícula: 2687501)
Auditor Fiscal José Victor Henrique Pessoa (Matrícula: 2378501)
Diretor Executivo de Desenvolvimento Urbano e Habitação Ricardo Rebello da Cunha (Matrícula: 1253001)
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação João Paulo Kowalsky (Matrícula: 2114204)

PARECER Nº 8849-25-ITJ-VIA

Para: Auditoria Fiscal  
Data: 20 de agosto de 2025

De acordo com o art. 4º da Instrução Normativa SEDUH 01/2024, e conforme definido no Plano Diretor de Itajaí – Lei Complementar 449/2024, em seu anexo II, a Comissão composta pelo Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Diretor Executivo de Desenvolvimento Urbano e Habitação e o Diretor de Controle Urbano e Auditor Fiscal após avaliação, deliberam nesta data:

Informações do Requerente

Razão Social DONT' TELL MAMA BARES PRAIA BRAVA LTDA			
Logradouro DELFIN MARIO PADUA PEIXOTO	Número Predial 379	CEP 88306806	Bairro PRAIA BRAVA

CNAE Principal 56.11-2-05	Tipo de Uso Principal Bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas, com entretenimento		
Zonamento ZBS4	Metragem 237.00 m²	Uso CS2	Risco Alto

CNAE Secundário 82.30-0-02	Tipo de Uso Secundário Casas de festas e eventos		
Zonamento ZBS4	Uso CSE	Risco Alto	

CNAE Secundário 93.29-8-01	Tipo de Uso Secundário Discotecas, danceterias, salões de dança e similares		
Zonamento ZBS4	Uso CSE	Risco Alto	

Decisão da Comissão: Aprovado

Das decisões acima, é cabível recurso no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação da presente deliberação ao Conselho da Cidade, na forma do artigo 114, §1º, da Lei 449/2024 c/c artigo 59 da Lei Federal n. 9.784/99

Comissão SEDUH,

Diretor de Controle Urbano Marcos Felipe Terres dos Santos (Matrícula: 2687501)
Auditor Fiscal José Victor Henrique Pessoa (Matrícula: 2378501)
Diretor Executivo de Desenvolvimento Urbano e Habitação Ricardo Rebello da Cunha (Matrícula: 1253001)
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação João Paulo Kowalsky (Matrícula: 2114204)

Total de Processos

26

## ATOS DA SEC. DE GOVERNO



**Extrato Termo de Fomento nº 062/2025**

**Emenda Impositiva 025/2025**

**Termo celebrado entre o Município de Itajaí por intermédio da Secretaria Municipal de Educação e a Organização da Sociedade Civil APP Escola Básica Gaspar da Costa Moraes, nos termos da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, redação dada pela Lei Federal 13.204 de 2015, Instrução Normativa nº 049/2018/CGM, Instrução Normativa nº002/2023/PMI-CVI e Lei Municipal nº 5.670/2010 e demais legislações pertinentes.**

**Objeto** – Aquisição de instrumentos musicais para a Banda Escolar Figueira.

**Do valor** – R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais).

**Data da Assinatura:** 25 de agosto de 2025.



**Extrato Termo de Fomento nº 064/2025**

**Emenda Impositiva 050/2025**

Termo celebrado entre o Município de Itajaí por intermédio da Secretaria Municipal de Educação e a Organização da Sociedade Civil Associação de Pais e Professores da Escola Básica Ariribá, nos termos da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, redação dada pela Lei Federal 13.204 de 2015, Instrução Normativa nº 049/2018/CGM, Instrução Normativa nº002/2023/PMI-CVI e Lei Municipal nº 5.670/2010 e demais legislações pertinentes.

**Objeto** – Aquisição de 01 (um) container com estrutura de sala de aula (12 metros, pintura interna e externa, contra piso, adaptação para sala de aula, 03 (três) janelas com vidros e 01 (uma) porta de vidro ou do próprio material do container.

**Do valor** – R\$ 84.300,00 (Oitenta e quatro mil e trezentos reais).

**Data da Assinatura:** 21 de agosto de 2025.

## ATOS DO SEMASA



SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA  
SANEAMENTO BÁSICO  
E INFRAESTRUTURA

Rua Heitor Liberato - 1199 - Vila Operária  
88303-101 - Itajaí - Santa Catarina  
Fone: 0800 645 0195 - 47 3344-9000  
www.semasaitajaí.com.br

**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 031/2025**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2025-ETS-098490**

**Objeto:** Aquisição de equipamentos para desinfecção e fluoretação de águas para uso em poços do Serviço Municipal de Água, Saneamento Básico e Infraestrutura – SEMASA – de Itajaí/SC.

Vistos, etc.

Ratifico e aprovo o processo de inexigibilidade supra identificado, com fundamento no artigo 74, caput, da Lei 14.133/2021, para a aquisição de equipamentos para desinfecção e fluoretação de águas para uso em poços do Serviço Municipal de Água, Saneamento Básico e Infraestrutura – SEMASA – de Itajaí/SC, em favor da empresa LICS SUPER ÁGUA LTDA, inscrita no CNPJ sob o número 04.857.522/0001-65, pelo preço global de R\$ 41.000,00 (quarenta e um mil reais), tendo em vista o orçamento da empresa e as razões e justificativas constantes no processo.

Itajaí, 25 de agosto de 2025.

**Celso Hugo Praun Filho**  
Diretor-Geral - SEMASA



SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA  
SANEAMENTO BÁSICO  
E INFRAESTRUTURA

Rua Heitor Liberato - 1199 - Vila Operária  
88303-101 - Itajaí - Santa Catarina  
Fone: 0800 645 0195 - 47 3344-9000  
www.semasaitajaí.com.br

**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 031/2025**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2025-ETS-098490**

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 048/2025**

**Contratada:** LICS SUPER ÁGUA LTDA. **CNPJ:** 04.857.522/0001-65. **Representante Legal:** Sr. Clóvis Bourscheid. **CPF sob o nº:** 32.\*\*\*.\*\*\*.\*\*. **Objeto:** Aquisição de equipamentos para desinfecção e fluoretação de águas para uso em poços do Serviço Municipal de Água, Saneamento Básico e Infraestrutura – SEMASA – de Itajaí/SC. O prazo de execução do contrato será de 90 (noventa) dias, a contar da assinatura do contrato, com validade e eficácia legal após a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Município de Itajaí. O prazo de vigência será de 90 (noventa) dias, a contar da data final do prazo de execução. O valor total deste contrato é de R\$ 41.000,00 (quarenta e um mil reais). O fornecimento deverá estar de acordo com a Lei 14.133/2021 e suas alterações.

**Data de Assinatura:** 25/08/2025

Itajaí/SC, 25 de agosto de 2025.

**Celso Hugo Praun Filho**  
Diretor-Geral

## ATOS DA SEC. DE TURISMO



**MUNICÍPIO DE ITAJAÍ**

**REGULAMENTO DO CONCURSO DE ESCOLHA DA RAINHA E PRINCESAS  
36ª MAREJADA DO MUNICÍPIO DE ITAJAÍ/SC, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE  
TURISMO E EVENTOS.**

A Prefeitura Municipal de Itajaí, através da Secretaria de Turismo e Eventos e da Comissão Organizadora da 36ª Marejada, torna público o regulamento do concurso que irá eleger a rainha da festa, que acontece entre os dias 02 a 19 de outubro de 2025 no Centreventos Governador Luiz Henrique da Silveira.

### 1. DOS OBJETIVOS

A escolha da Rainha da 36ª Marejada tem como objetivos:

- 1.1. Valorizar as mulheres residentes em Itajaí, dando visibilidade a cidade e ao evento sociocultural promovido.
- 1.2. A eleição de Rainha, Primeira e Segunda Princesas, para exercerem o encargo voluntário e não remunerado de representantes oficiais do evento, assumindo o compromisso e a responsabilidade de trabalhar pelo pleno sucesso do Evento.
- 1.3. Representar o Município em eventos oficiais antes, bem como durante todos os dias da festa, que ocorrerá de 02 a 19 de outubro de 2025 e depois, sempre que solicitadas, como: promoções vinculadas a Festividades do município de Itajaí, em outros Municípios ou Estados.
- 1.4. O mandato das eleitas será de um ano e se estenderá até o seguinte concurso de Rainha, Primeira e Segunda Princesas previsto para 2026.

### 2. DA COMISSÃO ORGANIZADORA

A coordenação e organização dos eventos e atividades da Escolha da Rainha da 36ª Marejada é de responsabilidade da Comissão criada para tal.

- 2.1. A Comissão Organizadora do concurso para eleição das Rainhas e Princesas da 36ª Marejada está diretamente vinculada à Comissão Geral Organizadora da Festa.
- 2.2. A Comissão Organizadora dirigirá os trabalhos antes do concurso, sendo que após o desfile continuará dando apoio à Rainha e Princesas, que permanecerão à disposição da Comissão Organizadora durante o período de realização da 36ª Marejada.

Parágrafo Único - Para a escolha da Rainha a Comissão se reserva o direito de



**MUNICÍPIO DE ITAJAÍ**

preservar o presente regulamento, sendo que qualquer modificação antecipada, só será feita mediante a aprovação da Comissão Geral Organizadora da Festa.

### 3. DA INSCRIÇÃO

- 3.1. As inscrições para concorrer ao título de Rainha, Primeira e Segunda Princesas da 36ª Marejada, iniciam no dia 28 de julho e encerra dia 20 de agosto, às 17:00 horas.
- 3.2. Cabe a candidata se inscrever no tempo determinado, obedecendo todos os pré-requisitos.
- 3.3. A inscrição será validada com a entrega da ficha de inscrição e termo de compromisso (anexo I) assinado pela candidata, acompanhados de documento pessoal da candidata com foto, comprovante de residência em seu nome ou de seus responsáveis legais e declaração de estado civil (anexo II).
- 3.4. Os documentos acima deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Turismo e Eventos, em envelope devidamente identificado e endereçado para a comissão organizadora, localizada na Rua Alberto Werner, 97 – Ed. Régis Office – 2º andar, sala 302, Itajaí - SC, no período das inscrições, de segunda à sexta das 13:00 às 19:00 horas, excepcionalmente, até às 17:00 no dia 20 de agosto de 2025.
- 3.5. A inscrição não terá custo algum.
- 3.6. A Comissão reserva-se o direito de vetar qualquer inscrição que não obedeça aos critérios exigidos pelo presente regulamento.
- 3.7. A candidata inscrita que desistir de participar do Concurso deverá comunicar o fato, por escrito, para a Comissão.
- 3.8. Caso o número de inscrições ultrapasse 10 candidatas, será realizada uma pré-seleção, com critérios definidos pela organização, para a escolha das 10 finalistas que participarão oficialmente do concurso.

### 4. DOS REQUISITOS DE ELEGIBILIDADE

Para participar e ser eleita candidata, a pretendente deverá preencher as seguintes condições:

- Ter a nacionalidade brasileira, e ser do sexo Feminino;
- Residir ao menos 2 anos em Itajaí;
- Ter idade mínima de 18 e máxima de 28 anos completos até o dia do concurso;
- Apresentar estado civil solteira, e nunca ter contraído matrimônio, não ser separada, divorciada ou viver em união estável, tampouco estar com casamento

marcado no período de um (1) ano, após a eleição (caso seja eleita);

- Não ter filhos, não estar grávida e nem planejamento para tê-los no período de um (1) ano, após a eleição (caso seja eleita);
- Não estar participando de outra seleção ou concurso para representante oficial de localidade, distrito ou município;
- Ter disponibilidade de horários, tanto para as atividades preparatórias do desfile, inclusive aos finais de semana, bem como disponibilidade de participar de toda a programação durante o período de realização 36ª Marejada;
- Ter boa conduta, boa comunicação, simpatia, identificação com a cultura local;
- Não estar respondendo por nenhum processo de ordem civil e criminal;
- Gozar de boa saúde;
- Altura mínima de 1,60cm.

## 5. DOS JURADOS

- 5.1. O corpo de jurados será escolhido pela Comissão Organizadora e não será divulgada antes do concurso, sendo constituído por um número ímpar de pessoas, que, obrigatoriamente, não poderão ter vínculos a nenhuma candidata.
- 5.2. A escolha do presidente de mesa será definida no dia do concurso por consenso ou eleição entre os jurados.

## 6. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

- 6.1. Os critérios para escolha da Rainha e Princesas serão:

- Desenvoltura;
- Simpatia;
- Beleza;

Parágrafo Único - As candidatas também serão avaliadas ainda pela assiduidade, pontualidade, comprometimento, participação, capacidade de relacionamento interpessoal e de trabalho em equipe, gentileza, educação, elegância, postura, apresentação pessoal, respeito às normas de etiqueta, simplicidade e controle emocional, sob pena de desclassificação;

- 6.2. As candidatas serão apresentadas ao público e ao corpo de jurados, numeradas em ordem alfabética.
- 6.3. A pontuação será de 10 a 100 pontos, serão consideradas pontuações decimais.
- 6.4. Serão eleitas as candidatas que alcançarem o maior número de pontos, pela soma de quesitos na seguinte classificação:

- **1º colocação** - Rainha
- **2º colocação** - 1ª Princesa;
- **3º colocação** - 2ª Princesa.

- 6.5. Em caso de empate entre as primeiras colocadas, o voto dado pelo Presidente do Corpo de Jurados trará o desempate. A candidata que obter o maior voto dado pelo dirigente da mesa, receberá o título que estiver disputando.

## 7. DO COMPROMISSO DA CANDIDATA

- 7.1. A candidata participará, obrigatoriamente de toda a programação de pré-seleção, cuja frequência será fator de avaliação.
- 7.2. A candidata comprometer-se-á a cumprir as normas, orientações, solicitações e programas estabelecidos pela Comissão de escolha da realza da 36ª Marejada.
- 7.3. Fica vedada a possibilidade de a realza escolhida candidatar-se a qualquer outro título durante o período em que estiver ostentando o título de Realza da Marejada, o qual será válido até que seja realizada a escolha subsequente.
- 7.4. Atuar em campanhas publicitárias relativas ao evento de forma voluntária e gratuita, de campanhas publicitárias turísticas ou beneficentes de interesse do município de Itajaí, renunciando a qualquer remuneração decorrente do direito de imagem;
- 7.5. As candidatas deverão se comprometer a comparecer pontualmente nos ensaios, reuniões, entrevistas, seções de fotos ou demais ocasiões organizadas pela Comissão Organizadora, agindo com respeito e cortesia para com os Organizadores, sob pena de desclassificação;
- 7.6. As candidatas estão proibidas de fumar ou ingerir bebidas alcoólicas durante a realização do concurso, sob pena de desclassificação.

Parágrafo Único - As atividades para a escolha da realza e os eventos de avaliação ocorrerão entre 30 de agosto até 05 de setembro.

## 8. DO COMPROMISSO DO MUNICÍPIO

- 8.1. Organizar, promover e elaborar todo o programa e agendas das festividades que envolvem a Realza da 36ª Marejada.
- 8.2. Confeccionar e fornecer, às suas expensas, o Traje Oficial da Rainha e das Princesas.

## 9. DAS CANDIDATAS ELEITAS (RAINHA E PRINCESAS)

- 9.1. As candidatas eleitas para o encargo voluntário e social de Rainha, Primeira e Segunda Princesas devem agir com empenho e dedicação na promoção e divulgação da 36ª Marejada, atendendo todas as convocações do município e da comissão do desfile.
- 9.2. As candidatas eleitas comprometem-se a cumprir integralmente as disposições estabelecidas neste regulamento, e, obrigatoriamente, durante o período do mandato não poderão participar de nenhum outro desfile/concurso, fora do município, devendo permanecer à disposição do Município de Itajaí.
- 9.3. Durante o mandato eventuais participações em eventos, campanhas publicitárias em áreas artísticas, de moda e beleza, modelo e manequim, e de campanhas publicitárias turísticas ou beneficentes utilizando o título de Rainha da 36ª Marejada somente poderão ocorrer com a autorização expressa do Município de Itajaí.
- 9.4. As candidatas eleitas se comprometem a utilizar, durante todo o mandato em todos os eventos oficiais, roupas, acessórios e adereços indicados pela comissão de organização do desfile.
- 9.5. As vencedoras do concurso que receberem trajes, faixas, coroas ou quaisquer itens cedidos pela organização deverão zelar pela integridade dos mesmos, mantendo-os em bom estado de conservação. Ao término do período vigente do título, os itens: vestido de gala e vestido reserva deverão ser devolvidos nas mesmas condições em que foram entregues. Em caso de danos, perdas ou extravio, a candidata poderá ser responsabilizada e sujeita a ressarcimento dos custos correspondentes.
- 9.6. A candidata eleita Rainha, Primeira e Segunda Princesas da 36ª Marejada deverá obrigatoriamente participar na solenidade do desfile de eleição da Rainha da 37ª Marejada prevista para 2026 para transferência do título, devidamente trajada com a vestimenta típica;
- 9.7. As candidatas eleitas para o encargo social de Rainha e Princesas da Marejada serão as representantes da 36ª Marejada em eventos oficiais do Município de Itajaí, como também em outra Cidade ou Estado.

## 10. DAS SANÇÕES

- 10.1. Serão automaticamente excluídas do concurso às candidatas que forem flagradas em tentativa de burlar e/ou fraudar as regras estabelecidas neste regulamento, ou que, de qualquer maneira, utilizarem de má-fé e/ou violarem os princípios da moral e dos bons costumes, conforme livre e exclusivo julgamento da comissão

municipal, cujas decisões são soberanas e irrecorríveis;

- 10.2. A candidata eleita que não cumprir as regras, compromissos e encargos ora estabelecidos será destituída do título, assumindo a candidata seguinte mais votada, sucessivamente;
- 10.3. A candidata eleita que for condenada penalmente no período de sua representação será destituída do título, assumindo em seu lugar a candidata subsequente.

## 11. DA PREMIAÇÃO

- 11.1. A Rainha e as duas princesas receberão, além do título, uma premiação oportunamente divulgada.
- 11.2. As candidatas classificadas de 1º ao 3º lugar receberão faixa, coroa, buquê e presente, sendo:
  - A classificada em 1º lugar receberá a Faixa de Rainha;
  - A classificada em 2º lugar receberá a Faixa de 1ª Princesa;
  - A classificada em 3º lugar receberá a Faixa de 2ª Princesa.

## 12. DO DIREITO AO USO DA IMAGEM

- 12.1. As candidatas autorizam, desde já, a ampla divulgação de seus nomes e cedem, de forma gratuita, as imagens e som de voz captadas durante todas as etapas realizadas do concurso, inclusive as de divulgação, em caráter definitivo, autorizando a sua reprodução e transmissão em número ilimitado de vezes e por tempo indeterminado, por todos os meios de divulgação, nos termos da LGPD.
- 12.2. A autorização descrita acima não implica qualquer obrigação de divulgação ou de pagamento de qualquer quantia por parte do Município de Itajaí.
- 12.3. Pelo simples ato de inscrição neste concurso, a candidata ainda autoriza, reconhece e aceita que os dados pessoais e demais informações, inclusive os submetidos por meio de formulário de participação, passam a ser de propriedade da 36ª Marejada, que poderá utilizá-los para os fins necessários à adequada realização deste concurso, sem que qualquer valor seja devido à candidata, a qualquer tempo.

## 13. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 13.1. As candidatas escritas no concurso declaram expressamente que a 36ª Marejada, a Secretaria de Turismo e Eventos e o Município de Itajaí não se



responsabilizarão por qualquer dano, prejuízo ou despesas relativas ao concurso ou ao desfile;

- 13.2. O presente regulamento poderá ser alterado e/ou o concurso suspenso ou cancelado, sem aviso prévio, por motivo de força maior ou por qualquer outro motivo superveniente.
- 13.3. O presente regulamento só poderá ter alterações antes do concurso, ou seja, até a data de 30 de agosto de 2025. Não podendo haver mudanças, alterações ou inclusões após essa data.
- 13.4. A participação neste concurso implica a aceitação total e irrestrita de todos os itens deste regulamento.
- 13.5. A candidata que omitir impedimentos ou falsificar informações pessoais estará sujeita a exclusão da escolha e/ou perder o título.
- 13.6. A eleita que não cumprir com o estabelecido poderá ser automaticamente destituída do título, assumindo a seguinte mais votada, sucessivamente.
- 13.7. Eventuais denúncias serão analisadas pela Comissão Organizadora do concurso, a quem devem ser dirigidas as mesmas, por escrito e protocolado, a qualquer tempo.
- 13.8. A candidata reconhece e aceita expressamente que o Município não poderá ser responsabilizado por qualquer ressarcimento, perda, dano ou prejuízo oriundo da participação nesta escolha.
- 13.9. Os casos omissos serão decididos pela maioria simples da Comissão Geral Organizadora.



#### Informações Gerais

O concurso será realizado no dia 30 de agosto de 2025, às 19 horas no Auditório do Centreventos Governador Luiz Henrique da Silveira.

O acesso ao evento só será permitido com convite, que serão disponibilizadas as candidatas previamente.

A produção das candidatas, no dia do concurso, não terá custos para as mesmas.

Primeiro encontro com as candidatas ocorrerá no dia 21/08/2025 às 14 horas no Centreventos Governador Luiz Henrique da Silveira.

Serão realizados mais 4 encontros, além de visitas e outros compromissos que fazem parte da agenda de divulgação e ensaios da 36ª Marejada, oportunamente informada às candidatas.

#### IMPORTANTE

Para oficializar a participação da candidata no concurso Rainha da 36ª Marejada - Edição 2025 é necessário que seja realizada até o dia 20/08/2025 a apresentação dos documentos junto a Secretaria de Turismo e Eventos: ficha de inscrição, termo de compromisso assinado, identidade da candidata, comprovante de residência atualizada e declaração de estado civil.

Mais informações:

Secretaria de Turismo e Eventos

(47) 3348-1080

Email: marketing@itajai.sc.gov.br

Ronaldo Jansson Júnior  
Secretário de Turismo e Eventos

#### ANEXO I

36ª MAREJADA  
Concurso de Escolha da Rainha e Princesas 2025

#### FICHA DE INSCRIÇÃO

Nome: \_\_\_\_\_  
Endereço: \_\_\_\_\_  
Bairro: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_  
Data de Nasc.: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Naturalidade: \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_ anos  
Nome do Pai: \_\_\_\_\_ Mãe: \_\_\_\_\_  
Escolaridade: \_\_\_\_\_  
Trabalha ( ) Sim ( ) Não Nome da Empresa: \_\_\_\_\_  
Medidas Físicas: Altura \_\_\_\_\_ Peso \_\_\_\_\_ Manequim \_\_\_\_\_ Nº Sapato \_\_\_\_\_  
Cor de cabelos: \_\_\_\_\_ Cor dos olhos: \_\_\_\_\_

Itajaí, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2025

#### TERMO DE COMPROMISSO

Estou ciente do Regulamento do Concurso e disponho-me a atender aos compromissos que me forem solicitados para promoção da 36ª Marejada – Edição 2025.

\_\_\_\_\_  
Candidata

Itajaí, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2025



#### ANEXO II

#### DECLARAÇÃO DE ESTADO CIVIL / NEGATIVA DE FILHOS

Eu, \_\_\_\_\_, brasileira, solteira, DECLARO para os devidos fins de direito e a quem possa interessar, que sou solteira e nunca convivi em união estável. Declaro ainda que não tenho filhos.

E, por esta ser a absoluta expressão da verdade, sob as penas da lei, firmo a presente.

Itajaí/SC, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2025.

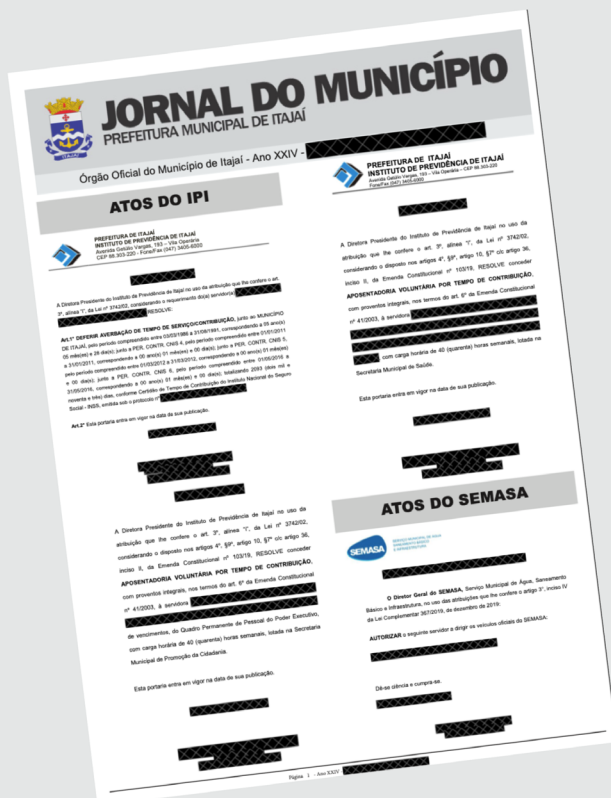
\_\_\_\_\_  
Declarante





# O NOSSO JORNAL!

Transparência  
e informação.



# O NOSSO JORNAL!

Transparência  
e informação.

